



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

GUTEMBERG DE LIMA DAVI

**O PROCESSO DE EXPANSÃO E DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA: O CASO DO CAMPUS GUARABIRA**

JOÃO PESSOA-PB

2024

GUTEMBERG DE LIMA DAVI

**O PROCESSO DE EXPANSÃO E DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA: O CASO DO *CAMPUS* GUARABIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES), Mestrado Profissional, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes

JOÃO PESSOA-PB

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

D249p Davi, Gutemberg de Lima.

O processo de expansão e de interiorização do ensino superior no Instituto Federal da Paraíba : o caso do Campus Guarabira / Gutemberg de Lima Davi. - João Pessoa, 2024.

155 f. : il.

Orientação: Ana Paula Furtado Soares Pontes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Ensino superior. 2. Expansão - Curso superior. 3. Interiorização - Ensino superior. 4. Instituto Federal da Paraíba. I. Pontes, Ana Paula Furtado Soares. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378 (043)

GUTEMBERG DE LIMA DAVI

**O PROCESSO DE EXPANSÃO E DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA: O CASO DO CAMPUS GUARABIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES), Mestrado Profissional, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de mestre.

APROVADO EM: 28/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES**
Data: 23/09/2024 20:36:36-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Furtado Soares Pontes
(Presidente/orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **ADRIANA VALERIA SANTOS DINIZ**
Data: 13/09/2024 13:49:41-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^a. Dr^{ma}. Adriana Valeria Santos Diniz
(Membro Interno)

Documento assinado digitalmente
 **DEYSE MORGANA DAS NEVES CORREIA**
Data: 23/09/2024 21:28:06-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Deyse Morgana das Neves Correia
(Membro Externo à Intituição/IFPB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão a Deus por Sua constante presença em minha vida, dando-me forças e resiliência ao longo desta jornada no programa de mestrado. Agradeço à minha família e amigos pelo apoio, carinho e compreensão, especialmente à minha mãe, Maria das Graças Moura de Lima, minha esposa, Polyana Veloso, e meus filhos, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, tanto nos positivos quanto nas fases mais desafiadoras.

À UFPB, onde realizei minha formação acadêmica de graduação e mestrado, sou grato por proporcionar uma educação superior pública de qualidade, mesmo em meio a momentos complexos, e por contribuir para a transformação na vida de inúmeros jovens e cidadãos.

Agradeço profundamente à minha orientadora, Profa. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes, pela paciência, acolhimento e colaboração que tornaram o processo de orientação não apenas tranquilo e consistente, mas também muito produtivo. Sou grato por todas as reuniões, discussões e reflexões que foram fundamentais para a conclusão desta etapa.

Aos professores do Programa PPGAES/UFPB, que, durante as aulas, ampliaram nossa percepção sobre as áreas temáticas da nossa formação, apresentando o universo da pesquisa em educação com respeito e diálogo. Agradeço por desmistificarem a pós-graduação.

À banca avaliadora, composta pelas educadoras Profa. Dra. Adriana Valeria Santos Diniz e Profa. Dra. Deyse Morgana das Neves Correia, sou grato pelas valiosas contribuições durante a qualificação, que direcionaram significativamente a construção desta pesquisa.

Agradeço ao colegiado do PPGAES/UFPB, em especial aos professores e professoras, pelo compartilhamento de conhecimentos e pela contribuição para minha formação acadêmica.

Aos professores, ex-gestores e técnicos do IFPB que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

Aos colegas do curso PPGAES/UFPB, com quem compartilhei, colaborei e convivi nas aulas presenciais e remotas durante a crise sanitária da Covid-19, sou grato pelos momentos de troca, debates e experiências. De maneira especial, agradeço à colega Helena Moura, que, em um momento difícil da minha trajetória, me motivou a seguir em frente e acreditou no meu potencial acadêmico.

Ao Instituto Federal, que me acolheu de forma especial e contribuiu para minha formação como ser humano, estudante, profissional e acadêmico, expresso minha profunda gratidão.

Por fim, agradeço ao universo por conspirar a meu favor nos momentos mais difíceis e delicados da minha caminhada.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Diante das históricas situações de elitização da educação superior e centralização de oportunidades, situadas, principalmente, nas grandes cidades do país, pode-se observar que houve, nas últimas duas décadas, um movimento político-institucional inverso que deu impulso à possibilidade do acesso ao ensino superior para as camadas sociais que historicamente foram excluídas da vida acadêmica. Após sistemáticas provocações de setores da sociedade, entre os anos 2000 e 2015, o governo Federal criou algumas iniciativas de democratização do acesso, financiamento, expansão, permanência, inclusão e avaliação da educação superior. Esse conjunto de iniciativas se desenvolveu em paralelo à expansão e interiorização dos Institutos Federais (IFs), entidade ligada ao Ministério da Educação (MEC) e à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) que oferta cursos técnicos e superiores para cidades brasileiras, sobretudo àquelas mais afastadas das capitais. Diante desse cenário, o presente estudo apresenta uma pesquisa exploratória e descritiva de natureza qualitativa, tendo como objetivo geral analisar o processo de expansão e interiorização do Instituto Federal da Paraíba por meio da implantação dos cursos superiores no *Campus* Guarabira. Como objetivos específicos, o trabalho pretende situar o processo histórico-legal do ensino superior no Brasil com ênfase nos Institutos Federais, bem como revelar o desenvolvimento da política de expansão e interiorização da educação superior, descrevendo os aspectos político, socioeconômico e institucional no processo de instalação do *Campus* Guarabira do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, analisando as possíveis relações dos seus atores institucionais e seus fatores relevantes e determinantes para implementação dos cursos superiores ofertados na unidade. O estudo compreendeu o período pós-instalação do primeiro curso superior no *Campus* Guarabira, em 2011, na fase III da expansão do IFPB, até a inauguração da sede definitiva, em 2019. A partir das investidas no campo empírico, este trabalho resultou na elaboração de um produto em mídia digital, estilo *podcast* educacional, sobre o processo de expansão e interiorização do IFPB *Campus* Guarabira, além da análise dos aspectos institucionais visando auxiliar à gestão do IFPB no aperfeiçoamento dos processos de implementação de novas unidades descentralizadas. Portanto, entre os sujeitos entrevistados na pesquisa, prevaleceu a percepção de que não houve uma discussão ampla e aprofundada sobre a expansão do IFPB e da educação superior, considerando os aspectos políticos, socioeconômicos e acadêmicos que influenciam na implantação do *Campus* Guarabira. Diante das experiências administrativas dos sujeitos pesquisados, foram sugeridas ações institucionais futuras, tais como um planejamento mais rigoroso para a criação de novos *campi*, priorizar a consolidação em vez da criação de novas unidades, a revisão e monitoramento das unidades existentes em termos de eficiência acadêmica e resultados, a avaliação crítica da política de expansão e interiorização do ensino superior, e a garantia de uma participação mais ampla das comunidades e das lideranças locais no processo de discussão e introdução de novas unidades no âmbito do IFPB e na oferta de cursos.

Palavras-chave: Ensino Superior; Expansão; Interiorização; Instituto Federal.

ABSTRACT

Given the historical situations of elitization of higher education and centralization of opportunities, located mainly in the country's large cities, it can be observed that there has been, in the last two decades, an inverse political-institutional movement that has given impetus to the possibility of access to higher education for social classes that have historically been excluded from academic life. After systematic provocations from sectors of society, between 2000 and 2015, the Federal government created some initiatives to democratize access, financing, expansion, permanence, inclusion and evaluation of higher education. This set of initiatives developed in parallel with the expansion and internalization of the Federal Institutes (IFs), an entity linked to the Ministry of Education (MEC) and the Secretariat of Professional and Technological Education (SETEC) that offers technical and higher education courses to Brazilian cities, especially those furthest from the capitals. In view of this scenario, this study presents an exploratory and descriptive research of a qualitative nature, with the general objective of analyzing the process of expansion and internalization of the Instituto Federal da Paraíba through the implementation of higher education courses at the Guarabira Campus. As specific objectives, the work intends to situate the historical-legal process of higher education in Brazil with emphasis on the Federal Institutes, as well as to reveal the development of the policy of expansion and internalization of higher education, describing the political, socioeconomic and institutional aspects in the process of installation of the Guarabira Campus of the Instituto Federal da Paraíba - IFPB, analyzing the possible relationships of its institutional actors and their relevant and determining factors for the implementation of the higher education courses offered at the unit. The study covered the period after the installation of the first higher education course at the Guarabira Campus in 2011, in phase III of the IFPB expansion, until the inauguration of the permanent headquarters in 2019. Based on the empirical field research, this work resulted in the development of a digital media product, in the form of an educational podcast, on the process of expansion and internalization of the IFPB Guarabira Campus, in addition to the analysis of institutional aspects aimed at assisting the IFPB management in improving the processes of implementing new decentralized units. Therefore, among the subjects interviewed in the research, the perception prevailed that there was no broad and in-depth discussion on the expansion of the IFPB and higher education, considering the political, socioeconomic, and academic aspects that influence the implementation of the Guarabira Campus. In view of the administrative experiences of the subjects researched, future institutional actions were suggested, such as more rigorous planning for the creation of new campuses, prioritizing consolidation rather than creating new units, reviewing and monitoring existing units in terms of academic efficiency and results, critically evaluating the policy of expansion and internalization of higher education, and ensuring broader participation of communities and local leaders in the process of discussing and introducing new units within the scope of the IFPB and in the offering of courses.

Keywords: Interiorization; Expansion; Higher Education; Federal Institute.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desenho Metodológico da Pesquisa.....	30
Figura 2 - Área de Abrangência do Instituto Federal da Paraíba	31
Figura 3 - Quadro evolutivo das Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa – Brasil (1980-2021).....	59
Figura 4 - Evolução do quantitativo de matrículas presenciais de graduação, por categoria administrativa – Brasil (1980-2021)	61
Figura 5 - Tabela com as Instituições de Educação Superior por organização acadêmica e categoria administrativa – (2020) e gráfico Percentual do número de instituições de educação superior por categoria administrativa (2020).....	64
Figura 6 - Expansão dos Institutos Federais no Brasil e na Paraíba.....	80
Figura 7 - Distribuição geográfica da presença dos cursos superiores do IFPB dividido por mesorregiões da Paraíba (2023)	82
Figura 8 - Atuação Estadual do IFPB por modalidade de Ensino.....	85
Figura 9 - Fachada recente da sede do Campus Guarabira	95
Figura 10 - Página inicial do website institucional	98
Figura 11 - As informações destinadas aos alunos estão disponíveis no “Portal do estudante”	99
Figura 12 - Percentuais de Cursos do IFPB por modalidade e níveis	114
Figura 13 - Indicadores do Censo da Educação Superior em 2022 (MEC) do Curso Superior em Gestão Comercial –Campus Guarabira	117
Figura 14 - Apresentação gráfica (design) do Painel principal do canal do Podcast Educacional (PTT).....	129
Figura 15 - Apresentação gráfica (design) dos episódios do Podcast Educacional (PTT).....	129
Figura 16 - Visão panorâmica do Painel principal do canal do Podcast Educacional (PTT) e seus episódios.....	130

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 - Exposição dos Cursos Superiores do IFPB por unidade	32
Tabela 2 - Levantamento bibliográfico a partir do catálogo Capes e da Base de dados SciELO.....	36
Tabela 3 - Marcos legais das políticas afirmativas para inclusão do acesso ao ensino superior e profissional no Brasil	56
Tabela 4 - Demonstrativo da evolução institucional da Rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil	72
Tabela 5 - Exposição das IES no município de Guarabira (Públicas e Privadas)	90
Tabela 6 - Exposição dos cursos superiores em Guarabira (Públicas e Privadas).....	92
Tabela 7 - Linha do tempo – marcos normativos e evolutivos da criação e implantação do Campus Guarabira e seus cursos presenciais	93
Tabela 8 - Cronologia das Gestões do IFPB Campus Guarabira	95
Tabela 9 - Perfil dos participantes da Pesquisa	102
Tabela 10 - Eixo 1- (a) Como se deu a definição de criação do campus Guarabira por meio do processo de expansão/interiorização?	103
Tabela 11 - Eixo 1 - (b) Que elementos foram considerados importantes/facilitadores no processo de escolha do município Guarabira para receber uma unidade do IFPB?	104
Tabela 12 - Eixo 1 – (c) Como se deu as interferências políticas nesse processo de criação do Campus Guarabira?.....	105
Tabela 13 - Eixo 1- (d) Foi realizado algum estudo preliminar acerca dos arranjos produtivos locais a serem atendidos pelos cursos ofertados no Campus Guarabira?.....	107
Tabela 14 - Eixo 02 – (a) Por que a criação de um curso superior em campus em fase de implantação?	108
Tabela 15 - Eixo 02 – (b) – Como se deu se deu a definição dos cursos superiores a serem implantados no Campus Guarabira?	110
Tabela 16 - Eixo 02 –(c) Quais dificuldades enfrentadas com o funcionamento do curso superior (Curso de Gestão Comercial) no Campus Guarabira em sua fase de implantação?.....	111
Tabela 17 - Eixo 02 – (d) - Como você percebe a oferta dos cursos do IFPB Campus Guarabira, considerando o que determina a lei da criação do Instituto Federal (percentual de curso licenciatura)?113	
Tabela 18 - Eixo 03 – (a) Na sua percepção, havia ambiente favorável do ponto de vista dos aspectos políticos, econômicos e institucionais para criação do Campus Guarabira, em 2011?	115
Tabela 19 - Eixo 03- (b) Como você avalia a importância e o interesse pelos cursos superiores ofertados pelo Campus Guarabira?	116
Tabela 20 - Eixo 03 - (c) Há algum estudo ou indícios sobre os impactos (socioeconômicos, políticos, culturais e institucionais) dos cursos superiores ofertados pelo Campus Guarabira na região?	118
Tabela 21 - Eixo 03 (d) Considerando a sua experiência administrativa e a sua percepção diante da expansão da educação superior no IFPB, apontar sugestões para futuras ações institucionais que podem ser desenvolvidas para expansão/interiorização da oferta da educação superior?.....	119
Tabela 22 - Etapas de produção e percursos técnicos para desenvolver o PPT	124
Tabela 23 - Edições dos episódios dos Podcasts	127

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CONCEFET	Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica
CONDETUF	Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais
CONSUPER	Conselho Superior
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CST	Curso Superior Tecnológico / Curso Superior em Tecnologia
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJ	Rio de Janeiro
SEMESP	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNED-CJ	Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 METODOLOGIA	22
2.1 Caminhos da pesquisa.....	23
2.2 Fluxo dos procedimentos da pesquisa	29
2.3 O lócus da pesquisa	30
2.4 Produto Técnico-tecnológico	33
3 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	35
3.1 Breve histórico do Ensino Superior no Brasil.....	37
3.2 A expansão e a interiorização do ensino superior no âmbito da literatura acadêmica.....	40
3.3 O Ensino Superior no Brasil: reformas, marcos legais e a expansão	49
3.3.1 Política de Expansão e Interiorização do Ensino Superior Público e Privado	58
3.3.2 A reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	67
3.3.3 Os paradoxos da expansão das graduações e a evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica.....	70
3.4 O Instituto Federal da Paraíba e suas fases da expansão	74
3.4.1 Plano de Expansão – Fase I.....	77
3.4.2 Plano de Expansão – Fase II	78
3.4.3 Plano de Expansão – Fase III	79
3.5 A interiorização dos Cursos Superiores na Paraíba por meio dos IFs.....	86
3.6 O <i>Campus</i> Guarabira e seus cursos superiores.....	88
4 A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO IFPB: ANÁLISES E PERSPECTIVAS DOS EX-GESTORES	101
5 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	123
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	144
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA	150
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.	154
ANEXO B - FICHA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO.....	157

1 INTRODUÇÃO

As transformações resultantes da globalização, sob a égide do capitalismo neoliberal, têm exercido um impacto sobre as sociedades e suas instituições. Esses modelos refletem-se diretamente no mundo do trabalho, na economia, na cultura e na educação. Tais mudanças também influenciam a estrutura do Estado, esfera de poder que governa mediante legislações, normas e pela atuação de grupos de interesse, afetando a coletividade, principalmente através da implementação de políticas públicas.

O Estado desenvolve políticas públicas, ações e programas em resposta a necessidades sociais, econômicas e políticas da coletividade. Tal cenário é marcado por um complexo processo de disputa no âmbito da sua formulação e do seu desenvolvimento. Nesse contexto, deve-se ressaltar a influência da ação política, tanto orgânica quanto não, proveniente de uma variedade de atores e de contextos institucionais. Esses atores são moldados por marcos regulatórios complexos e, por vezes, contraditórios, que surgem de diversas orientações, compromissos e perspectivas. Essa dinâmica ocorre em diferentes escalas, abrangendo desde o âmbito local até o internacional, perpassando setores que vão da economia à educação.

No contexto educacional, também se intensifica a disputa pelo espaço no debate público, seja para promover avanços coletivos ou atender a interesses de grupos específicos. Entre os agentes de relevância, destacam-se as agências e as organizações multilaterais, bem como diversas instituições e uma ampla gama de atores, incluindo estudantes, professores, gestores, pesquisadores e pais, além de movimentos sociais. Cada um desses atores desempenha um papel essencial na configuração do cenário político e na condução de iniciativas que podem exercer impactos substanciais em níveis local, nacional, regional e global (Dourado, 2011).

Nesses termos, o desenvolvimento de uma política pública em determinada área resulta de um conflituoso processo marcado pela correlação de forças sociais representantes de interesses de determinados setores organizados da sociedade. Por esse espectro reflexivo, é salutar citar a contribuição da narrativa de Nicos Poulantzas (1980), teórico político e sociólogo grego, publicada originalmente em 1978, que traz uma análise crítica do papel do Estado nas sociedades capitalistas avançadas. O autor argumenta que, no contexto capitalista, o Estado não é uma entidade intrínseca, mas sim uma expressão material das relações de poder entre classes e frações de classe.

Enfatiza, além disso, que o Estado é uma condensação dessas relações específicas dentro da sociedade, consistindo em uma arena de luta de classes, na qual diferentes frações

da classe dominante competem pelo controle e influência sobre o aparato estatal. Poulantzas (1980) examina como as instituições estatais são moldadas pelas relações de classe e como o Estado serve aos interesses da classe dominante ao mesmo tempo em que mantém a estabilidade do sistema capitalista. Ele ainda defende que o poder é exercido não apenas pelo Estado, mas também por meio de instituições ideológicas, como a mídia e a educação, que contribuem para a reprodução das relações de classe.

Entretanto, mesmo na vigência do Estado moldado pelo sistema capitalista de modelo neoliberal, é razoável entender que as políticas públicas são instrumentos que visam alcançar objetivos específicos para melhorar a qualidade de vida das pessoas, promovendo o desenvolvimento, resolvendo problemas ou atendendo às demandas da população, inclusive relacionadas ao acesso à educação superior.

No Brasil, a partir da década de 1990, com ideário de ‘Estado mínimo’, a reforma do aparelho do Estado e a massificação de novas demandas do capital, influenciadas pelas novas tecnologias, ocasionaram o surgimento de um novo arcabouço legal e institucional que culminou em sucessivas reformas na área educacional. Na educação superior, sobretudo, isso ocorreu por meio da Lei n.º 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A referida legislação introduziu diversas mudanças no ensino superior brasileiro, destacando-se pela diversificação das instituições de ensino superior (IES) e pela ampliação do acesso às diferentes categorias de graduação — bacharelado, tecnológico e licenciatura — bem como aos seus formatos, que incluem presencial, semipresencial e educação a distância. Essas transformações estão em conformidade com os acordos estabelecidos com o Banco Mundial (1994) e outros organismos internacionais, os quais exerceram uma influência direta sobre esse processo de reconfiguração educacional no Brasil.

De acordo com Otranto (2013), a proposta do Banco Mundial visava a criação de instituições de educação superior com custos inferiores aos das universidades públicas tradicionais. Em particular, buscava-se incentivar a criação de cursos técnicos e tecnológicos, que seriam mais flexíveis e alinhados aos interesses do sistema produtivo. Esses cursos teriam uma duração de até dois e quatro anos, respectivamente.

No contexto da expansão do ensino superior, que enfrenta desafios relacionados ao elitismo e à centralização das oportunidades predominantemente nas grandes cidades do país, observa-se que, nas últimas duas décadas, emergiu um movimento político-institucional significativo. Esse movimento tem promovido o acesso ao ensino superior para camadas sociais que, historicamente, foram excluídas dessa possibilidade.

Nesse mesmo período, uma das políticas mais destacadas tem sido a expansão da

educação superior no Brasil. O Governo Federal implementou várias iniciativas voltadas para a democratização do acesso, financiamento, expansão, permanência, inclusão e avaliação da educação superior. Entre os programas de relevância, destacam-se: o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), o Programa Expandir, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Lei n.º 11.195/2005), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), a Reserva de Vagas por meio de Cotas Sociais e Raciais (Lei n.º 12.711/2012) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)¹.

Nesse contexto, a educação superior do país foi marcada por forte processo de crescimento em várias vertentes, isto é, foi ampliado o número de instituições, de cursos, de vagas, de alunos matriculados e concluintes. Segundo Ristoff (2014), por exemplo, o número de instituições de ensino superior no Brasil aumentou de 893 em 1991 para 2.416 em 2012, o que representa um crescimento de 171%. Esses dados revelam um crescimento notável na expansão das Instituições de Ensino Superior em todo o país, bem como na ampliação da oferta de cursos superiores, além de um significativo processo de interiorização capitaneado também pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais foram criados pela Lei nº 11.892, sancionada em 29 de dezembro de 2008. Essa lei estabeleceu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, com o objetivo de promover a educação profissional e tecnológica, especialmente em regiões onde a oferta desse tipo de ensino era escassa.

Na Paraíba, o Instituto Federal oferta ensino técnico, tecnológico e superior. Ele proporciona cursos de diversos níveis, desde o ensino médio técnico até a pós-graduação, com foco em educação profissional e tecnológica, além de realizar pesquisas e promover extensão para a comunidade. O IFPB é parte da rede de Institutos Federais criada pelo governo brasileiro com o objetivo de expandir o acesso à educação em todas as regiões do país.

Segundo o Relatório de Gestão de 2022 do IFPB, apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), atualmente, a rede do Instituto Federal da Paraíba conta com mais de 45 mil alunos matriculados e aproximadamente 2.300 servidores, divididos entre técnicos administrativos (1080) e docentes (1271), distribuídos em 21 *campi* vinculados à Reitoria

¹ Alguns desses programas, que estão relacionados com a nossa problemática do estudo, serão tratados em capítulo próprio.

(IFPB, 2022b, p. 14).

Em 2010, o IFPB possuía nove unidades descentralizadas no estado. Já em 2020, esse número aumentou para 21 *campi*, representando um crescimento de mais de 100% em dez anos. Esse avanço permitiu à instituição expandir a oferta de ensino técnico profissionalizante e educação superior para diversas regiões da Paraíba. Em 2023, por exemplo, das 21 unidades, 10 *campi* ofereciam cursos de ensino superior, no total de 47 ofertas de cursos desse nível na instituição, sendo que a maioria desses cursos está situada no interior.

Diante desse processo de interiorização do IFPB e do nível de ensino superior, foi contemplado na fase III do plano de expansão da Rede Federal o *campus* Guarabira. Unidade criada como pioneira dessa etapa, pois foi a única unidade criada ao mesmo tempo em que se decidiu ofertar o ensino superior a partir de 2012.

Localizado na mesorregião do Agreste Paraibano, o *Campus* Guarabira é um dos dez institutos federais que oferecem cursos de graduação, com destaque para os cursos superiores de tecnologia (CST). Criado como parte do Plano de Expansão III da Educação Profissional do Governo Federal, o *campus* foi inaugurado em 10 de outubro de 2011 como Núcleo Avançado e, em 2013, foi elevado à categoria de *campus*, conforme a Portaria n.º 993/2013 do MEC.

Mediante esse cenário, traçou-se como *objetivo geral deste estudo analisar o processo de expansão e interiorização do Instituto Federal da Paraíba por meio da implantação dos cursos superiores no Campus Guarabira* e, de maneira específica: descrever o processo de criação e expansão do ensino superior no Brasil com ênfase no Instituto Federal da Paraíba; compreender o processo de criação dos cursos superiores no IFPB no âmbito do *Campus* Guarabira a partir do ordenamento normativo e documentos institucionais; analisar como se manifestou a política de expansão e interiorização do IFPB com a criação do *Campus* Guarabira em seus aspectos políticos, socioeconômicos e institucionais na visão dos sujeitos envolvidos e, por fim, produzir material midiático (*podcast*) sobre a política de expansão e interiorização dos cursos superiores do IFPB, com ênfase na criação do referido *Campus*.

Tais objetivos demandaram uma metodologia qualitativa com abordagem interpretativo-compreensiva, utilizando o Estudo de Caso como procedimento investigativo, detalhado em um capítulo próprio. Para orientar cada etapa do processo, além da fundamentação teórica que forneceu as terminologias essenciais para compreender a ‘expansão’ e a ‘interiorização’ do ensino superior no Brasil, com foco na realidade do Instituto Federal da Paraíba no *Campus* de Guarabira, situado no Agreste Paraibano (IBGE, 2016), realizou-se também um levantamento bibliográfico sobre a temática, incluindo um

exame do ‘estado da arte’.

Nesse contexto, a pesquisa foca na análise do processo de expansão e interiorização do Instituto Federal da Paraíba, especificamente por meio da criação do *Campus* Guarabira e da implantação de seus Cursos Superiores Tecnológicos. O objetivo central é responder à questão norteadora: “Como se deu o processo de implantação dos cursos superiores no *Campus* Guarabira a partir dos planos de expansão e interiorização do IFPB?”.

A justificativa para este estudo, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, na 'Linha de Pesquisa 1: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior', está intrinsecamente ligada à ementa do programa. Esta ementa prevê a exploração de diversas abordagens sobre políticas públicas em níveis federal, estadual e municipal, com foco no impacto dessas políticas na administração das Instituições Públicas de Educação Superior e na proposição de novas metodologias para seu planejamento e gestão.

Dentro deste contexto, a justificativa para a pesquisa se divide em quatro categorias motivacionais que refletem a responsabilidade do pesquisador: pessoal, profissional, acadêmica e social. No âmbito pessoal e profissional, a justificativa se fundamenta na trajetória do pesquisador/autor, que conta com mais de 20 anos de vínculo institucional com o IFPB, tanto como ex-aluno quanto como servidor atual. Além disso, há interesse na temática da expansão e interiorização dos Institutos Federais, pois foram quase 10 anos trabalhando em unidades do IFPB, distante da Capital e observando *in loco* esse movimento educacional longe do centro urbano.

A justificativa acadêmica reside na oportunidade de contribuir para os estudos da linha de pesquisa mencionada, possibilitando a adição de novas perspectivas e *insights* às investigações na área. Por fim, a justificativa social está na intenção de divulgar pesquisas que avaliem e reflitam sobre a política pública da educação superior no Brasil, particularmente no que tange aos processos de democratização, ampliação, desconcentração, interiorização e acesso para estudantes menos favorecidos. Apesar dos desafios inerentes à inclusão social por meio da educação superior no país, o estudo visa contribuir para a melhoria e eficácia dessas políticas.

Para a sistematização desta dissertação, o conteúdo foi organizado em capítulos com o objetivo de orientar a escrita, resultando em quatro partes textuais, além desta introdução. No capítulo intitulado “2 – Metodologia” será apresentada a abordagem e a caracterização da pesquisa. Este capítulo detalha as bases que sustentam o formato da pesquisa e o seu percurso metodológico, abrangendo o universo da pesquisa e uma breve apresentação do produto

técnico-tecnológico (PPT).

O Capítulo 3, “*Expansão e interiorização do ensino superior*”, mostra o traçado do referencial teórico sobre o ensino superior no Brasil, o processo de expansão e a interiorização da graduação e seus desdobramentos políticos e institucionais para o crescimento do Instituto Federal da Paraíba, bem como a implantação/criação dos cursos superiores no *Campus* Guarabira e um breve histórico do próprio *Campus* do IFPB sediado na cidade de Guarabira, município situado na Microrregião do Brejo paraibano.

No quarto capítulo, são apresentadas as análises e discussões sobre os dados e informações coletadas por meio das entrevistas, tomando como referência os objetivos geral e específicos. Ao final, serão destacados os resultados encontrados durante a pesquisa, com base no levantamento e no depoimento dos participantes.

No quinto capítulo é a apresentação do produto da pesquisa: um *podcast* educacional que aborda a temática da expansão e interiorização do IFPB.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, com reflexões e sugestões sobre o processo de expansão e interiorização do IFPB, seguidas pelas referências, anexos e apêndices do trabalho.

2 METODOLOGIA

A pesquisa acadêmica demanda uma sistematização meticulosa de etapas, considerando que sua finalidade não é esgotar um tema, mas enriquecer a discussão e contribuir para um debate mais amplo, além dos limites da academia. Portanto, o objetivo desta pesquisa é detalhar o percurso seguido para a caracterização da pesquisa. Apresenta-se não apenas os caminhos percorridos, mas também a sua caracterização, o fluxo procedimental, o lócus da pesquisa e o Produto Técnico-Tecnológico. Este último, com seu peso específico, representa o resultado prático-técnico fundamental do estudo exigido por um programa de mestrado profissional.

Ainda sobre a pesquisa acadêmica-científica, particularmente remete-se ao escritor italiano Umberto Eco, que nos idos de 1977 publicou a obra em sua língua materna *Como se fa una tesi di laurea*, publicada no Brasil a partir do início da década seguinte traduzida sob o título *Como fazer uma tese*. Eco afirma que seu livro não é um manual explicativo sobre como escrever uma tese, mas sim uma reflexão pessoal destinada a aliviar as angústias dos que estão encarregados dessa tarefa. Ele contextualiza a situação das universidades italianas e dos estudantes da época, oferecendo perspectivas sobre as exigências da escrita acadêmica. Eis:

Pode-se preparar uma tese digna mesmo que se esteja numa situação difícil, que se resente de discriminações remotas ou recentes; - Pode-se utilizar a ocasião da tese [...] para recuperar o sentido positivo e progressivo do estudo, entendido não como coleta de noções, mas como elaboração crítica de uma experiência, aquisição de uma capacidade (útil para o futuro) de identificar os problemas, encará-los com método e expô-los segundo certas técnicas de comunicação (Eco, 1996, p. XIV).

A tese à qual se refere o autor é o que se denomina de trabalho de conclusão de curso, mas, no caso brasileiro, também os graus acadêmicos demandam trabalhos teóricos escritos por seus alunos. Nas palavras de Eco, segue-se o viés desse percurso metodológico necessário para uma apresentação sistematizada de todo um conteúdo que foi, ao longo dos semestres, necessário à conclusão do aprendizado e da construção, quer seja teórica, por meio da pesquisa bibliográfica, ou um Estudo de Caso, dentre as muitas abordagens da pesquisa científica.

Na visão dos metodólogos Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 30), a pesquisa pode ser expressa como “um conjunto de etapas sistemáticas, empíricas e críticas empreendidas na análise de um fenômeno”. Esse processo de produção do conhecimento científico precisa estar alicerçado em bases que possam guiar novos conhecimentos, possibilitando o

desenvolvimento social, científico e sustentável da humanidade, daí a importância que se auferiu a esse processo, sobretudo quando foi escrito este capítulo em particular.

Outro aspecto relevante a ser considerado refere-se à base de fontes na qual os pesquisadores se apoiam para elaborar suas reflexões. Assim, ao iniciar um capítulo inteiramente dedicado à metodologia desta investigação, é imprescindível incorporar a pesquisa documental por meio eletrônico, que, conforme argumenta Létourneau (2011, p. 7-8), tornou-se uma norma no âmbito da educação superior: “A informação disponível na rede de computadores via internet constitui um formidável acervo de recursos documentais, dos quais não se pode prescindir”. Todavia, o próprio autor recomenda a necessidade de saber explorar da melhor maneira essa massa de informações.

Assim, adiante, é apresentado o passo a passo que deu corpo a este estudo qualitativo que, dentre as muitas fontes utilizadas, teve parte do seu arcabouço teórico (mostrado do capítulo três, adiante) construído por meio do levantamento bibliográfico em plataformas e bases de dados nas quais se encontram teses, dissertações e artigos acadêmicos, além de *e-books* sobre a temática estudada.

Para apresentar o traçado metodológico, é fundamental reconhecer que a metodologia científica abrange um conjunto diversificado de procedimentos, técnicas e ferramentas utilizadas para conduzir pesquisas de maneira sistemática e rigorosa (Alves, Aquino, 2012; Sampieri, Collado, Lúcio, 2013). Esse conjunto é essencial para assegurar a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos em estudos científicos, englobando desde a formulação da pergunta de pesquisa até a análise dos dados coletados. Nesse contexto, o que se segue oferece um panorama da pesquisa, detalhando os caminhos percorridos, sua caracterização, o lócus e o produto final desta dissertação.

2.1 Caminhos da pesquisa

Esta dissertação tem como campo empírico o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *Campus* Guarabira. Pois bem, é amplamente reconhecido que a Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica do Brasil passou por um processo de expansão e interiorização sem precedentes no país, especialmente com a ampliação de vagas e cursos no ensino superior, abrangendo as modalidades de tecnólogo, licenciatura e bacharelado, conforme aponta o Ministério da Educação brasileiro (Brasil, 2006e).

Nesse enfoque, o presente estudo se concentra em compreender as perspectivas, significados, interpretações e os contextos subjacentes que envolvem uma determinada

temática, em vez de simplesmente quantificar dados ou buscar relações causais. Sob esse enfoque, pode-se afirmar que a pesquisa qualitativa é utilizada para explorar questões que não podem ser facilmente respondidas por métodos quantitativos.

Segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 376), a abordagem qualitativa se aplica quando se busca “compreender a perspectiva dos participantes sobre os fenômenos que os rodeiam, aprofundar em suas experiências, pontos de vista, opiniões e significados.” Em outras palavras, o enfoque qualitativo permite uma maior profundidade nos dados, enriquecendo a interpretação, contextualizando o ambiente ou entorno, e revelando nuances e experiências singulares. No entanto, a “validade da pesquisa não se dá pelo tamanho da amostra, como na pesquisa quantitativa, mas pela profundidade com que o estudo é realizado” (Augusto *et al.*, 2013, p. 4). Assim:

[...] o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno (Richardson, 1999, p. 102).

Em outras palavras, o estudo qualitativo envolve uma investigação mais aprofundada, proporcionando uma maior riqueza de dados sobre o objeto, o processo e os resultados. No entanto, definir uma abordagem apenas por seu caráter qualitativo não é suficiente, pois essa característica também reflete a natureza dos dados, o que a torna igualmente descritiva.

Esta pesquisa é classificada como descritiva, pois busca analisar a implementação da política de expansão e interiorização do IFPB através da criação do *Campus* Guarabira e a implementação do ensino superior, considerando a perspectiva dos atores e agentes institucionais envolvidos. O estudo examina as relações e os processos que concretizam essa política pública, bem como as leis, normas e regulamentações dentro do escopo organizacional da interiorização do IFPB. Assim, a pesquisa é classificada de acordo com seus objetivos, sendo tanto descritiva quanto exploratória.

Na compreensão de Triviños (1987, p. 112), a pesquisa descritiva é aquela que busca descrever, classificar e interpretar o objeto de estudo com profundidade, permitindo que o pesquisador vá além da simples identificação de variáveis para analisar fatos e fenômenos de forma mais detalhada. Nesse tipo de investigação, o pesquisador observa, registra e analisa as informações coletadas, sem necessariamente buscar estabelecer relações de causa e efeito entre as variáveis. O pesquisador deve se esforçar para manter uma abordagem objetiva e imparcial, evitando influenciar os resultados com suas próprias opiniões ou expectativas. Nesse aspecto, concorda-se que:

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. (Gil, 2002, p. 42).

No mesmo sentido do estudo descritivo, a pesquisa exploratória busca investigar um tema ou problema de maneira ampla e não estruturada, com o principal objetivo de se familiarizar com o assunto e desenvolver conceitos iniciais. Esse tipo de pesquisa é especialmente útil para formular questões de pesquisa mais precisas para estudos futuros, permitindo ao pesquisador delinear melhor o foco de suas investigações subsequentes. A pesquisa exploratória:

[...] objetiva a maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito, ou à construção de hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010, p. 28).

O recurso da pesquisa exploratória é frequentemente utilizado quando a temática é pouco conhecida ou quando há poucas informações disponíveis sobre ela. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador não tem um foco específico ou hipóteses claras. Ele explora várias fontes de informação, como literatura, entrevistas, observações, experiências, análise de conteúdo, percepções dos sujeitos, para entender o contexto do problema (Sampieri; Collado; Lúcio, 2013, p.101) e, no caso em estudo, o nosso foco recai sobre a interiorização do IFPB no campo da expansão da educação superior.

O estudo exploratório desenvolvido sobre o processo de interiorização do Instituto Federal contribuiu para a contextualização desse fenômeno, aprofundado por meio de um estudo de caso — o ensino superior no *Campus* Guarabira — considerando suas especificidades, dinâmicas e relações. Nas ciências sociais, o estudo de caso é uma ferramenta metodológica amplamente utilizada para examinar com profundidade um fato ou fenômeno específico. Isso significa que o estudo de caso se caracteriza como uma pesquisa conforme os procedimentos de coleta de dados, permitindo uma análise detalhada e contextualizada do objeto de estudo.

Diferentemente da abordagem descritiva, o estudo de caso envolve uma análise ampla e detalhada de um caso ou de um número limitado de casos, tendo como objetivo principal compreender um fenômeno complexo em seu contexto real.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos

inseridos em algum contexto da vida real (Yin, 2005, p. 19).

Ainda em relação aos procedimentos técnicos de coleta de dados, foram realizados estudo bibliográfico, documental e realização de entrevistas. Para o primeiro procedimento, foi realizada a revisão da literatura existente sobre o tema, considerando as categorias que contribuiriam para análise dos dados coletados. Nessa etapa, foram empreendidas discussões sobre: política pública, expansão do ensino superior, interiorização da educação, democratização do acesso à educação e os temas conexos.

O levantamento foi realizado com o apoio do Catálogo de Teses e Dissertações Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com intuito de identificar teses e dissertações sobre o tema, considerando as publicações disponíveis. Depois da revisão da literatura, foi realizada a pesquisa em documentos e marcos legais, com atenção sobre as leis, decretos, normas, resoluções, portarias e programas governamentais que legitimaram a política pública da expansão, interiorização e democratização da educação superior no Brasil.

Ainda nesta etapa da pesquisa, foi realizada uma análise aprofundada dos documentos institucionais que legitimam e regulamentam o funcionamento do Instituto Federal da Paraíba - *Campus* Guarabira, como os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Relatórios de Gestão, Planos Pedagógicos de Cursos (PPC), entre outros.

Na terceira etapa de coleta de dados, foram realizadas as entrevistas compreensivas (estruturadas) com os atores institucionais, quais sejam: gestores, ex-gestores, ex-reitores e outros sujeitos envolvidos no processo, que participaram direta ou indiretamente do processo de criação, implantação e consolidação do *Campus* Guarabira, observando os aspectos políticos, administrativos, institucionais, socioeconômicos e pedagógicos. Por isso, foi possível contar com a cooperação de ex-gestores do IFPB envolvidos no processo, sendo as entrevistas realizadas no período de dezembro de 2023 a fevereiro de 2024.

Sobre a entrevista compreensiva, trata-se de uma técnica de coleta de dados amplamente utilizada em pesquisas qualitativas nas ciências sociais. Tem como teórico proeminente o sociólogo e pesquisador Jean-Claude Kaufmann (2013), por meio do livro *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Essa técnica é especialmente eficaz para explorar experiências, opiniões, sentimentos e perspectivas individuais de maneira profunda e detalhada.

Porém, na visão do pesquisador citado, que assegura o procedimento compreensivo, é necessário envolver (analisar) os sujeitos como “[...] depositárias de um saber importante que deve ser assumido do interior, através do sistema de valores dos indivíduos” (Kaufmann,

2013, p. 47). Para isso, a entrevista compreensiva harmoniza as trajetórias de vida dos entrevistados como imperativo de entendimento dos problemas abordados na pesquisa, privilegiando os processos e o resgate de memórias.

Essas entrevistas foram realizadas de forma presencial, de acordo com a conveniência do entrevistado, ou por meio remoto através de plataforma virtual de videoconferência, por meio da plataforma de comunicação Zoom (com a utilização do recurso de gravação).

Para garantir a integridade e validação, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) devido à natureza que envolve seres humanos, em conformidade com as Resoluções n.º 466/2012 e n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Após a aprovação pelo CEP, os dados foram coletados por meio de entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

A submissão ao CEP do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CCS/UFPB) ocorreu em 10 de novembro e foi aprovada em 23 de novembro de 2023, conforme parecer n.º 6.543.511 (Anexo A). Antes das entrevistas ou aplicação de questionários (ver Apêndice B), os participantes deram sua autorização por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ver Apêndice A), momento no qual foram informados sobre os objetivos da pesquisa.

De acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 231-232), a entrevista é um procedimento empregado na investigação social para coletar dados, ou no diagnóstico de um objeto de pesquisa ou mesmo no tratamento de um problema social. No entanto, esse método de coleta de informação apresenta alguns obstáculos ou desvantagens, que podem ser mitigadas se a figura do pesquisador possuir experiência ou tiver bom senso ao longo do processo. Nesse entendimento, o recorte temporal de nove anos, entre 2011-2019, serviu de referência para identificação e análise dos documentos institucionais a serem consultados, bem como as suas normativas e seus regulamentos sobre a criação do *Campus* Guarabira e dos seus cursos superiores.

O intervalo escolhido para a presente pesquisa representa exatamente as datas de criação do *Campus* Guarabira, em 2011, até a inauguração oficial da sua sede definitiva e implantação do segundo curso superior, que ocorreu no ano de 2019.

Na sequência, para o tratamento dos dados coletados foi utilizada a técnica de *análise de conteúdo* desenvolvida e proposta por Laurence Bardin (2016). Didaticamente, a autora faz uma analogia entre linguística e análise de conteúdo para elucidar a definição da técnica:

A linguística estuda a língua para descrever o seu funcionamento. A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. [...] é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras

realidades através das mensagens (Bardin, 2016, p.50).

Essa técnica de análise é um composto metodológico inserido no contexto comunicacional, que se aplica a discursos (conteúdos) diversos, utilizada para examinar e compreender o significado subjacente em dados textuais, visuais ou de mídia, envolvendo a identificação de padrões, temas e relações nos dados para extrair percepção e compreensões mais profundas.

Segundo Bardin (2016), o processo de análise de conteúdo pode ser dividido em três fases principais: A pré-análise, na qual ocorre a definição de objetivos, a escolha do material de análise e a definição das unidades de análises (palavras, frases, parágrafos etc.). Em seguida, há a fase de exploração do material, quando acontece a codificação/categorização, a criação de categorias e subcategorias e o desenvolvimento de um sistema de codificação. Por fim, há o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Ao fim do processo de análise e obtenção dos resultados, foi desenvolvido como produto uma mídia no formato *Podcast* educacional (em áudio), com o conteúdo abordando a temática central da “*Interiorização do Ensino Superior: Caminhos expandidos via IFPB*”, disponibilizado em um canal específico pela plataforma do Youtube.

Em síntese, este trabalho de pesquisa adotou um método qualitativo com uma abordagem interpretativo-compreensiva, e utilizou o Estudo de Caso como procedimento de investigação. Quanto à natureza dos dados, a pesquisa é classificada como aplicada, e seus objetivos a definem como exploratória e descritiva.

De acordo com Prodanov (2013, p. 51), a pesquisa aplicada "objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais."

O método interpretativo-compreensivo é uma abordagem de pesquisa qualitativa que se concentra na compreensão profunda e na interpretação dos significados e das experiências subjacentes aos fenômenos estudados. Essa abordagem é frequentemente utilizada em disciplinas como sociologia, antropologia, psicologia e ciências humanas, com o objetivo de explorar as perspectivas dos participantes e capturar as complexidades das interações sociais e dos contextos culturais.

A motivação da utilização do método qualitativo é pertinente porque é usado para obter uma compreensão aprofundada e detalhada de fenômenos sociais ou humanos complexos. Para isso, pode-se utilizar a coleta e análise de dados não numéricos, como entrevistas, observações participantes, análise de conteúdo de documentos, entre outros

procedimentos.

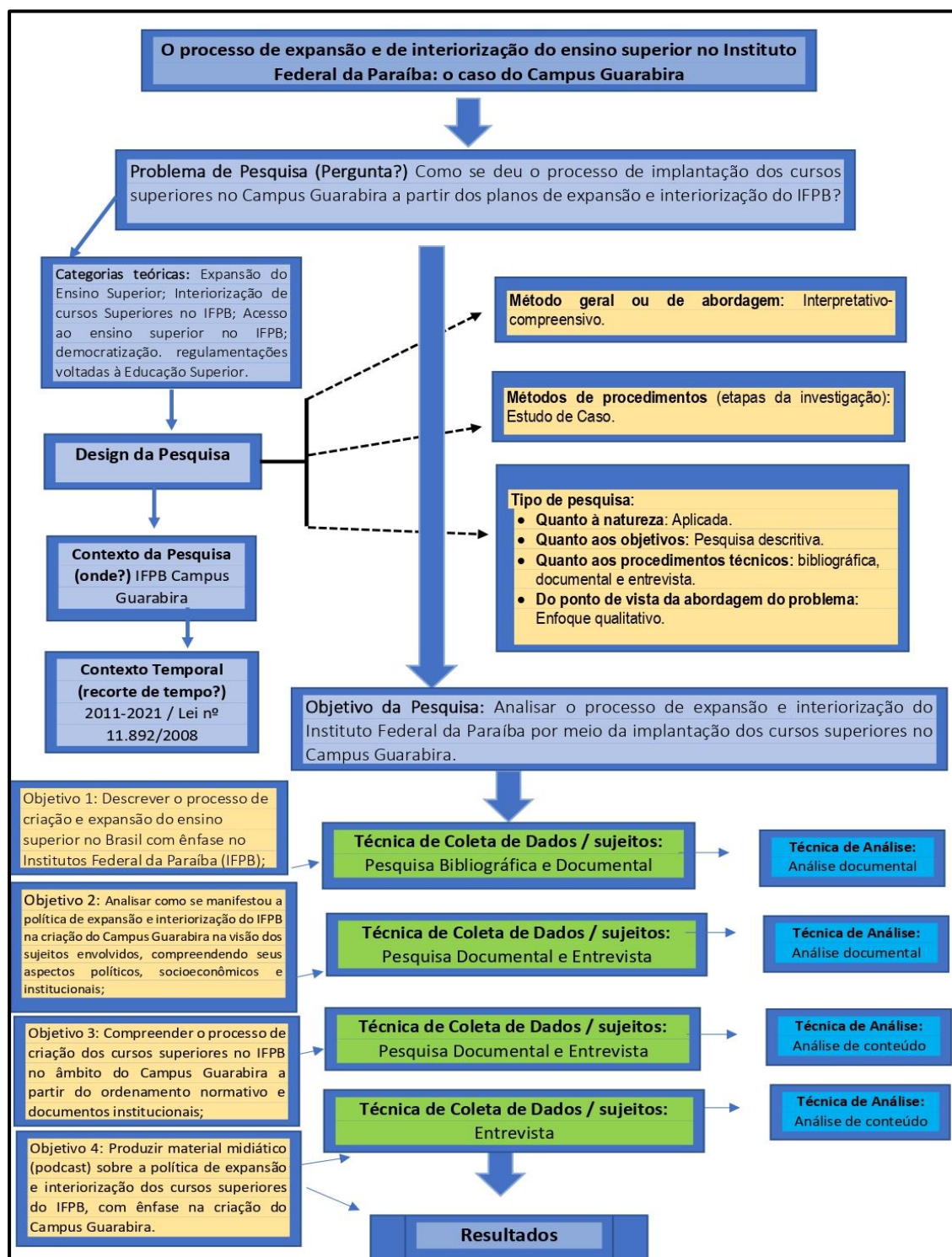
A opção pela pesquisa descritiva se mostra pertinente por buscar-se descrever características, comportamentos e relações institucionais e políticas relativas ao processo de interiorização do ensino superior, além de responder a perguntas sobre "o quê?", "quem?", "onde?" e "como?" relacionados ao objeto de estudo. A coleta de dados foi feita por meio de levantamento bibliográfico, entrevista e análise documental.

A partir das informações e dados levantados, este estudo procurou tratar de temática de relevância no contexto das políticas públicas no país, que é a expansão e interiorização da educação superior pública no Brasil, especificamente do IFPB, no seguimento da implantação dos cursos superiores no *Campus* Guarabira, situado no interior da Paraíba.

2.2 Fluxo dos procedimentos da pesquisa

Para melhor compreensão, o desenho metodológico da pesquisa é apresentado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Desenho Metodológico da Pesquisa



Fonte: Adaptado de Castelo Branco (2021).

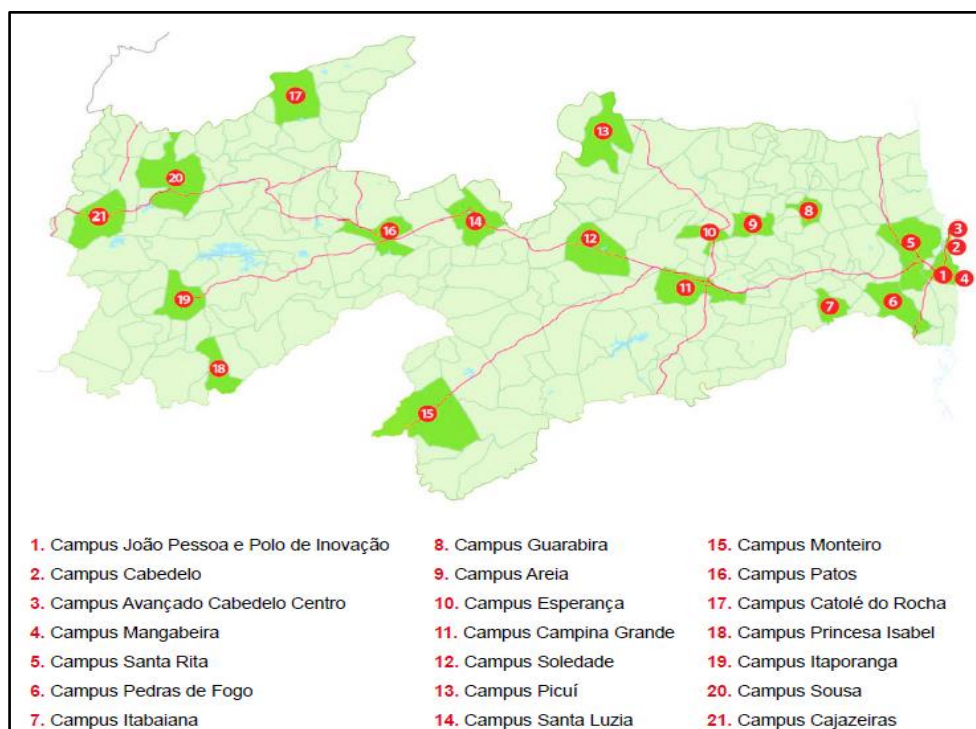
2.3 O lócus da pesquisa

O estudo foi realizado no âmbito do Instituto Federal da Paraíba, uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta

de educação profissional e tecnológica. Segundo o art. 2º da Lei 11.892/2008, o IFPB abrange uma diversidade de modalidades e territorialidades. Sua origem remonta à antiga Escola de Aprendizizes e Artífices, fundada em 1909, que ao longo dos anos recebeu diversas denominações até adotar o nome de Instituto Federal da Paraíba em 2008. O IFPB é uma das instituições de educação profissional e tecnológica vinculadas ao Ministério da Educação e faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2023, o IFPB contava com 21 unidades espalhadas pelo Estado da Paraíba, incluindo *Campi* e *Campi Avançados*, um Polo de Inovação e 27 Polos de Educação a Distância. Essas unidades oferecem oportunidades de educação e formação profissional para estudantes de diferentes regiões, sendo que apenas 10 (dez) *campi* oferecem cursos de ensino superior. Além de suas atividades de ensino, o IFPB também promove pesquisa, extensão e inovação tecnológica, contribuindo significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado. A Figura 2 ilustra a presença e abrangência do IFPB no estado.

Figura 2 - Área de Abrangência do Instituto Federal da Paraíba



Fonte: IFPB (2019a, p. 32).

Além da graduação, ressalta-se que o Instituto oferece uma ampla variedade de cursos em diversas áreas, incluindo curso FIC (formação inicial e continuada), cursos técnicos (subsequente e integrado), cursos de graduação e pós-graduação. Contudo, como o foco da presente pesquisa é o ensino superior, na modalidade presencial, segue, no Quadro 1, a

relação atual dos cursos ofertados pelo IFPB nesse nível de ensino.

Tabela 1 - Exposição dos Cursos Superiores do IFPB por unidade

<i>Campus</i>	Cursos Superiores	N.º de Cursos
João Pessoa (1)	Administração (2 turmas) - Automação industrial - Construção de Edifícios - Design de Interiores - Engenharia Civil – Eng. Mecânica – Eng. Elétrica - Geoprocessamento - Gestão Ambiental - Matemática - Negócios Imobiliários - Química - Redes de Computadores - Sistemas de Telecomunicações - Sistemas para Internet – Letras/Língua Portuguesa EAD - Administração Pública EAD	17 cursos
Campina Grande (2)	Construção de Edifícios - Física - Telemática - Construção de Edifícios - Engenharia de Computação e Licenciatura em Matemática.	6 cursos
Patos (3)	Engenharia Civil - Segurança no Trabalho	2 cursos
Cajazeiras (4)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Automação industrial - Engenharia Civil - Engenharia de Controle e Automação - Matemática - Computação e Informática.	6 cursos
Sousa (5)	Agroecologia - Tecnológico de Alimentos - Educação Física - Medicina Veterinária – Química – Letras / Língua Portuguesa	6 cursos
Picuí (6)	Agroecologia - Sistemas para Internet - Letras/Língua Portuguesa EAD	3 cursos
Esperança (7)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1 curso
Monteiro (8)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Construção de Edifícios	2 cursos
Cabedelo (9)	Licenciatura em Ciências Biológicas - Design Gráfico	2 cursos
Guarabira (10)	Gestão Comercial - Sistemas para Internet	2 cursos

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Portal do Estudante do IFPB² (2023).

Diante do impulsionamento da política de expansão e interiorização do IFPB, especialmente na sua terceira fase, é que surge o Núcleo Avançado de Guarabira (objeto da pesquisa), situado primeiramente à Rua José Epaminondas, 573, Bairro Novo, sendo ligado administrativamente à Reitoria por meio de resolução (n.º 52/2011) “*ad referendum*”, assinada pelo então reitor da época, em 19 de julho de 2011. Dois anos depois, o *Campus* Guarabira foi oficialmente reconhecido pelo Ministério da Educação por meio da Portaria n.º 993/2013. No entanto, mesmo antes dessa formalização, o *campus* já havia iniciado suas atividades educacionais, oferecendo cursos técnicos e um curso de graduação.

A escolha do *Campus* Guarabira como objeto desta pesquisa se deve ao fato de ser a primeira unidade do IFPB criada na Fase III da expansão, com a implantação do ensino

² Portal do Estudante do IFPB. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/cursos/>. Acesso em: 22 maio 2023.

superior no eixo tecnológico já no ano de 2011. Vale ressaltar, no entanto, que antes disso o IFPB já oferecia cursos de graduação na modalidade presencial em quatro *campi*, os mais antigos na oferta desse nível de ensino: João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras e Sousa (Araújo, 2019, p. 42).

Em busca de refletir sobre esse processo evolutivo institucional, a presente pesquisa tem como objeto de investigação a criação do *Campus* Guarabira do IFPB, além de refletir sobre a implementação dos seus cursos superiores: Gestão Comercial (criado pela Resolução n.º 67/2011 - IFPB) e de Sistemas para Internet (criado pela Resolução n.º 142/2018 - IFPB). A proximidade com o campo experiencial possibilitou a definição das categorias empíricas e a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas relacionadas ao tema central da pesquisa. As entrevistas foram complementadas com levantamentos bibliográficos e documentais. Essa abordagem articulada fundamenta tanto a construção teórica quanto a empírica do estudo.

De acordo com o Relatório de Gestão 2022, encaminhado ao Tribunal de Contas da União o *Campus* Guarabira possui 38 docentes e 24 servidores técnico-administrativos lotados na unidade, contando atualmente com mais de 700 alunos matriculados entre cursos técnicos integrados, superior e Educação a Distância. Entre os cursos superiores presenciais ofertados pelo *Campus*, há duas turmas do curso tecnólogo em Gestão Comercial e uma turma do curso tecnólogo em Sistemas para Internet (IFPB, 2022, p. 180).

É importante destacar que os eixos norteadores da presente pesquisa, são as categorias: política de expansão do Instituto Federal, política de interiorização, a criação do *Campus* Guarabira, bem como a oferta de cursos superiores. Além disso, no sentido de difundir o conteúdo trabalhado no estudo, foi utilizado um Produto Técnico-Tecnológico.

2.4 Produto Técnico-tecnológico

Alinhando-se aos requisitos dos programas de Mestrado Profissional da CAPES, que estipulam a elaboração de um Produto Técnico Tecnológico, o presente trabalho oferece, ao final da pesquisa, um conteúdo em mídia digital. Este material será compartilhado com a comunidade acadêmica do IFPB e com interessados na temática da expansão e interiorização da educação superior no Brasil.

O PTT é um componente específico de algumas modalidades de pós-graduação, como os mestrados profissionais. Ele compreende uma exigência complementar à tradicional dissertação de mestrado acadêmico e tem como objetivo promover a aplicação prática do

conhecimento em contextos do mundo real, especialmente nas áreas de educação, tecnologia, engenharia e negócios.

Assim, um dos propósitos finais da pesquisa foi apresentar um *podcast* educacional como uma ferramenta instrumental e comunicacional. Este *podcast* visa disseminar e documentar conhecimentos, bem como compartilhar experiências educacionais, administrativas e culturais, abrangendo áreas como ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão educacional.

O *podcast* educacional, recurso essencial para a promoção e documentação de conhecimento, será apresentado após a conclusão das análises e obtenção dos resultados da pesquisa. A mídia contou com cinco episódios focados na temática "Interiorização do Ensino Superior: Caminhos Expandidos via IFPB" e foi disponibilizado em um canal dedicado no YouTube.

A título de padronização, seguiu-se a recomendação posta pela Resolução Interna n.º 03/2023 – PPGAES/CE/IFPB, a qual dispõe sobre os procedimentos para normatização da elaboração, apresentação, avaliação e publicação dos Produtos Técnicos e Tecnológicos pelos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior.

A escolha deste produto midiático como produto técnico se deveu à carência de reflexão ampla sobre o processo de expansão e interiorização da Rede Federal dos Institutos, em particular no contexto do IFPB, especificamente no período estipulado da pesquisa. O formato de *podcast* foi selecionado por oferecer significativos benefícios para o compartilhamento de informações acadêmicas de maneira acessível e ampla.

Espera-se que, ao apresentar os conteúdos propostos, a instituição possa utilizá-los também em outros *campi* e aprimorá-los, considerando as valiosas contribuições que os entrevistados (ex-gestores e professores) podem oferecer à instituição.

3 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Neste capítulo, é apresentado um resumo histórico da evolução do Ensino Superior, desde a fundação das universidades europeias até o surgimento das primeiras instituições de ensino superior no Brasil. Destaca-se, ainda, o processo de interiorização dos cursos superiores na Paraíba por meio do Instituto Federal e suas unidades descentralizadas fora da capital do Estado, com um enfoque especial no *Campus* Guarabira, que é o objeto de pesquisa deste trabalho.

Além disso, aborda-se a fundamentação teórica e a conceituação dos termos “expansão e interiorização em ensino superior”, que são essenciais para a compreensão desta dissertação. Por meio do ‘estado da arte’, delinea-se o cenário nacional da pesquisa sobre a expansão e interiorização do Ensino Superior no Brasil, com foco nos Institutos Federais e no Ensino Técnico.

Atualmente, os conceitos de expansão e interiorização no contexto do ensino superior são considerados categorias analíticas fundamentais para a compreensão da temática, dado que são temas relevantes para o desenvolvimento educacional e regional. De forma geral, entre 2003 e 2014, houve um crescimento significativo no número de matrículas na graduação, impulsionado tanto pela criação de novas instituições de ensino superior quanto pela expansão dos *campi* das IES já existentes (Souza, 2022).

Da mesma forma, a interiorização das instituições de ensino superior públicas foi um fator crucial para o desenvolvimento regional e para a democratização do acesso ao ensino superior público. Regiões como o Nordeste, incluindo pequenas e médias cidades, foram particularmente beneficiadas (Souza, 2022). Contudo, é importante notar que, apesar de expansão e interiorização sugerirem interdependência, não são sinônimos.

Neste contexto, o Quadro 2 apresenta a bibliografia levantada a partir dos descritores “expansão e interiorização” do Ensino Superior, e dos IFs. A seguir, serão discutidas essas referências e sua relevância para o entendimento do tema.

Tabela 2 - Levantamento bibliográfico a partir do catálogo Capes e da Base de dados SciELO.

Ano	Título do trabalho / base de dados da publicação	Autoria/Tipo de publicação e Área.	Descritores
2010	A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. Revista Poiesis Pedagógica.	SAVIANI, Dermerval. Artigo / Educação.	Ensino superior; expansão do ensino superior; história da Educação.
2013	Expansão e interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC): avaliação das repercussões educacionais e sociais. Catálogo CAPES.	SULIANO, D. Cirilo. Dissertação / Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão do Ensino Superior	Interiorização; expansão; ensino superior; REUNI.
2017	A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais no Contexto Regional: Diálogos com o Desenvolvimento. Educação Profissional e Tecnológica em Revista	PEREIRA, Luiz A. C. Artigo / Educação Profissional e Tecnológica em Revista	Institutos Federais; Escalas; Territórios; Desenvolvimento.
2018	Política de expansão da RFEPT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade?	SANTOS, Jailson Alves dos. / Capítulo de livro / UERJ.	-
2019	Um estudo da expansão da educação superior no IFPB: desafios institucionais e alcance social. Catálogo CAPES.	ARAÚJO, Maize Sousa Virgolino de. 2019. / Tese / Doutorado em Educação	Expansão da Educação Superior. Institutos Federais. Desafios Institucionais. Alcance Social.
2019	Expansão e interiorização da universidade tecnológica federal no estado do Paraná: Efeitos No Desenvolvimento Local.' Catálogo Capes	GARBOSSA SILVA, Renata A. / Tese / Geografia.	Interiorização; Expansão; Ensino superior; Desenvolvimento local.
2019	Expansão e interiorização da universidade estadual de Goiás: análise de implantação e reestruturação do campus de Quirinópolis. Catálogo Capes.	SILVA, Fernando. / Tese / Educação.	Ensino superior; Interiorização do ensino superior; UEG; Educação superior; Expansão do ensino superior
2019	Ensino Superior em instituições públicas do estado do Piauí: expansão e interiorização no território do Vale do Canindé. Catálogo Capes.	DIAS, Elizangela Batista. / Dissertação / Mestrado Profissional em Gestão Pública	Ensino Superior; Políticas Públicas; Universidade; Expansão do Ensino.
2020	Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana.	MÁXIMO, R. / Artigo / Gestão Urbana.	Universidades federais. Institutos federais. Educação. Cidades. Impactos urbanos.
2023	Expansão do ensino superior e a distribuição regional das universidades brasileiras. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.	SANTOS, F. P.; AMARAL, P.; LUZ, L. Artigo.	Ensino superior brasileiro; Expansão; Interiorização; Emerging Hotspot

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Dos 58 resultados encontrados no Catálogo Capes / Plataforma Sucupira para os descritores “expansão e interiorização” do ensino superior, abrangendo o período de 2006 a 2019, selecionou-se uma dissertação de 2013. Entre os trabalhos mais recentes, de 2017 a

2019, foram identificadas 4 dissertações e 4 teses. Destes, apenas 6 trabalhos corresponderam aos critérios de interesse definidos para esta dissertação.

Os descritores, destacados na terceira coluna, correspondem às palavras-chave identificadas pelos autores em seus trabalhos. Apesar do número considerável de estudos, foram selecionados apenas aqueles que demonstraram relevância e aproximação com o objeto desta dissertação para a composição da revisão da literatura.

Para abordar a expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, foram selecionados os seguintes trabalhos: os artigos de Saviani (2010), Pereira (2017), Máximo (2020) e Santos, Amaral e Luz (2023); as dissertações de Suliano (2013) e Dias (2019); as teses de Araújo (2019), Garbossa Silva (2019) e Silva (2019), além do capítulo de livro de Santos (2018). A partir dessas escolhas, será apresentado o diálogo entre os autores nos itens a seguir. Antes disso, traçar-se-á um apanhado histórico do ensino superior no contexto brasileiro.

3.1 Breve histórico do Ensino Superior no Brasil

Explicar os conceitos de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil exige um breve panorama histórico. Nesse sentido, recorre-se a Saviani (2010) para buscar entender as considerações que o levam a classificar o modelo de educação superior brasileiro como elitista e anglo-saxônico. Segundo Saviani, essa classificação se deve, em parte, à dicotomia entre os modelos público e privado, refletindo as contingências sociais sobre quem deve ser educado e para quê.

Nesse sentido, não se pode tratar de direitos humanos enquanto garantia de dignidade sem reconhecer a importância da educação como componente basilar no desenvolvimento das sociedades no mundo contemporâneo. Assim, como exposto no breve histórico delineado por Dermeval Saviani (2010), entende-se que a educação, enquanto direito fundamental do cidadão, tornou-se uma preocupação central do Estado Moderno a partir da Revolução Francesa, no século XVIII e nas décadas subsequentes (Hobsbawm, 1991).

Quatro anos após o término da Segunda Grande Guerra Mundial, a Carta das Nações Unidas de 1948 proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual, no seu Artigo 26, afirma que "toda a pessoa tem direito à educação" (ONU, 1948) e que "a educação superior deverá ser igualmente acessível a todos com base no respectivo mérito" (ONU, 1948). Não é por acaso que este princípio, que é fundamental para a dignidade humana, passou por um processo de "deselitização" ao longo do tempo, tornando-se uma política

pública essencial em muitos Estados Modernos no mundo ocidental. Este avanço se manifestou tanto através do financiamento público direto quanto por meio de incentivos à iniciativa privada.

Entende-se que os modelos da Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles na Grécia Antiga já apontavam para um padrão educacional pré-universitário. Como o continente europeu centralizava a primazia das grandes descobertas do mundo civilizado, não poderia ser diferente em apoderar-se deste pioneirismo da criação de um modelo organizacional o que se denomina atualmente de Universidade, sobretudo, o modelo de Paris, na França. Em busca de uma definição semântica através de simples consulta em um dicionário, encontrou-se o seguinte significado do vocábulo supracitado:

[...] instituição de ensino e pesquisa constituída por um conjunto de faculdades e escolas destinadas a promover a formação profissional e científica de pessoal de nível superior, e a realizar pesquisa teórica e prática nas principais áreas do saber humanístico, tecnológico e artístico e a divulgação de seus resultados à comunidade científica mais ampla (Oxford English Dictionary, 2023).

Em meados do século III a.C., surgiu a pioneira Universidade de Alexandria, no Egito, norte da África, onde também foi fundada a primeira Biblioteca reconhecida mundialmente. No entanto, tem-se o seguinte registro das primeiras instituições de ensino superior na Europa com nível organizacional mais definido:

Algumas universidades foram implantadas ainda no primeiro milênio e continuam em funcionamento, entretanto a Europa foi o berço da Instituição Universitária que prevalece na atualidade. A universidade de Bolonha a primeira e atribuída como a l'Alma Mater, fundada em 1088 seguida pela universidade de Paris, a qual serviu de modelo posteriormente, foram e continuam sendo, pois permanecem com plenas atividades universitárias, as instituições desbravadoras na formação desta modalidade de ensino Bortolanza (2017, p. 2).

A universidade, enquanto instituição planejada, surge no Velho Continente no período conhecido como Baixa Idade Média, ou seja, tempo que precede dois movimentos históricos de acentuadas rupturas sociais, econômicas, culturais, artísticas, ou seja, a transição do período medieval, para a Modernidade, embalados especialmente pelo “Humanismo Renascentista”, seguido do “Iluminismo”, dos séculos XV ao XVIII. No entanto, mesmo fundada em um período de significativas mudanças, a Universidade ainda não gozava de total liberdade científica e expressão do pensamento, por conta da dependência umbilical, fincada nos ditames da Igreja Católica e da realeza detentora do poder temporal. Vejamos:

As universidades na Europa eram consideradas pelos papas e príncipes importantes fontes de apoio político e, para instituí-las editavam bulas e leis, com o objetivo de as

proteger e nelas poderem intervir, como constam nos registros de criação das universidades de Bolonha e Paris (Bortolanza, 2017, p. 2).

No novo continente, especialmente na América Latina, as expedições espanholas e portuguesas estabeleceram a primeira instituição de ensino superior: a Universidade Nacional de San Marcos, no Peru, fundada em meados do século XVI. Seguindo esse marco inicial, diversos países latino-americanos fundaram suas próprias instituições de ensino superior entre os séculos XVI e XVII. Em contraste, o Brasil foi um dos países mais tardios na implantação de universidades, devido à falta de interesse da Coroa portuguesa e ao desinteresse dos detentores do poder no país durante aquele período (Bortolanza, 2017, p. 2).

A visão servil da corte portuguesa em relação à sua colônia brasileira se manifestou na indiferença em relação ao desenvolvimento educacional durante os primórdios da colonização, entre os séculos XVI e XVIII. “Ao contrário da colonização espanhola, na América Latina, os portugueses mostravam-se hostis à criação de escolas superiores e de universidades em sua colônia brasileira” (Martins; Vieira, 2014, p. 95).

Somente no século XIX, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, em resposta às ameaças de invasão por parte do imperador francês Napoleão Bonaparte, começaram a surgir as primeiras instituições de ensino superior no país. A criação da Escola de Cirurgia da Bahia em 1808 e, posteriormente, das Faculdades de Direito de Olinda e São Paulo em 1827, representam marcos significativos na implantação do ensino superior no Brasil (Bezerra, 2007, p. 22).

No período imperial, havia no país ainda poucas entidades educacionais e cursos superiores:

No final do Império (1889), o país contava com somente seis escolas superiores voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros. Em 1900, não existiam mais que 24 escolas de ensino superior; três décadas depois o sistema contava com uma centena de instituições, sendo que várias delas foram criadas pelo setor privado, principalmente pela iniciativa confessional católica (Martins; Vieira, 2014, p. 95).

O ensino superior no país se abriga, inicialmente, ainda em um ambiente bastante segregador e elitizado, expressamente afastado das classes mais populares (trabalhadores, escravos, operários, entre outros). Era um cenário favorável para as famílias que detinham o poder político e econômico, com destaque para oligarquias, latifundiários e os servidores da corte/república vinculados diretamente ao poder vigente (Bezerra, 2007, p. 25).

Mais adiante, segundo apontam Martins e Vieira (2014, p.95), “até o início da década de 1930, o sistema de ensino superior era constituído por um conjunto de escolas isoladas, de

cunho profissionalizante, divorciado da investigação científica e que absorvia aproximadamente 30 mil estudantes”. Foi durante esse período referenciado que ocorreu a criação da Escola de Aprendizes Artífices pelo ex-presidente Nilo Peçanha, em 1909, no contexto da “República Velha”, que era uma entidade voltada para o ensino técnico profissionalizante de jovens socialmente excluídos. Esse modelo de escola precedeu o que atualmente se conhece como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia espalhados em nosso território, dentre os quais, o Instituto Federal da Paraíba, lócus deste trabalho.

3.2 A expansão e a interiorização do ensino superior no âmbito da literatura acadêmica

Os conceitos de expansão e interiorização são distintos, mas também complementares e interdependentes, e são fundamentais para a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A expansão refere-se ao aumento do número de novos *campi*, que ocorre tanto em grandes centros urbanos quanto em localidades mais afastadas. Por outro lado, a interiorização é o movimento que leva essa expansão para cidades menores e mais distantes.

Saviani (2010) destaca que a criação do ensino superior no Brasil começou em 1808, quando D. João VI estabeleceu os primeiros cursos superiores, em resposta às demandas surgidas com a chegada da família real ao Brasil. O objetivo era atender às necessidades educacionais da elite e consolidar a presença portuguesa no território colonial. Durante o Império, essa expansão iniciou com o surgimento das faculdades de Direito em São Paulo e Olinda, aproximadamente uma década depois, conforme mencionado anteriormente.

Na Primeira República, a expansão do ensino superior foi marcada principalmente pela implementação de instituições privadas e não oficiais (Neves; Martins, 2016). A partir da década de 1930, houve um retorno ao protagonismo público, intensificado nas décadas seguintes com a federalização de instituições estaduais e privadas e a criação de novas universidades federais, como a Universidade Federal de Goiás, em 1960 (Saviani, 2010).

Até a Constituição de 1988, o modelo predominante na organização e expansão do ensino superior no Brasil era o napoleônico, que priorizava uma estrutura centralizada e acadêmica. A partir dos anos 1990, iniciou-se um processo de mudança que diversificou as formas de organização das instituições de ensino superior, direcionando-se gradualmente para

o modelo anglo-saxônico, particularmente o norte-americano³. Saviani (2010) assinala que, além das implicações dessa mudança, a falta de medidas públicas efetivas e o escasso investimento público contribuíram para o crescimento do número de universidades privadas.

Saviani (2010) critica a forma como a política de expansão do ensino superior foi implementada no Brasil, destacando que a verdadeira preocupação deveria ser com a qualidade e a eficácia dessa política, não apenas com a quantidade de novas vagas. Em comparação com outros países, como a Argentina, o Brasil enfrenta uma deficiência significativa em vagas no ensino superior, considerando as dimensões continentais do território brasileiro. Esse cenário evidencia que:

[...] seria necessário triplicar a porcentagem da população com idade entre 19 e 24 anos que tem acesso ao Ensino Superior. Isso porque, enquanto na Argentina 36% da população na faixa etária de 19 a 24 anos têm acesso ao ensino superior, no Brasil esse índice não chegava a 12%. Para viabilizar esse objetivo previa-se a ampliação da oferta de ensino público em igual proporção, ou seja, um aumento de 200% tanto das vagas privadas como das vagas públicas nos dez anos seguintes (Saviani, 2010, p. 15).

Seguindo a perspectiva de Saviani (2010), constata-se que, durante a década de 1990, sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), apesar do reconhecimento do déficit de vagas no ensino superior, a partir de 1997 foi lançada uma proposta de expansão para enfrentar essa questão. No entanto, essa proposta, embora tenha reconhecido a gravidade do problema, não incluiu uma previsão orçamentária adequada para mitigar os impactos e resolver a deficiência de vagas de forma efetiva. Ou seja:

A expansão — diz a proposta — dependerá de uma racionalização no uso dos recursos que diminua o gasto por aluno nos estabelecimentos públicos, da criação de estabelecimentos voltados mais para o ensino que para a pesquisa, da ampliação do ensino pós-médio e do estabelecimento de parcerias entre União, Estado e instituições comunitárias para ampliar, substancialmente, as vagas existentes (Brasil, 1997, p.39 *apud* Saviani, 2010, p. 15).

Nesse cenário, destaca-se negligência do governo federal em relação à educação superior e a discrepância de tratamento entre as universidades públicas e privadas. A crítica aponta para o fato de que, enquanto as universidades privadas recebiam incentivos e apoio, as instituições públicas enfrentavam desafios significativos, como a falta de recursos e apoio orçamentário. Essa situação começou a mudar de forma considerável com os governos

³ O modelo anglo-saxão ou norte-americano de IES são frequentemente mencionados devido às suas características específicas, tais como: Autonomia Institucional e Flexibilidade Curricular; foco em Pesquisa e Inovação, Sistema de Avaliação Contínua e Qualidade, Integração com o Mercado de Trabalho, e Fomento à Internacionalização.

subsequentes, particularmente durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). No entanto, Saviani (2010) ainda aponta que, mesmo com as melhorias, a oferta nas universidades públicas não foi suficiente para atender à demanda, enquanto o setor privado continuava a expandir exponencialmente.

Além disso, Suliano (2013) oferece uma análise específica sobre a expansão da Universidade Federal do Ceará (UFC). O estudo visa avaliar as repercussões educacionais e sociais da expansão e interiorização da educação superior, no contexto da democratização universitária. A autora contextualiza historicamente o ensino superior no Brasil, começando com a chegada da Família Real e a criação de universidades voltadas para a elite brasileira, estabelecida em um contexto de riqueza associada ao latifúndio e à escravidão.

Corroborando com Saviani (2010), a análise da referida autora destaca que, desde a abertura das primeiras universidades brasileiras, o modelo educacional no país sempre foi elitista. A Reforma de 1968, impulsionada pelo êxodo rural e urbanização durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), contribuiu para a expansão do ensino básico, o que eventualmente forçou o governo militar dos anos 1970 a ampliar a rede de ensino superior. No entanto, essa expansão não foi feita de maneira popular ou democrática.

A pesquisa de Suliano (2013) foca na UFC e sua trajetória de interiorização, refletindo um padrão observado em todo o Brasil. A autora analisou como a expansão da Universidade para os municípios do interior cearense foi crucial para o desenvolvimento regional, proporcionando benefícios como a criação e ampliação de cursos e o acesso ao ensino universitário para um público mais amplo. No entanto, a pesquisa também revelou desafios significativos, como a disparidade entre o número de alunos nos *campi* do interior e a disponibilidade de oportunidades de trabalho nessas localidades, resultando em um êxodo de mão de obra qualificada para a capital. Esse fenômeno destaca a necessidade de políticas que alinhem a expansão educacional com o desenvolvimento de oportunidades econômicas locais.

Sobre os efeitos da expansão da Rede Federal e da criação dos Institutos Federais e sua contribuição para o desenvolvimento, considerando as possibilidades multi e transescalares, o trabalho de Pereira (2017) investiga como essas instituições contribuem para o desenvolvimento regional, considerando as diversas escalas (locais, regionais e nacionais) e o diálogo que favorece intervenções de desenvolvimento. Utiliza como categorias analíticas os conceitos de território, escalas e desenvolvimento que o auxiliam no entendimento de como os IFs operam em diferentes níveis e contribuem para o desenvolvimento sustentável das regiões onde estão inseridos.

Pereira (2017) aborda a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como um fator

crucial para o desenvolvimento regional, enfatizando parâmetros como a autonomia das instituições, a hierarquia no sistema educacional e os limites do poder subnacional. Esses aspectos são fundamentais para avaliar como os Institutos Federais podem gerenciar seu futuro de maneira autossustentável. A pesquisa destaca que os IFs desempenham um papel estratégico no desenvolvimento regional e sublinha a importância das políticas de expansão da Rede Federal, que contribuem para a cidadania ao promover uma educação de qualidade alinhada às necessidades locais e regionais.

Em sua conclusão, Pereira (2017) argumenta que a expansão da Rede Federal é uma estratégia eficaz para fomentar a educação e, por conseguinte, o desenvolvimento social e econômico. O diálogo entre as diferentes escalas de atuação dos IFs potencializa intervenções que beneficiam o desenvolvimento regional, fortalecendo a cidadania e contribuindo para um futuro autossustentável. Contudo, Pereira (2017) também concorda com Suliano (2013) ao afirmar que a relação entre EPT e desenvolvimento é complexa e exige uma análise cuidadosa.

O autor destaca a

importância de se refletir em profundidade sobre o papel político dessas instituições quando o que se pretende é o desenvolvimento que considere, valorize e fortaleça a sustentabilidade da vida dos cidadãos em suas múltiplas relações e representações a respeito de sua efetiva participação e de seus direitos. Sem essa reflexão e cuidado, a EPT não escapará à formação de trabalhadores sob a égide e diretrizes exclusivas do mercado (Pereira, 2017, p. 103).

A ênfase na reflexão política e na sustentabilidade é particularmente relevante. Pereira (2017) alerta para o risco de a EPT se alinhar exclusivamente aos interesses do mercado, o que poderia desviar seu potencial para fortalecer a cidadania e promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Esta perspectiva desafia os leitores a transcender as estruturas convencionais e a considerar as implicações mais amplas e profundas das políticas educacionais e de desenvolvimento. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) deve, portanto, ser acompanhada por políticas que garantam que esse crescimento não seja subordinado apenas às demandas do mercado, mas que também priorize o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento sustentável.

No âmbito da expansão da RFEPCT, Santos (2018) ressalta o papel crucial da política de expansão implementada durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e continuada no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Este período marcou um avanço histórico significativo para a rede, que tem suas raízes na inauguração em 1909, sob a presidência de Nilo Peçanha, conhecido como “patrono da educação tecnológica” do Brasil.

A expansão durante o início do século XXI não apenas resultou em um aumento substancial das unidades de ensino, mas também consolidou os fatores estruturantes da política educacional, com o objetivo de preparar trabalhadores para os sistemas produtivos do país. Essa ampliação trouxe transformações significativas tanto em termos quantitativos quanto estruturais, refletindo o compromisso com o desenvolvimento regional e a qualificação da força de trabalho brasileira.

A política de expansão da RFEPCCT pode e deve ser examinada a partir de múltiplas dimensões e perspectivas. Santos (2018) aborda essa expansão enfatizando dois eixos principais. O primeiro eixo refere-se às novas formas de organização político-administrativa implementadas nas instituições da Rede Federal. O segundo eixo está relacionado às estratégias políticas, econômicas e sociais fundamentadas no modelo desenvolvimentista baseado no consumo e na distribuição de renda, que orientou as ações do governo do Partido dos Trabalhadores a partir de 2003.

Nesse contexto, a expansão da RFEPCCT envolveu a introdução de novas formas de organização estrutural e espacial, refletindo uma nova institucionalidade e territorialidade. As instituições de ensino passaram a ocupar espaços geográficos que atendiam a esse modelo de desenvolvimento, que visava, fundamentalmente, atender a uma parcela significativa da população carente de educação voltada para o mercado de trabalho.

A política de ampliação em larga escala da rede de escolas profissionais no âmbito do governo federal começou a dar os seus primeiros passos em 2003, na elaboração do Plano Plurianual do Governo Lula (PPA 2004-2007), quando foram definidos os objetivos do planejamento governamental. A constatação expressa no PPA 2004-2007 (2003, p.80) era a de que havia um grande contingente da população brasileira retornando às salas de aula, em idade tardia, para cursar o ensino médio, tendo em vista as demandas no mundo do trabalho em termos de escolaridade da mão de obra, naquela conjuntura (Santos, 2018, p. 114).

À revelia de todo o empenho dos governos populares estabelecidos no Brasil que dinamizaram a expansão dos IFs, Santos (2018) considera que a educação pública no país não é totalmente financiada por recursos próprios dos municípios ou estaduais, mas depende substancialmente de fundos fornecidos pela União, e isso é um ponto relevante para a consideração do Estado e qualidade da educação pública. O que implica melhor planejamento e mais estudos acerca do impacto das políticas econômicas e as crises enfrentadas pelos governos. Santos (2018) ilustra esse ponto com a observação do ajuste fiscal promovido pelo Ministro da Fazenda, que resultou em um corte de R\$ 9,4 bilhões, afetando a execução de novos projetos e a continuidade das políticas públicas no setor educacional.

A expansão do ensino superior também é abordada no estudo de Araújo (2019), que se concentra no IFPB. A pesquisa analisou o processo de expansão do IFPB no contexto da política educacional brasileira entre 2008 e 2015 e investigou os desafios enfrentados pela instituição para implementar essa expansão e sua contribuição social. A autora contextualiza as mudanças nas políticas educacionais no Brasil, iniciadas na década de 1990, e as consequências para a expansão do ensino superior. Ela descreve como o novo modelo do estado brasileiro, reestruturado em 1995 com características neoliberais, influenciou a atuação e expansão dos IFs.

Para dar fôlego à pesquisa, Araújo (2019) analisou a expansão dos Institutos Federais de Educação, criados em 2008 pela lei n.º 11.892/2008, que os equipara às universidades federais quanto à oferta de cursos superiores. O estudo evidenciou que expansão do IFPB foi articulada à ampliação e interiorização de seus *campi* em todo o estado da Paraíba, aumentando o acesso à Educação Superior para 11.994 alunos. A oferta de cursos de graduação seguiu uma média de um a dois cursos anuais por *campus*, majoritariamente na modalidade presencial, com predominância de cursos de tecnólogos (57,9%).

A pesquisa de Araújo (2019) revela que a expansão do Instituto Federal da Paraíba foi uma condição essencial para garantir o acesso à educação superior. Embora tenha enfrentado desafios estruturais e de pessoal, assim como a necessidade de construir uma nova identidade institucional, o impacto social foi significativo. A expansão proporcionou acesso à educação para alunos de famílias carentes, fomentou o desenvolvimento local e geográfico e criou oportunidades de emprego e renda. Araújo (2019) conclui que, apesar das dificuldades, a expansão do ensino superior no IFPB teve um papel importante no acesso à educação, no desenvolvimento regional e na qualificação profissional, resultando em mudanças sociais positivas.

Por sua vez, o estudo de Garbossa Silva (2019) aborda a evolução das políticas de desenvolvimento local no Brasil, com ênfase na integração das políticas de desenvolvimento regional e das instituições de ensino superior. A pesquisa destaca que, desde a década de 1990, o estado do Paraná experimentou transformações econômicas, sociais, políticas e educacionais que modificaram sua base produtiva e ampliaram sua infraestrutura técnico-científica. Na década seguinte, o movimento de expansão e interiorização do ensino superior levou ao aumento significativo de IES no Paraná, alterando a dinâmica territorial do estado. A tese foca na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e sua contribuição para o desenvolvimento local nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava, ressaltando como a presença das IES contribuiu para o progresso econômico e social dessas

localidades.

Por meio de sua pesquisa bibliográfica e de campo, Garbossa Silva (2019) demonstrou que a expansão das Instituições de Ensino Superior, como a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, gerou significativas mudanças no espaço urbano e na dinâmica local. A verticalização das cidades e a diversidade cultural aumentaram, enquanto a infraestrutura técnico-científica se expandiu, beneficiando a economia paranaense e ampliando o número de ativos institucionais.

Os resultados da pesquisa indicam que a presença da UTFPR estimulou uma colaboração mais efetiva entre o poder público, o setor produtivo e a comunidade local, resultando em crescimento econômico, aumento do número de postos de trabalho formais e elevação dos salários médios reais.

O estudo destaca que o ensino superior qualificado tem um impacto direto nos salários, com a maior escolaridade contribuindo para salários mais altos e maior produtividade. Todos os setores econômicos, especialmente os serviços, mostraram um aumento na taxa de crescimento dos salários médios reais após a instalação dos *campi*. Essas instalações desempenham um papel crucial na criação e disseminação de conhecimentos e inovações, contribuindo para a produção e distribuição da renda nacional e o avanço da democracia. Além disso, os espaços locais se tornaram novos polos de desenvolvimento econômico, refletindo a importância da expansão do ensino superior para o progresso econômico e social das regiões.

Nessa mesma direção, a tese de Fernando Silva (2019) reconhece que a interiorização do ensino superior no Brasil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento regional, com destaque especial para estados como o de Goiás. O estudo de caso do município de Quirinópolis ilustra a relevância desta política educacional ao examinar a expansão e reestruturação da Universidade Estadual de Goiás (UEG). A análise cobre o período de 1995 a 2015, durante o qual as políticas governamentais dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva foram decisivas para a expansão do ensino superior, muito embora a universidade privada tenha encontrado maior lastro no governo FHC, enquanto a pública, no governo de Lula. Apesar dessas iniciativas, o déficit de vagas no ensino público superior persiste (Silva, 2019).

O autor observa ainda que a criação da UEG em 1999, resultante da Lei n.º 13.456, e a implantação de seus *campi*, incluindo o de Quirinópolis, foram essenciais para democratizar o acesso ao ensino superior. Esse processo de interiorização contribuiu significativamente para a formação de professores e profissionais em diversas áreas do conhecimento, atendendo à

demanda local e à das cidades adjacentes. A título de exemplo, o *campus* de Quirinópolis oferece sete cursos de licenciatura e formou mais de 80% dos professores da rede de educação básica na região, o que deixa claro o impacto direto sob a qualificação educacional local (Silva, 2019).

A análise estatística revela que, enquanto as matrículas no ensino superior na capital de Goiás aumentaram 210,53% entre 1999 e 2014, o crescimento no interior foi de 337,02%, demonstrando uma expansão mais acentuada fora dos grandes centros urbanos, o que pode ser considerado um dado positivo. Entretanto, essa expansão foi impulsionada por ações de governos estaduais e municipais, bem como por agentes privados, refletindo uma tendência de descentralização, mas também do aumento da privatização do ensino superior no estado e, nesse contexto, a interiorização do ensino superior não apenas melhora a acessibilidade à educação de nível superior, mas também contribui para o desenvolvimento econômico e social das regiões interioranas (Silva, 2019).

O olhar sobre os impactos da política de expansão e interiorização do ensino superior no Território do Vale do Canindé, Piauí, focando na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e na Universidade Aberta do Brasil (UAB) é a tônica do trabalho de Dias (2019). Trata-se de uma dissertação que abrangeu o período de 2000 a 2019, destacou a criação de Instituições de Ensino Superior públicas e cursos de graduação presenciais permanentes na região, cujos resultados indicaram uma expansão significativa do ensino superior no Piauí, especialmente após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, impulsionada pela diversificação e privatização da oferta educacional.

No *Campus* Professor Possidônio Queiroz, da UESPI, e nos polos da UAB em Oeiras e Simplício Mendes, houve um aumento substancial na oferta de vagas e no número de cursos, contribuindo para a formação de mão de obra qualificada na região. Entretanto, a pesquisa também identificou fragilidades, como infraestrutura inadequada, falta de docentes efetivos e declínio na oferta de vagas em anos recentes, além de um elevado índice de evasão nos cursos presenciais e a distância (Dias, 2019).

Por esse entendimento, a pesquisadora conclui que, apesar dos avanços na democratização do acesso ao ensino superior, a permanência e o sucesso dos estudantes ainda são desafios significativos. Portanto, faz-se necessário um planejamento mais robusto e investimentos adequados para garantir a qualidade da educação oferecida (Dias, 2019). A autora também sugere que futuros estudos investiguem as causas da evasão, a eficiência do uso dos recursos financeiros no ensino superior e os impactos socioeconômicos da expansão e interiorização das IES na região, propondo uma análise contínua e crítica das políticas

educacionais para promover um desenvolvimento regional mais sustentável e inclusivo.

O artigo de Máximo (2020) analisa a expansão e interiorização do ensino federal no Brasil, destacando o impacto territorial dessa política educacional. O autor não pretende discutir o mérito ou avaliar os impactos da expansão por meio das Universidades Federais e Institutos Federais, mas sim contribuir para o debate ao inserir o componente territorial nas análises, ressaltando a carência de estudos sobre os efeitos dessa expansão nas cidades e regiões envolvidas. Observa ainda que a expansão, embora necessária, ocorreu de maneira rápida e desordenada, o que trouxe novos papéis econômicos e sociais para essas instituições no contexto brasileiro.

A implantação dos complexos educacionais federais está associada às mudanças ocorridas no espaço intraurbano, como: aumento populacional sazonal, incremento do comércio e serviços, aquecimento do mercado imobiliário, e maior demanda por mobilidade e infraestrutura urbana. Esses fenômenos decorrem da atração de estudantes e servidores para as novas instituições, impactando diretamente as cidades que abrigam os *campi*, muitas vezes localizados em áreas periféricas que exigem flexibilização da legislação urbanística.

O autor utiliza os casos dos *campi* da Universidade Federal do Ceará e do Instituto Federal do Ceará em Crateús e Quixadá para ilustrar essas mudanças. Haja vista essas cidades serem representativas da interiorização do ensino federal em áreas não metropolitanas do Ceará, mostrando como a presença dessas instituições altera a dinâmica e estrutura urbana local. O estudo sugere a necessidade de aprofundar a análise em outras cidades para entender melhor os impactos territoriais das políticas educacionais (Máximo, 2020).

O artigo de Santos, Amaral e Luz (2023) mostra um estudo sobre a reorganização do ensino superior brasileiro, no qual focam a política de expansão e interiorização e a configuração territorial das matrículas nos cursos de graduação entre 2003 e 2019. Os resultados indicam que a interiorização ampliou significativamente a distribuição espacial do acesso ao ensino superior, especialmente no Nordeste. Além disso, aumentou consideravelmente o número de matrículas nos municípios do interior, predominantemente na rede privada. No entanto, apesar dessa expansão, persiste uma tendência significativa de concentração entre as regiões do país, notadamente nos grandes centros urbanos e em áreas específicas de cursos como educação, ciências sociais, negócios e direito.

Nesse sentido, os autores concluem que, embora a política de interiorização tenha obtido resultados positivos ao democratizar o acesso ao ensino superior, há uma necessidade urgente de reavaliação dessa política. Esta reavaliação deve considerar de forma mais precisa os níveis locais de demanda e o perfil dos cursos ofertados, visando uma distribuição mais

equilibrada e eficaz dos recursos educacionais e a mitigação das disparidades regionais no acesso à educação superior (Santos; Amaral; Luz, 2023). Parte desse pensamento está presente, seja de forma literal ou modificada, em todos os estudos apresentados nesta revisão.

Os aspectos positivos elencados pelos autores em muitos casos são convergentes, sobretudo quando concordam que a expansão aconteceu no sentido de aumentar a oferta de vagas no Ensino Superior, bem como na formação de mão de obra especializada. Portanto, a variedade de estudos apresentados nesta revisão de literatura procurou mostrar as muitas abordagens a partir das quais a academia discute a temática da expansão e da interiorização da educação superior.

Quanto aos aspectos críticos, alguns autores falam em êxodo da mão de obra formada nos *campi* interioranos, uma vez que parte dessas cidades que receberam as IES, incluindo os Institutos Federais, não apresentam um mercado capaz de absorver esse contingente. A permanência dos estudantes nos cursos e a falta de servidores, também são pontos apontados como nevrálgicos para repensar as políticas públicas necessárias para consolidar essa interiorização como parte do projeto de expansão do ensino superior brasileiro.

3.3 O Ensino Superior no Brasil: as reformas, os marcos legais e a expansão

Foi em um cenário de ruptura política e econômica, após a decaída do regime conhecido como “Café com Leite”, em que as oligarquias paulista e mineira comandavam os destinos do Brasil, em uma espécie de alternância sequencial de poder até os anos de 1930, que se estabeleceu uma nova ordem política, econômica e social no país, liderado pelo ex-presidente gaúcho, Getúlio Vargas. Além de romper com a “República Velha”, o novo governante abriu as portas para o processo de industrialização e desenvolvimentismo no país. Simultaneamente, surgiram as primeiras universidades, tanto públicas quanto confessionais, estas últimas consistindo em instituições de ensino que seguem uma confissão religiosa.

As primeiras universidades no país surgiram em meados da década de 1930, destacando-se, nesse processo, as criações da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, que teve uma existência efêmera quando o governo federal resolveu dissolvê-la, integrando-a à Universidade do Rio de Janeiro. A primeira universidade católica, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) foi criada em 1940. Entre 1946 e 1960 foram criadas dezoito IES públicas e dez IES privadas. No ano de 1960 a matrícula era de 93 mil estudantes, dos quais mais da metade eram absorvidos pelo setor público (Martins; Vieira, 2014, p. 96).

Posteriormente à Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1950 e 1960, a nova ordem

econômica desenvolvimentista exigia cada vez mais que os governos potencializassem a educação na formação dos seus quadros profissionais. A partir da década de 1960, por meio de estímulos do governo brasileiro, se deu início ao processo de criação de diversas universidades públicas e gratuitas, compreendendo quase todos os estados da federação (Martins; Vieira, 2014, p. 97). Apesar das restrições à liberdade acadêmica, intervenções e censura, o período da ditadura também testemunhou um aumento significativo no número de universidades e na oferta de ensino superior no Brasil. Isso foi em parte devido à ênfase dada pelo regime à educação técnica e científica como parte de seu projeto de desenvolvimento econômico.

É no final da referida década que o Brasil estreia o seu primeiro grande ciclo de expansão das Instituições de Ensino Superior, em um momento histórico em que as pessoas buscavam emancipação dos direitos e mais cidadania.

A crise e reestruturação do Estado e da educação superior não são fenômenos exclusivos do Brasil, mas uma realidade comum à maioria dos países de todas as dimensões e graus de desenvolvimento a partir dos anos 60 e 70. As novas e atuais faces do Estado e dos sistemas de educação superior em cada país decorrem de um conjunto de fatores, entre os quais os avanços sócio-políticos dos direitos de cidadania e, no caso da educação superior, do estágio de desenvolvimento desses sistemas (Silva Júnior; Sguissardi, 2000, p. 2).

Diante desse panorama do capitalismo internacionalizado, e ao mesmo tempo centralizador, baseado no consumo de bens e serviços, havia uma exigência de profissionais mais qualificados para suprir as necessidades do mercado consumidor. Sob a tutela dessa cidadania consumerista, a figura do Estado foi pressionada a incentivar políticas reformistas, dentre elas, a expansão de oportunidades no ensino superior.

A reforma universitária de 1968 possibilitou uma mudança na forma de ascensão social da classe média. A alteração do modelo econômico brasileiro – que facilitou a emergência, no país, de grandes empresas nacionais públicas e privadas e corporações multinacionais – interrompeu a principal via de ascensão social dos setores médios, ao mesmo tempo em que produzia um mercado de trabalho para mão-de-obra "diplomada". O ensino superior tornou-se uma relevante estratégia de reprodução e ampliação da classe média, importante mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e fonte de legitimidade do regime militar-autoritário (Silva Júnior; Sguissardi, 2020, p. 198).

O movimento expansionista de universidades e faculdades no Brasil decorre de muitos movimentos sociais, políticos e econômicos no caminho da ascensão de uma nova categoria da sociedade brasileira, a classe média.

A primeira etapa do processo de expansão do ensino superior no país tem como

primeiro marco legal a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁴ de 1961. Em seguida, em novembro de 1968, ocorre a promulgação da Lei n.º 5.540/1968, estabelecido como o segundo marco normativo do ensino superior no Brasil, que implica na política de expansão de vagas universitárias. O regulamento, denominado Lei da Reforma Universitária, previa financiamentos para a ampliação, modernização e expansão das universidades no país, com ênfase especial na pós-graduação, visando impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil. “A partir da década de 1970, com o claro apoio do Estado, o Ensino Superior expandiu-se intensa e rapidamente, especialmente no setor privado” (Silva Júnior; Sguissardi, 2020, p. 199).

É importante destacar que a expansão das vagas e oportunidades no Ensino Superior, particularmente nas instituições privadas, ocorreu em um período tumultuado da história nacional, a Ditadura Militar. Este período corresponde à Reforma Universitária, que teve como presidente militar Artur Costa e Silva, entre os anos de 1967 e 1969.

A Reforma Universitária deveria desempenhar um papel importante no modelo político-econômico implantado com o golpe militar de 1964. Trata-se de saber se isto ocorreu nesses dois campos – no político e no econômico – ou se a expansão privada do ensino de 3º grau apenas traduziu a necessidade do Estado no controle e persuasão políticos-sociais na esfera da educação, em seu nível superior, caracterizando-se essa Reforma como um ato político necessário, mas de natureza predominantemente ideológica (Silva Junior; Sguissardi, 2020, p. 200).

O governo autoritário do período militar tinha estabelecido a gestão da modernização do Estado através de um projeto nacional-desenvolvimentista, sem perder de vista o controle dos centros universitários espalhados em todo território, em um período da história que coincidia inclusive com o “Milagre Brasileiro”, caracterizado pelo crescimento exponencial do Produto Interno Bruto (PIB), inflação controlada e processo de industrialização. Porém, por outro lado, havia uma brutal repressão social e democrática capitaneado pelo aparelho do Estado para intimidar qualquer tipo de movimento democrático ou de liberdade de expressão. Sobressaem-se nesta missão os órgãos de Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), ambos subordinados ao Exército brasileiro durante os governos militares (1964-1985).

Com o movimento de redemocratização, o pós-1985, a nação vivia a euforia das

⁴ Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. A LDB de 1961 também abordou questões relacionadas ao ensino superior, incluindo a autonomia das universidades na definição de seus currículos e programas. É importante ressaltar que a LDB de 1961 foi revogada em 1996, quando foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) também conhecida como a "Lei Darcy Ribeiro". Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-atualizada-pl.pdf](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-1961-353722-norma-atualizada-pl.pdf)

“Diretas Já”, da reabertura com autonomia do Congresso Nacional e da promulgação da Nova Constituição Federal de 1988 (CRFB), momento em que o mundo ocidental vivia a ascensão da matriz neoliberal na economia, preconizando a ideia de interferência mínima do Estado nos mercados que a cada dia andavam mais globalizados e interligados.

O neoliberalismo ascendeu em meados da década de 1990, especialmente no período pós-queda do Muro de Berlim, que havia simbolicamente dividido as "Alemanhas" oriental e ocidental entre os blocos socialista e capitalista, respectivamente. Contudo, foi nos governos de Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra do Reino Unido, Helmut Kohl, ex-chanceler da Alemanha, e Ronald Reagan, ex-presidente dos Estados Unidos, que essa concepção de modelo econômico foi vigorosamente introduzida e consolidada no bloco capitalista.

O modelo político-econômico capitalista mobilizado nos anos pós 1990 apontava para “[...] ajuste fiscal, privatização, liberação/ajuste de preços, desregulamentação do setor financeiro, liberação do comércio, incentivo ao investimento externo, reforma do sistema de previdência/seguridade social e reforma do mercado de trabalho” (Silva Junior; Sguissardi 2000, p.2).

Durante esse período, o Brasil foi profundamente impactado pela onda macroeconômica neoliberal, que se manifestou inicialmente no governo de Fernando Collor de Mello e perdurou nas gestões de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Nesse contexto, a busca pela legitimação da redemocratização culminou na promulgação da Constituição de 1988, fruto da Assembleia Nacional Constituinte. Esse marco foi crucial para a implementação de uma agenda de políticas públicas mais atenta às demandas sociais, ainda que permeada pelos princípios neoliberais e capitalistas.

Constitucionalmente consignada como uma responsabilidade do Estado, a educação, ao longo das décadas, foi um encargo do qual o país tentou reiteradamente se eximir, algo que se tornou evidente no primeiro ciclo de expansão do ensino superior, anterior à Carta Magna de 1988. Esse período foi marcado por um aumento expressivo no número de faculdades e vagas no ensino privado, impulsionado pela Reforma Universitária de 1968. A Constituição Federal, no entanto, em seu artigo 205, estabelece que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 2023, p. 173).

Mesmo sob a égide da "Constituição Cidadã", a responsabilidade estatal sobre o ensino superior tornou-se ainda mais distante, especialmente após a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) em 1996, sob a liderança do então

ministro Bresser Pereira.

Para o Ministro, a reforma do Estado impõe-se a partir dos anos 90 e isto em decorrência do processo de globalização, que teria reduzido a autonomia dos Estados na formulação e implemento de políticas, assim como a partir do que chama de crise do Estado que se teria iniciado nos anos 70 e assumido plena definição nos anos 80. No Brasil a crise seria caudatária da grande crise econômica, que culmina no fenômeno da hiperinflação, quando, então, a reforma do Estado ter-se-ia tornado uma exigência imperiosa (Silva Junior; Sguissardi, 2000, p. 4).

A Reforma do Aparelho do Estado brasileiro, concebida durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi inicialmente defendida como uma medida para modernizar e aumentar a eficiência da máquina pública, com o objetivo de combater as crises fiscal e econômica por meio da implantação do modelo gerencial. Esse modelo propunha o abandono do paradigma burocrático, ainda profundamente enraizado nas repartições públicas. “O ministro considerava, então, a crise do Estado (crise fiscal, crise do modo de intervenção na economia e no social, e crise do aparelho do Estado) a causa fundamental da crise econômica que o país vinha enfrentando nos 15 anos anteriores” (Silva Júnior; Sguissardi, 2000, p. 5).

Entretanto, esses pesquisadores destacam que o ex-ministro Bresser Pereira manifestou a opinião de que a Constituição Federal de 1988 representou um certo retrocesso para a agenda reformista e modernizadora do Estado, ao torná-lo insustentável financeiramente para sustentar o “Estado de bem-estar social.”

O argumento propulsor desse processo era, principalmente, a crise fiscal que afetava as principais economias do mundo capitalista. O discurso hegemônico, especialmente nos países desenvolvidos, era que o governo havia se tornado sobrecarregado e insustentável do ponto de vista financeiro, colocando em xeque o chamado Estado de bem-estar social (*welfare state*). (Cavalcante; Nogueira, 2020, p. 2).

Esse conjunto de mudanças não eram exclusivas para setores econômicos da União, as entidades públicas do ensino superior foram impactadas no projeto da referida Reforma.

No âmbito do MARE, com base no modelo gerencialista que anima o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), que situa a educação superior, ciência e tecnologia e a saúde como serviços não exclusivos do Estado e competitivos, e que visaria a chamada modernização e aumento de eficiência da administração pública, [...] (Silva Júnior; Sguissardi, 2000, p. 7).

No seio do MARE, surgiu a proposta de transformar as Instituições de Ensino Superior Federais e hospitais públicos em organizações sociais, promovendo um movimento de

desestatização e descentralização dessas entidades. Mesmo que continuassem a receber recursos públicos, servidores cedidos sob o regime estatutário das universidades seriam deslocados para a iniciativa privada, conforme um novo regime jurídico organizacional.

Nesse contexto de incertezas quanto ao futuro das IES públicas, foi aprovada, em 1996, a Lei n.º 9.394, que normatizou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta legislação organizou e estabeleceu o arcabouço do sistema educacional nacional, desde o ensino básico até o superior, assegurando, assim, o direito social à educação para os brasileiros, de forma análoga ao que se observa atualmente com o Sistema Único de Saúde.

Simultaneamente, o Brasil enfrentava pressão externa, especialmente por parte de organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses órgãos incentivavam países emergentes, como o Brasil, a investir significativamente no acesso à educação como estratégia de mitigação da pobreza e vulnerabilidade social. Por outro lado, esse impulso visava também a formação de um novo grupo de cidadãos “educados” com capacidade de acúmulo de capital. Em outras palavras, por trás dessa promoção educacional residia, em essência, o interesse em manter e fortalecer o sistema capitalista no país.

A compreensão desse processo e de suas consequências, no entanto, somente pode dar-se no âmbito da reforma em curso da educação superior no Brasil, que, por sua vez, orienta-se pela mesma matriz teórica, política e ideológica a reger a reforma do Estado brasileiro, com origem na transição do fordismo ao atual momento do capitalismo, e sua expressão no Brasil (Silva Júnior; Sguissardi, 2000, p. 18).

Os autores advertem que a matriz econômica impulsionadora da reforma da educação superior, a partir do final do século XX, está enraizada em um movimento de privatização velado sob os pretextos de eficiência e modernização. Esse processo visa a transformação das instituições em organizações sociais, com um regime jurídico de natureza privada, em detrimento do público. Ademais, essa transição acarreta uma gradual perda de direitos trabalhistas para docentes e servidores técnico-administrativos das Instituições Públicas de Ensino Superior.

A educação em geral, mas especialmente a educação superior, passa, em sua particularidade, pelo mesmo processo. Por um lado, mercantiliza-se ao extremo, e, por outro, na sua especificidade, ali se acentua o movimento de redefinição da esfera pública ao mesmo tempo em que se dissemina a crítica de sua antiga natureza e edificam-se os pilares de um novo espaço, em cujo centro se encontra a racionalidade da produção capitalista (Silva Júnior; Sguissardi, 2000, p. 20).

Nesse contexto, observa-se um significativo incremento na expansão de vagas em instituições de ensino superior privadas, impulsionado por políticas públicas de incentivo

educacional, particularmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Um exemplo marcante foi a criação, em 1999, do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior pelo Ministério da Educação, programa destinado a auxiliar estudantes de graduação no financiamento de cursos superiores. Nesse sentido, Silva Júnior e D. Schugurensky (2014, p. 2) destacam que “em acréscimo, emerge uma nova relação entre universidade e setor empresarial, sob a indução e o apoio do governo, sempre pressionado pelos agentes institucionais do capital financeiro, tal como há tempos já se observava nos países de economia central”.

Cavalcante e Nogueira (2020, p. 3) assinalam que dois marcos legais fundamentais foram estabelecidos no início do século XXI para mitigar a crise fiscal e ampliar o controle dos gastos públicos no país. Primeiramente, a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por meio da Lei Complementar n.º 101/2000, que proporcionou maior controle e transparência nas finanças da União, estados, Distrito Federal e municípios. Mais recentemente, em 2016, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional (EC) n.º 95/2016, popularmente conhecida como “PEC do Teto de Gastos”, que limita por vinte anos as despesas e investimentos públicos, tomando como base os gastos do ano anterior acrescidos dos índices de inflação.

Todavia, ambas medidas legais referidas, tidas como de “austeridade”, são abordadas com certa temeridade pelo economista e professor John Milios que categoricamente afirma:

[...] a austeridade não é irracional, tampouco estritamente errada, essa nada mais é do que a imposição dos interesses de classe dos capitalistas. Trata-se de uma política de classe ou uma resposta dos governos às demandas do mercado e das elites econômicas à custa de direitos sociais da população e dos acordos democráticos (*apud* Rossi; Oliveira; Arantes; Dweck, 2019, p. 8).

É relevante destacar que as políticas públicas direcionadas à educação e inclusão social, especialmente no âmbito do ensino superior, foram significativamente impactadas por essas medidas de controle fiscal e reformas denominadas “austeras”. Tais medidas, que visam à contenção de gastos e ao ajuste fiscal, resultaram em restrições ao investimento governamental e ao financiamento de ações e programas sociais. Contudo, para fornecer uma visão mais clara sobre as políticas afirmativas que promovem o acesso ao ensino superior e profissional no Brasil, apresenta-se a seguir, no Quadro 3, alguns marcos legais relevantes nesse contexto.

Tabela 3 - Marcos legais das políticas afirmativas para inclusão do acesso ao ensino superior e profissional no Brasil

Lei / Norma	Programa	Objetivo
Lei n.º 9.394/1996	LDB	Criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil
Decreto n.º. 2.208/1997 Portaria n.º 646/1997	Reforma da Educação Profissional	Regulamenta os artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional.
Acordo de Empréstimo e o Contrato n.º 1052/1999 – OC/BR - BID	PROEP	Convênio do Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).
Medida Provisória n.º 1.865-4/1999 e Lei n.º 10.260/2001	FIES	Instituir o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.
Ocorreu em 2004, sem regulamentação legal	EXPANDIR	Levar o ensino superior a áreas de difícil acesso no interior do país.
Lei 10.861/2004	SINAES	Instituir o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com o objetivo de melhorar a educação superior e balizar sua expansão.
Lei 10.973/2004	Lei da Inovação Tecnológica	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.
Lei 3.627/2004	Sistema Especial de Reserva de Vagas (Cotas)	Instituir Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial pretos, pardos e indígenas (PPI), nas instituições públicas federais de educação superior
Lei n.º 11.195/2005	Primeira Etapa da Expansão da Rede Federal (1º Governo do presidente Lula)	Trata-se da expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais.
Lei 11.096/2005	PROUNI	Tem a finalidade de conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.
Decreto n.º 5.622/2005	Educação Superior a Distância	Ministério da Educação promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas a distância para educação superior.

Lei / Norma	Programa	Objetivo
Projeto de Lei n.º 7.200/ 2006	Reforma do ensino superior	Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino e altera a lei de diretrizes e bases da educação nacional.
Decreto n.º 6.096/2007	REUNI	Apoio a expansão do ensino superior por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior.
Lei n.º 11.892/2008	Criação dos IFs	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia,
Decreto 7.234/2010	PNAES	Programa de apoio e assistência estudantil executado pelas IES.
Lei 12.711/2012	Lei de Cotas	Prevê que 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas para pessoas que estudaram em escolas públicas.
Portaria n.º 993/2013 do MEC	Criação do IFPB <i>Campus</i> Guarabira	Foi implantado o <i>Campus</i> do Instituto Federal da Paraíba em Guarabira.
Lei n.º 13.005/2014	Lei do Plano Nacional de Educação (PNE)	O plano cumpre a missão de articular os esforços de todos os entes da federação em regime de colaboração, tendo como objetivo principal universalizar a Educação no país.
Decreto N.º 9.057/2017	Regulamentação da EAD no Brasil	A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

No Quadro 3, é oferecido um panorama evolutivo e cronológico dos marcos legais relacionados às políticas públicas afirmativas e de inclusão nos últimos anos, apoiadas pelo governo federal, visando a expansão e democratização da educação superior e profissional no Brasil. Esses marcos legais tiveram um papel crucial na promoção da expansão, interiorização e democratização do acesso ao ensino superior e tecnológico.

O período que abrange desde a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) até a regulamentação da Educação a Distância no país foi marcado por avanços significativos na universalização e no acesso ao ensino superior e profissionalizante.

No entanto, é importante reconhecer que ainda persistem desafios que precisam ser

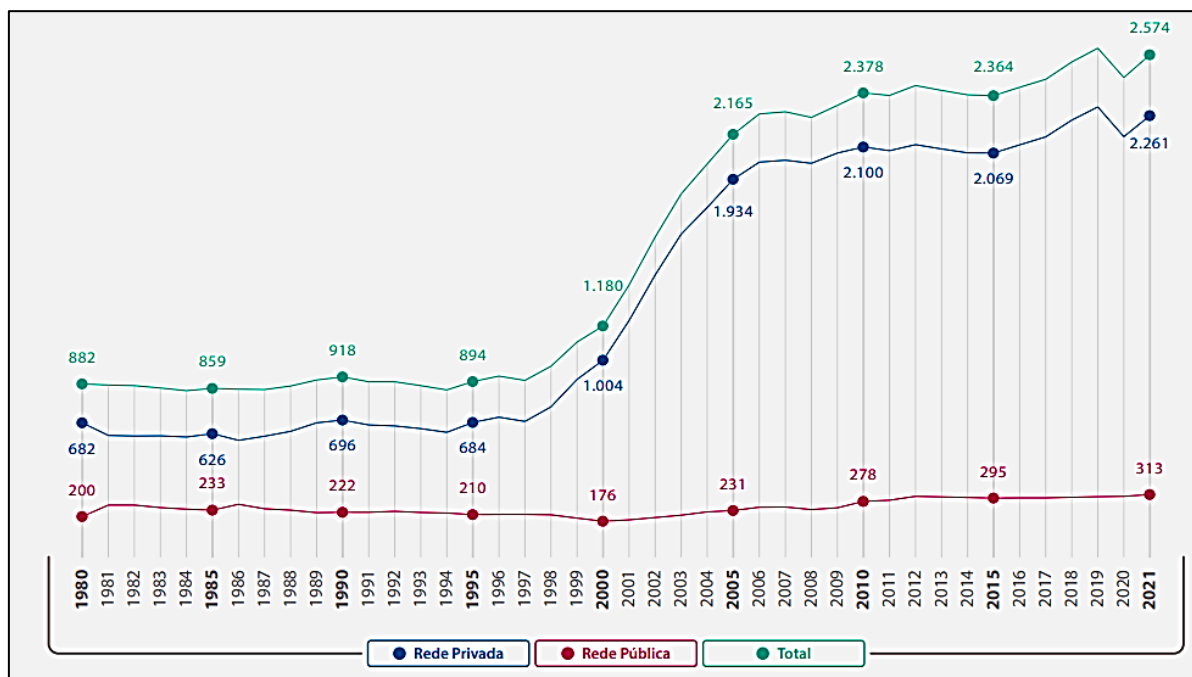
superados, tais como a melhoria da qualidade do ensino, a redução da evasão escolar, a garantia da permanência dos alunos, a adequação das estruturas físicas, a ampliação da contratação de professores e servidores, e a capacitação contínua de docentes e profissionais da educação.

3.3.1 Política de Expansão e Interiorização do Ensino Superior Público e Privado

Para Dilvo Ristoff (2014, p. 724), “nas últimas duas décadas, a educação superior brasileira foi profundamente transformada pela expansão em múltiplas dimensões: o número de instituições, cursos, vagas, ingressantes, matrículas e concluintes cresceu substancialmente.” Esse movimento de inclusão e democratização do acesso ao ensino superior só foi viável graças a uma confluência de fatores externos e internos que atuaram de forma social, econômica e política, promovendo a mitigação da exclusão educacional em nível de graduação, especialmente nos anos posteriores a 1990.

[...] se pudéssemos resumir em poucas palavras o que era o ensino superior brasileiro em nível de graduação no início dos anos 1990, antes das transformações decorrentes do segundo ciclo de expansão, poderíamos dizer que era um sistema elitizado, destinado aos segmentos mais ricos da população, frequentado por brancos, majoritariamente do sexo feminino, ofertado em cursos presenciais por faculdades privadas, concentradas nas regiões Sul e Sudeste (Senkevics, 2021, p.47)

De acordo com o gráfico representado na Figura 3, o Brasil experimentou um aumento significativo no número de Instituições de Ensino Superior, passando de 894 em 1995 para 2.364 em 2015, abrangendo tanto instituições públicas quanto privadas. No entanto, a expansão das instituições de ensino privadas foi notavelmente mais acentuada, com um crescimento percentual de aproximadamente 308%. Em contraste, o setor público viu um incremento de pouco mais de 14% no número de IES ao longo do mesmo período de dez anos.

Figura 3 - Quadro evolutivo das Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa – Brasil (1980-2021)

Fonte: Instituto Semesp⁵ (2023, p. 10).

Os dados que permanecem consistentes no setor da educação superior no Brasil revelam a quase hegemonia das Instituições de Ensino Superior privadas, que representam 87,8% do total. Além disso, essas instituições dominam o cenário das matrículas, absorvendo aproximadamente 76,9% das inscrições no país. Apesar de parte dessas matrículas ter migrado de cursos presenciais para a modalidade a distância, que oferece mensalidades mais acessíveis, mas com qualidade de ensino frequentemente questionada, a relevância da expansão do setor privado é inquestionável (Instituto Semesp, 2023, p.10).

Esse processo de expansão recebeu um marco legal significativo no final da década de 1990, durante o segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do FIES, estabelecido pela Medida Provisória n.º 1827/1999. No entanto, foi sob os governos do Partido dos Trabalhadores, primeiro com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2002, e posteriormente com a presidenta Dilma Rousseff, a partir de 2010, que se observou uma significativa expansão no número de unidades e vagas no Ensino Superior no Brasil. Este período marcou uma massiva inclusão e democratização do acesso à educação superior para parcelas da população historicamente excluídas, impulsionada principalmente por políticas

⁵ A elaboração do Mapa do Ensino Superior no Brasil 2023 é resultado dos dados do Censo da Educação, referentes a 2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em novembro de 2022, e outras fontes como IBGE, microdados do ENEM e do PROUNI, CAGED, RAIS, Big Data Analytics, entre outros (Instituto Semesp, 2023, p.7).

públicas afirmativas.

Consoante Barbosa (2015, p.7), “Quando se considera o acesso ao ensino superior, inegavelmente houve uma abertura acentuada permitindo a entrada de estudantes provenientes de setores anteriormente excluídos desse nível de escolarização.”

É evidente que a educação superior no Brasil tem passado por transformações substanciais, tanto nos marcos legais que legitimam as políticas públicas governamentais quanto na sua expansão mercantilista, refletida no crescimento das instituições privadas nos últimos anos. Nesse cenário, destaca-se uma das principais tendências recentes: a ação do Governo Federal na expansão das vagas, matrículas e cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior (Mancebo; Martins; Vale, 2015, p. 3).

Esse crescimento foi constante e significativo, com uma aceleração notável entre 1999 e 2003, durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse período foi marcado por altas taxas de expansão da educação superior, especialmente devido à proliferação de instituições privadas, incluindo Centros Universitários, Faculdades e Universidades, que adquiriram autonomia para criar novos cursos e aumentar a oferta de vagas.

É igualmente relevante observar que, paralelamente, foram lançados diversos programas governamentais para promover a ampliação das vagas no ensino superior. Destacam-se o Fundo de Financiamento Estudantil, criado pela Lei n.º 10.260/2001 durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, que permite o financiamento das mensalidades em faculdades particulares, e o Programa Universidade para Todos, instituído pela Lei n.º 11.096/2005 durante a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que oferece bolsas de estudo (parciais e integrais) a estudantes de baixa renda em instituições privadas.

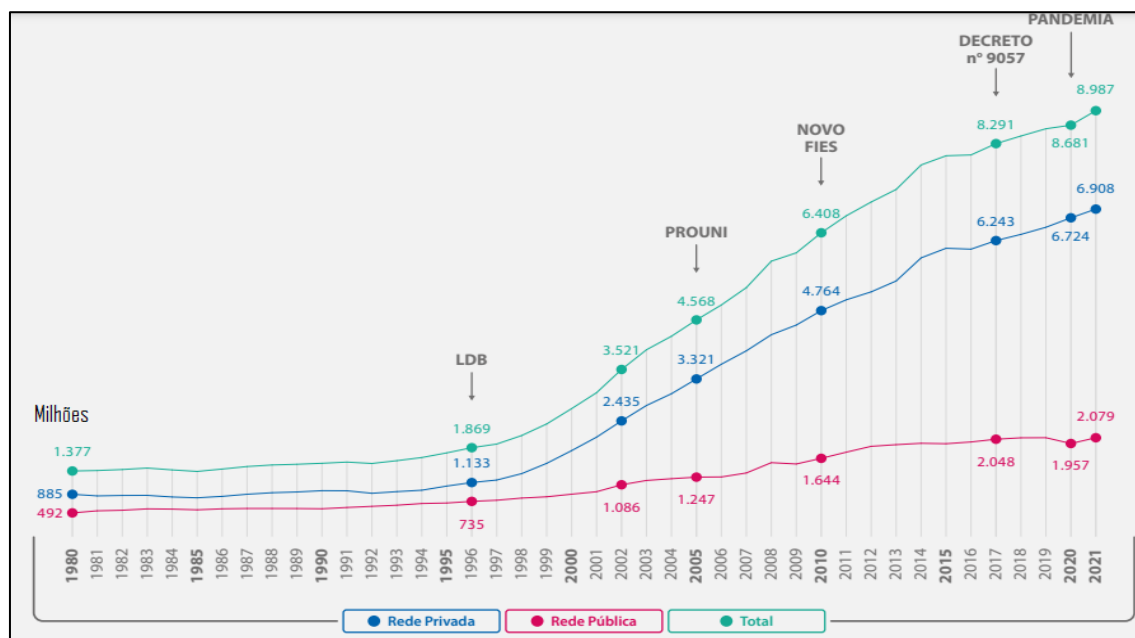
Nesse sentido,

se, por um lado, a expansão engendrada nas últimas décadas pode ser percebida como positiva por ampliar o acesso da população ao ensino superior, deve-se atentar para alguns efeitos perversos desse mesmo processo, particularmente no que tange ao perfil dos cursos e das carreiras criados pelas instituições privadas, cuja expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas, valendo-se dos interesses da burguesia desse setor em ampliar a valorização de seu capital com a venda de serviços educacionais (Mancebo; Martins; Vale, 2015, p. 2).

Entre 2010 e 2020, observou-se um aumento expressivo no número de matrículas presenciais em cursos de graduação no Brasil, com um crescimento total de 22,7%. Esse aumento foi particularmente acentuado nas instituições privadas, que registraram um incremento de 24%, enquanto nas instituições públicas o crescimento foi ligeiramente menor,

alcançando 20% (Semesp, 2023, p.13). Detalhes adicionais podem ser consultados na Figura 4.

Figura 4 - Evolução do quantitativo de matrículas presenciais de graduação, por categoria administrativa – Brasil (1980-2021)



Fonte: Instituto Semesp (2023, p. 13).

Em 2004, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, lançou o “Programa Expandir”, que marcou o início de um esforço para expandir e interiorizar o ensino superior público no Brasil. Este programa foi implementado tanto pelas Universidades Federais quanto pelas instituições da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico, com recursos destinados à construção de novos edifícios, aquisição de equipamentos e mobiliário, e reformas e adequações de *campi*, especialmente nas regiões interioranas do país (Brasil, 2006).

A política de expansão do ensino superior pós-2004 pode ser dividida em duas frentes principais: internacionalização e interiorização. A internacionalização abrange a ampliação das oportunidades de intercâmbio para alunos brasileiros, permitindo-lhes cursar graduações e pós-graduações em instituições estrangeiras. Em contraste, a interiorização visa aumentar o número de vagas, matrículas e a criação de novas unidades de ensino superior em cidades do interior, distantes dos grandes centros urbanos que já possuem um número significativo de instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas. Este processo também inclui a ampliação de cursos e matrículas nas instituições já existentes nas capitais e principais cidades, com um notável crescimento na modalidade de educação a distância (EAD).

É igualmente importante destacar que a política de expansão do ensino superior público no Brasil foi consolidada principalmente com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. (Brasil, 2007, p. 4).

O REUNI foi implementado durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte de uma série de iniciativas destinadas ao desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Entre os principais objetivos do programa estavam a ampliação do acesso ao ensino superior, a melhoria da infraestrutura das instituições de ensino, a expansão da oferta de cursos de graduação, a contratação de professores e servidores técnicos administrativos, e o aprimoramento da qualidade do ensino.

Para compreender o contexto da referida evolução, é importante situar que, em 2002, existiam no país apenas 44 universidades federais. Com a implementação do REUNI, houve ampliação para 59 unidades. Por outro lado, também ocorreu a interiorização das instituições de ensino superior. Com isso, o número de *campi* no interior saltou de 148 para 274, e o número de municípios compreendidos por universidades federais saltou de 114 para 272 (Lima; Pontes; Santos, 2021). Isso implica que houve um incremento percentual de unidades situadas em regiões interioranas de cerca de 185%, atendendo a mais 158 municípios brasileiros.

De acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Educação, o programa de expansão das instituições federais, iniciado em 2006 com um total de 144 unidades, alcançou 661 unidades em todo o país em 2019. Este crescimento representa um aumento percentual de 347% ao longo de treze anos de implementação dessa política.

Observa-se, portanto, um processo de interiorização ou "deslitoralização" do ensino superior no Brasil, entendido como um movimento de descentralização ou desconcentração das unidades de ensino superior, que tradicionalmente estavam concentradas nas regiões metropolitanas litorâneas, especialmente nas capitais dos estados banhados pelo oceano Atlântico. Tal movimento visa democratizar o acesso à graduação e à pós-graduação, com foco em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos e capitais.

Contudo, é importante salientar que a interiorização não é sinônimo de expansão, e nem toda expansão se traduz em interiorização. Assim, é possível aumentar a oferta de vagas em grandes centros urbanos sem promover a interiorização efetiva, pois a expansão pode ocorrer em áreas já saturadas de instituições de ensino superior.

O objetivo primordial da expansão/interiorização é reduzir as desigualdades socioregionais e assegurar oportunidades educacionais para alunos que, sem essas novas vagas, enfrentariam dificuldades significativas para ingressar em universidades ou faculdades localizadas nos grandes centros urbanos.

Contudo, é pertinente observar que a expansão do ensino superior se manifestou de maneira significativamente mais robusta no setor privado do que no público, principalmente em termos proporcionais. Esta disparidade é especialmente evidente pelo número de faculdades e centros universitários que surgiram nas últimas décadas, com um crescimento acentuado desde a década de 1970 (pós-reforma universitária) e, de forma ainda mais pronunciada, a partir da década de 1990 com a implementação do FIES e outras políticas públicas.

Conforme dados recentes do INEP (2022b, p. 32), em 2021, a rede privada correspondia a 76,9% das matrículas em cursos de graduação. Entre 2020 e 2021, observou-se um crescimento de 3% nesse setor. Em contraste, a rede pública registrou um aumento de 6% no mesmo período, sinalizando uma retomada no crescimento das matrículas.

No entanto, Ristoff (2014) ressalta, em sua pesquisa realizada entre 1991 e 2012, que a educação superior no Brasil ainda preserva características elitistas. O movimento de massificação do acesso ao ensino superior revela-se descompassado em relação ao crescimento do ensino médio brasileiro. Enquanto as matrículas no ensino médio cresceram aproximadamente 120% nas últimas décadas, o ensino superior experimentou um crescimento cerca de três vezes superior.

Embora o número de novos estudantes no ensino superior esteja em ascensão, os dados divulgados em 2021 pelo Instituto Semesp (2021, p. 9), na 11ª edição do *Mapa do Ensino Superior no Brasil*, revelam que apenas 18,1% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior, e apenas 17,4% dos indivíduos com 25 anos ou mais completaram a graduação. Estes números estão bem aquém da meta de 33% estabelecida no novo Plano Nacional de Educação para o ano de 2024.

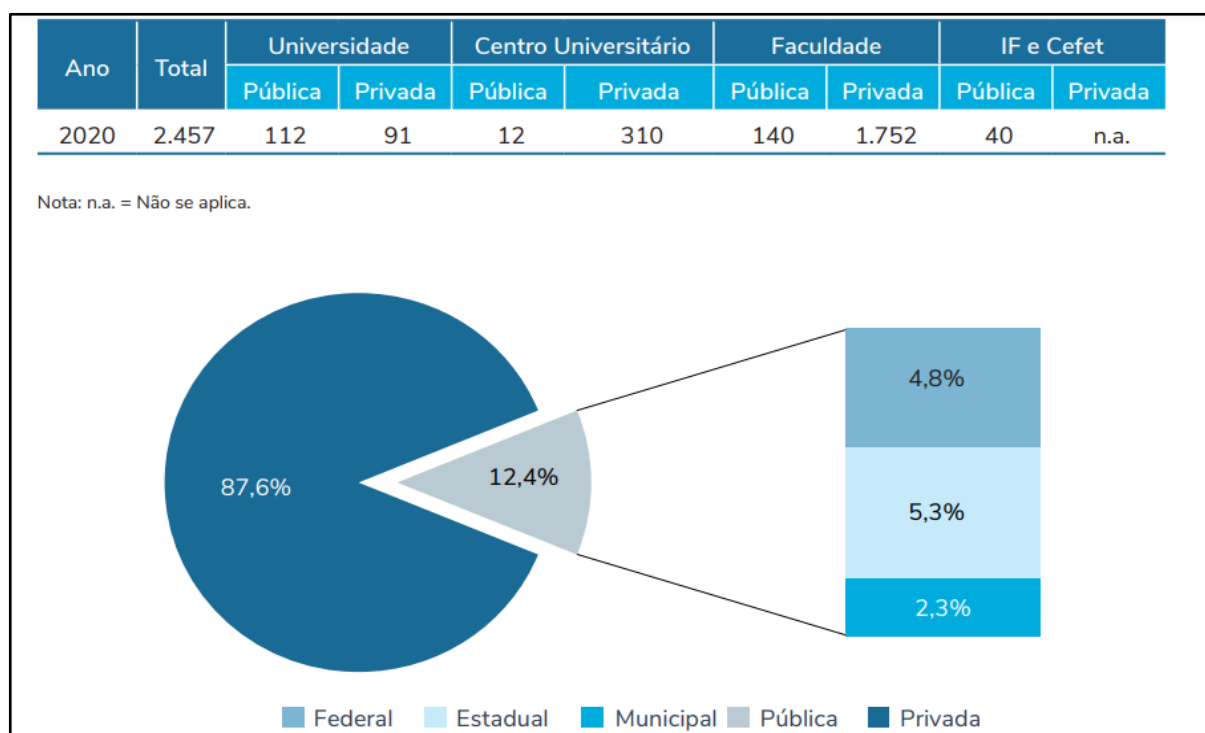
Com o fortalecimento dessa política de expansão, os dados indicam que o número de instituições acadêmicas federais no interior do país quase dobrou. Esse aumento na presença de instituições em pequenas e médias cidades teve um impacto significativo, resultando em

um maior acesso ao ensino superior por parte dos estudantes dessas regiões. É o que revelam os números abaixo:

Em 2004, no Brasil, tínhamos aproximadamente 2,3 milhões de alunos do interior matriculados em instituições de ensino superior; em 2010, ocorre um pequeno acréscimo, chegando a 2,8 milhões. Entretanto, em 2017, fruto das políticas analisadas, esse número salta para mais de 3,5 milhões de estudantes acessando esse nível de ensino no interior do país (Lima; Pontes; Santos, 2021, p. 11).

Nesse sentido, houve um acentuado crescimento na última década de Instituições de Ensino Superior no país entre públicas e privadas, sobretudo destas últimas. A expansão do ensino superior privado é um fenômeno considerável no país, principalmente nas últimas décadas, representando um percentual de IES 87,6% contra 12,4% das instituições públicas, segundo observado na Figura 5, adiante.

Figura 5 - Tabela com as Instituições de Educação Superior por organização acadêmica e categoria administrativa – (2020) e gráfico Percentual do número de instituições de educação superior por categoria administrativa (2020)



Fonte: INEP (2022).

Durante os doze anos de governos presididos pelo Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma), o crescimento no setor de ensino superior manteve-se constante, embora em um ritmo mais moderado e em consonância com as políticas globais de inclusão social. A expansão do ensino superior passou a estar profundamente vinculada à democratização do acesso à

graduação, orientada por um conjunto de políticas estruturantes implementadas ao longo desse período. É notável que o crescimento das instituições de ensino superior foi substancial, refletindo um compromisso contínuo com a ampliação do acesso à educação.

Nessa perspectiva, “como fruto do REUNI, em 2012, o cenário era bastante diverso do cenário de 2002. Saiu-se de 44 para 59 universidades federais. No processo de interiorização, o número de *campi* no interior saltou de 148 para 274, e o número de municípios atendidos por universidades federais foi de 114 para 272” (Lima; Pontes; Santos, 2021, p. 8).

Há um certo temor refletido pelos autores citados anteriormente, sobretudo do ponto de vista da qualidade do ensino promovido neste processo de expansão, principalmente no que tange às instituições de ensino superior privadas, que se preocupavam mais com número de alunos regularmente matriculados, em vez de prezar pela qualidade na formação dos seus discentes.

É necessária a reflexão crítica sobre o processo da expansão quando se percebe que há uma disparidade da proporção de crescimento de matrículas em IES privadas em relação às matrículas em unidades de instituições de ensino públicas ao longo das últimas décadas.

Sguissardi (2015) expressa uma crítica ao binômio da democratização versus mercantilização do acesso à graduação, alertando para os riscos associados ao movimento expansionista com viés neoliberal na educação superior.

Com esta exposição, visa-se explicitar como, no âmbito de uma economia ultraliberal, com predominância financeira, e de um Estado semiprivado, que lhe é funcional, estão sendo anuladas as fronteiras entre o público e o privado/mercantil ao promover-se uma expansão da educação superior (ES) que a mantém como de elite e de alta qualificação para poucos, enquanto adquire traços de “sistema” de massas e de baixa qualificação para muitos. Isto poria em dúvida o alcance das pretendidas metas oficiais de sua democratização. A análise e interpretação dos dados referentes ao estatuto jurídico das instituições e respectivas matrículas, à frequência ao turno noturno e à EaD, à concentração dos cursos e matrículas por área de conhecimento, à presença de fundos de investimento (*de private equity*) nacionais e transnacionais que se associam às grandes empresas do setor educacional etc., autorizam a hipótese de que a educação superior, no Brasil, vive um intenso processo de transformação de um direito ou “serviço público” em “serviço comercial” ou mercadoria, isto é, um processo de massificação mercantilizadora que anula as fronteiras entre o público e o privado-mercantil e impede uma efetiva democratização do “subsistema”. Ao menos no nível da graduação (Sguissardi, 2015, p. 3).

Os apontamentos destacados por Sguissardi são de relevância para o debate sobre a expansão e qualidade das instituições de ensino superior privadas no Brasil. É imperativo que o governo, por meio do Ministério da Educação, adote medidas rigorosas para assegurar a integridade do setor. Isso inclui a implementação efetiva de mecanismos de fiscalização e

avaliação, e, quando necessário, o descredenciamento de faculdades e centros universitários que se mostram negligentes tanto do ponto de vista legal quanto pedagógico.

A lógica capitalista ultraliberal, que permeia muitas dessas instituições, pode frequentemente priorizar o lucro em detrimento da qualidade do ensino. Essa orientação mercantilista pode comprometer a ética educacional e científica, bem como desconsiderar os preceitos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Portanto, a educação superior não pode a cada dia ser banalizada e tratada como uma mercadoria, comprada e vendida, em vez de ser vista como um direito fundamental e um meio de promover o desenvolvimento intelectual e social dos indivíduos e da sociedade como um todo. Isso, muitas vezes, envolve a predominância de lógicas da ganância e da competição no sistema educacional. Às vezes, ocorre ainda que mensalidades são elevadas e o acesso fica comprometido e restrito à educação superior, podendo contribuir para a exclusão de grupos socioeconômicos mais vulneráveis. Isso pode levar a um foco maior nos resultados financeiros em detrimento da qualidade da educação e do bem-estar dos estudantes.

A mercantilização também pode levar a uma ênfase desproporcional em áreas de estudo que são mais lucrativas em relação a cursos de graduação menos comercializáveis, porém igualmente importantes para uma educação abrangente. Isso pode afetar a diversidade e a qualidade da oferta educacional.

Em síntese, a “versão mais comercial” do ensino superior no Brasil levanta preocupações sobre a equidade no acesso à educação, a qualidade do ensino oferecido e o papel da educação como um bem público versus uma mercadoria comercial. Por outro lado, é preponderante a contribuição da iniciativa privada na expansão do ensino superior no país, inclusive no impulsionamento de vagas e na presença de IES no interior.

Como síntese, pode-se dividir o processo de expansão do ensino superior no Brasil em duas macroetapas ou ciclos. A primeira delas tem como baliza legal a Lei da Reforma Universitária em 1968, criada durante o regime político da Ditadura Militar que empreendeu um processo de industrialização-desenvolvimentista no país durante aquele período. Nessa fase, houve um grande incremento de vagas e matrículas, especialmente oriundas das instituições privadas, evidenciando a ascensão de uma nova categoria social, a classe média. Entretanto, ainda era evidente que a educação superior se tornou restrita às pessoas com maior poder aquisitivo e excludente para as camadas mais pobres da sociedade da época (Silva Júnior; Sguissardi, 2020).

A segunda fase, por outro lado, teve início em um contexto político distinto, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e, de forma mais marcante, sob as administrações

de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Esses períodos foram marcados pela consolidação de políticas públicas sociais e afirmativas, com ênfase na educação superior. Economicamente, o país vivia um cenário favorável, impulsionado por um ciclo de alta nos preços das *commodities*, abrangendo alimentos (grãos), minerais (incluindo a exploração do pré-sal) e energia.

Foi nesse ambiente que o governo promoveu a expansão das vagas no ensino superior, tanto no setor público quanto no privado, através de iniciativas voltadas para a ampliação, internacionalização e interiorização da educação superior. Implementaram-se políticas de cotas sociais e raciais, permitindo que jovens e adultos provenientes de escolas públicas, bem como negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, pudessem ingressar nas universidades públicas por meio do REUNI e nas instituições particulares através do FIES e do PROUNI. Entretanto, paralelamente à democratização do acesso, observou-se uma mercantilização crescente do ensino superior, com a proliferação de instituições privadas que, em sua busca incessante por lucro, frequentemente negligenciam seu compromisso ético e profissional de oferecer educação de qualidade a seus discentes.

3.3.2 A reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

O processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica teve seu início em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, regulamentado pela Portaria MEC n.º 1.005/1997 e pela Resolução n.º 112/1997. Este programa contou com financiamento externo como um estímulo crucial para a expansão da educação profissional, viabilizado pelo contrato de empréstimo firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a União (Contrato registrado BID 1052/OC). O PROEP visava o financiamento para a construção de novas instalações, aquisição de equipamentos e oferta de gratuidade para alunos carentes, beneficiando redes estaduais e federais, bem como instituições comunitárias de educação profissional (Brasil, 2014b, p. 28). Contudo, é importante ressaltar que:

[...] com o PROEP, as escolas técnicas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, mas proibida a expansão dessa rede de instituições, ocorrendo crescimento do segmento comunitário e incremento de recursos para a expansão da educação profissional privada. Para proibir a construção de novas unidades escolares no âmbito do Governo Federal, foi alterado, pelo Decreto-Lei N.º 9.649/98, o artigo 30 da Lei N.º 8.948/94 (Sousa; Oliveira, 2021, p.295).

O Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) trouxe uma reestruturação ambígua para as escolas técnicas no Brasil. De um lado, buscava transformar essas instituições em Centros Federais de Educação Tecnológica, com o objetivo de unificar e aprimorar a qualidade da educação técnica em nível federal. Essa transformação visava oferecer uma estrutura mais integrada, conferindo maior autonomia e capacidade para proporcionar uma educação técnica mais abrangente e alinhada com as demandas do mercado de trabalho.

Por outro lado, o PROEP implementou uma política de contenção da expansão direta das instituições federais de ensino técnico. Essa medida foi, em parte, uma resposta para evitar sobrecarga financeira e administrativa, sustentada pela Reforma do Aparelho do Estado e pela política econômica neoliberal durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). O congelamento da criação de novas unidades federais refletiu uma estratégia governamental para minimizar investimentos na expansão da educação técnico-tecnológica, concentrando recursos e esforços nas instituições existentes em vez de investir em novas unidades.

Com a restrição à expansão das instituições federais, observou-se um crescimento significativo no setor comunitário e privado. As instituições comunitárias, frequentemente geridas por entidades não governamentais, e as escolas de educação profissional privadas passaram a preencher o espaço deixado pela limitação do setor público. Esse crescimento foi impulsionado pela demanda contínua por educação técnica e pela necessidade de formação profissional, aproveitando a lacuna criada pela restrição política à expansão das instituições federais.

A alteração do artigo 30 da Lei n.º 8.948/94, promovida pelo Decreto-Lei N.º 9.649/98, sinaliza uma mudança formal na legislação que regulamenta o Programa de Expansão da Educação Profissional e a estrutura das instituições federais de educação técnica. Essas alterações legislativas foram significativas para alinhar a política pública com as novas diretrizes e assegurar que a legislação sustentasse as decisões administrativas e orçamentárias do governo neoliberal. Assim, o período representou uma fase de transição e adaptação na educação profissional técnica no Brasil, caracterizada pela transformação das escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica e pela proibição da expansão da rede federal. Esse cenário também foi acompanhado pelo crescimento do setor comunitário e privado, refletindo uma estratégia governamental para gerir os recursos educacionais de maneira restritiva.

Quase uma década depois, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criado pelo Ministério da Educação em 2005, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. O principal objetivo desse plano era ampliar a presença descentralizada das instituições de educação profissional e tecnológica em todo o território brasileiro.

Essa expansão foi inicialmente viabilizada pela Lei n.º 11.195, de 18 de novembro de 2005, que revogou o impedimento de criação de novas unidades de ensino profissional federais estabelecido pelo § 5º do Art. 3º da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, em vigor durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A promulgação desta lei foi um passo para remover as restrições existentes e permitir a criação de novas unidades e centros educacionais descentralizados, a fim de atender à crescente demanda por educação profissional de qualidade em diversas regiões do país.

Em 2006, o Conselho Nacional de Educação, em colaboração com o Ministério da Educação, instituiu um novo processo de reestruturação acadêmica da RFEPCT, conforme o parecer CNE/CES n.º 277/2006. Este parecer reforçou as recomendações do parecer CNE/CP n.º 29/2002, que abordava a atualização da organização dos Cursos Superiores de Tecnologia. Naquele contexto, era imperativo reorganizar os cursos superiores de tecnologia em eixos tecnológicos mais compactos, promovendo a flexibilidade através da interdisciplinaridade, como destacam Turmena e Azevedo (2020).

Em 2007, o Decreto n.º 6.095/2007 estabeleceu as diretrizes para a fusão e integração das instituições federais de educação tecnológica, resultando na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dentro da Rede Federal (Turmena; Azevedo, 2020).

De acordo com essa legislação, os Institutos Federais (IFs) são definidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, que se especializam na oferta de educação profissional e tecnológica em diversas modalidades. A proposta é integrar conhecimentos técnicos e tecnológicos às práticas pedagógicas (Art. 01, § 2º). A implantação dos Institutos deve considerar critérios territoriais específicos, como a dimensão geográfica e as características históricas, culturais, sociais e econômicas das regiões (Art. 01, § 3º).

Os IFs têm como vocação principal a formação de profissionais para diferentes setores da economia, alinhando-se aos setores produtivos e à sociedade (Art. 4, § 1º, I). O objetivo é consolidar e fortalecer os arranjos produtivos locais (Art. 4, § 1º, III) e apoiar

processos educativos que fomentem a geração de trabalho e renda (Art. 4, § 1º, IV). Em termos de educação superior, os Institutos Federais visam formar profissionais qualificados para diversos setores econômicos (Art. 4, § 1º, VII, a).

Neste sentido, no dia 12 de dezembro de 2007, o MEC emitiu a Chamada Pública MEC/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) 02/2007, objetivando acolher, num prazo de 90 dias, propostas de constituição dos Institutos. Neste contexto foram elaborados e enviados à SETEC/MEC documentos dos conselhos da Rede: Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET) (2007), Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais (CONEAF) (2007) e o Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF) (2007). Em, 31 de março de 2008 a Portaria MEC/SETEC no. 116 apresentou o resultado da Chamada Pública. Em junho de 2008, foi lançado o documento “Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” o qual está descrito a seguir. Em julho de 2008, o Poder Executivo apresenta ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 3.775/2008 que propõe a instituição da Rede Federal de EPCT e a criação dos IFs (Turmena; Azevedo, 2020).

A “ifetização” da Rede Federal foi formalmente consolidada durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a aprovação da Lei n.º 11.892/2008. Esta legislação instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, atualmente composta pelos Institutos Federais que se espalham por todo o território nacional, especialmente em cidades de médio porte e em áreas distantes dos grandes centros urbanos. Este avanço representou um significativo processo de interiorização e democratização do acesso a cursos técnicos e superiores para jovens e adultos.

Dentro desse panorama, surge a nova configuração do Instituto Federal da Paraíba, anteriormente denominado Centro Federal de Educação Tecnológica, e a antiga Escola Técnica Federal. O IFPB, ao longo de sua trajetória, tem desempenhado um papel crucial na formação de profissionais e cidadãos, contribuindo para o mercado de trabalho e promovendo a inclusão social por meio de sua oferta educacional diversificada.

3.3.3 Os paradoxos da expansão das graduações e a evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica

Segundo o pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), Adriano Senkevics (2021), o movimento da expansão em nível de graduação no país é ambíguo, pois, compreende “luzes e sombras”, quase simultaneamente:

Estudantes provenientes do ensino médio público, de famílias pouco escolarizadas e oriundas dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, negros e indígenas – entre

outros grupos raramente encontrados nos *campi* brasileiros durante a maior parte de nossa história –, passaram a compor a cena das salas de aula, das fotografias de colação de grau e das notícias de jornal celebrando experiências familiares de vitória e superação. Porém, a mesma luz que iluminou o acesso também projetou uma grande sombra sobre as desigualdades (Senkevics, 2021, p. 33).

Nesse sentido, o pesquisador destaca haver um rearranjo das desigualdades internas à graduação que precisa ser estudado, defendendo a necessidade de se buscar entender o destino dos estudantes de origens diversas, considerando suas especificidades, bem como lançar o olhar não apenas sobre o acesso, mas a permanência, a evasão e a inserção profissional desses sujeitos de direito após a conclusão de seus cursos.

O panorama recente da evolução das matrículas no ensino superior é apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no documento “Censo da Educação Superior 2021: Divulgação dos Resultados”. Segundo os dados, em 2011 foram registradas 6.765.540 matrículas em cursos de graduação e sequenciais. Esse número cresceu para 8.987.120 em 2021, evidenciando um aumento de 32,8%. No que diz respeito à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que inclui os Centros Federais de Educação Tecnológica, a Universidade Tecnológica do Paraná, o Colégio Pedro II (RJ) e os Institutos Federais, o crescimento das matrículas no mesmo período foi de 32,7%, sem distinção quanto à modalidade de ensino (INEP, 2022b).

Ainda no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a criação dos Institutos Federais, conforme a Lei n.º 11.892/2008 possibilitou a ampliação de vagas e oferta de cursos, tanto na educação superior quanto no ensino profissionalizante, abrangendo grandes centros urbanos e, sobretudo, cidades do interior. Esta nova estrutura institucional surgiu a partir da fusão das antigas Escolas Técnicas Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Colégio Pedro II, Escolas Agrotécnicas e os CEFETs, com o propósito de oferecer cursos técnicos, tecnológicos e de graduação (licenciatura e bacharelado), bem como pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. Segundo aponta o Portal do MEC:

Em 2019, a Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (Brasil, 2020, on-line).

Nesse contexto, destaca-se a relevância dos Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior, em 2021, os Institutos Federais e CEFETs somaram 235.371 matrículas, representando 17,2% das matrículas na rede federal e 2,6% do total de matrículas no país (INEP, 2022b).

Para ilustrar a evolução das matrículas com a criação dos Institutos Federais, observa-se nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior que, em 2007, havia 34.137 matrículas nos centros federais de educação tecnológica (INEP, 2007). Com a fundação dos Institutos Federais em 2008, esse número aumentou para 44.027 (INEP, 2008), e em 2011, alcançou 101.626 (INEP, 2011). Em 2021, registrou-se um total de 235.371 matrículas (INEP, 2021), o que representa um crescimento de 131,6% entre 2011 e 2021.

A evolução da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil tem suas raízes em um longo histórico, tendo como marco normativo inicial o Decreto n.º 7.566/1909, assinado pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha. Esta medida pioneira estabeleceu 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, desempenhando um papel no desenvolvimento da educação técnica e profissional no país.

Ao longo do tempo, essa instituição educacional passou por diversas transformações e mudanças de nomenclatura para atender às necessidades do país em termos de formação de mão de obra qualificada e para impulsionar o desenvolvimento econômico. O Quadro 4, a seguir, apresenta alguns dos marcos na evolução da rede federal de educação profissional no Brasil.

Tabela 4 - Demonstrativo da evolução institucional da Rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil

Nomenclatura /Período	Descrição
Escolas de Aprendizes e Artífices (1909)	As primeiras iniciativas de educação profissional no Brasil remontam à década de 1909, quando foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, visando a qualificação de mão de obra e o controle social de um segmento em especial: os filhos das classes proletárias, jovens e em situação de vulnerabilidade social.
Escolas Industriais e Técnicas (1942)	Em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 4.127, que estabeleceu a criação das Escolas Industriais e Técnicas no Brasil. Esse decreto teve um impacto significativo no sistema de educação do país, estabelecendo as bases para a formação de profissionais técnicos qualificados. Desse ano em diante, inicia-se formalmente o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura de ensino do país como um todo.
Escolas Técnicas Federais	As primeiras Escolas Técnicas Federais foram criadas na década de 1950, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. O objetivo era oferecer educação

Nomenclatura /Período	Descrição
(Década de 1950)	técnica de qualidade para os estudantes brasileiros. Essas escolas foram estabelecidas em várias regiões do país. No ano de 1959, inicia-se o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificam, gradativamente, a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.
Centros Federais de Educação Tecnológica – PR, MG e RJ (1978)	Em 1978, três Escolas Técnicas Federais (do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Essa mudança confere àquelas instituições a atribuição de atuar em nível mais elevado da formação, exigência já presente em função do padrão de produção. A essas instituições, cabe formar engenheiros de operação e tecnólogos. O vínculo com o mundo da produção se reafirma. Essa prerrogativa só se estenderá às outras instituições anos mais tarde.
Centros Federais de Educação Tecnológica (de 1994-1999)	No ano de 1994, a Lei Federal n.º 8.984 institui no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Essa medida anuncia a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica e abre caminho para que as escolas agrotécnicas federais sejam integradas a esse processo. A implantação de novos CEFETs só ocorre efetivamente a partir de 1999. Na esteira desse mesmo projeto educacional, o governo brasileiro da época assina convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para a implantação do Programa de Expansão da Educação Profissional.
Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - IFs (Ano de 2008)	Em 2008, uma reforma educacional significativa resultou na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, unificando os CEFETs, escolas técnicas, escolas agrotécnicas, em todo o país, além do Colégio Pedro II e da Universidade Tecnológica do Paraná, por meio da sanção da Lei n.º 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, possibilitando a presença dos institutos <i>multicampi</i> em todos os entes federados, viabilizando a proliferação regional e a interiorização.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IFPB (2019).

A Rede Federal chegou, no ano de 2018, a 659 unidades espalhadas pelo país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Atualmente integram a Rede: 38 Institutos Federais De Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica, 23 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, e o Colégio Pedro II (IFPB, 2022b).

Os IFs têm como meta alinhar a formação técnica e tecnológica às demandas do mundo de trabalho, contribuindo para a inclusão de jovens e adultos no mercado profissional. Contudo, a disparidade entre cursos oferecidos e demandas regionais ainda é um desafio.

A proposta de cursos integrados ao ensino médio ampliou o acesso a uma formação técnica de qualidade para jovens. Entretanto, enfrenta problemas de retenção, principalmente em regiões onde a necessidade de ingresso rápido no mercado de trabalho é mais urgente.

As Instituições da RFEPCT têm se destacado em pesquisa aplicada e inovação tecnológica, mas a insuficiência de recursos e a burocracia para execução de projetos ainda limitam o potencial dessa rede. Entre 2008 e 2020, o Brasil viveu uma expressiva expansão da Rede Federal, com criação de novos *campi* e diversificação de cursos. Contudo, nos últimos anos, cortes orçamentários têm ameaçado a manutenção e a ampliação de suas atividades.

A expansão do ensino superior e o fortalecimento dessa instituição centenária seguem caminhos paralelos, mas complementares. A Rede Federal tem um papel relevante ao oferecer formação técnica e tecnológica de qualidade, diferenciando-se de algumas instituições privadas de qualidade muitas vezes “duvidosa”.

O grande paradoxo está em equilibrar a democratização da educação superior e técnica com a garantia de qualidade, pertinência regional e eficiência no uso de recursos públicos. Isso exige um planejamento mais integrado entre os diferentes níveis de ensino, políticas públicas consistentes e uma visão de longo prazo para o desenvolvimento educacional e econômico do país.

A expansão das graduações no Brasil e a evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica refletem dinâmicas que carregam tanto avanços significativos quanto contrassensos complexos. Então, perante aos reflexos do movimento expansionista, adiante, no próximo subcapítulo vamos se debruçar sobre as etapas da interiorização do Instituto Federal da Paraíba e seu crescimento nas últimas décadas.

3.4 O Instituto Federal da Paraíba e suas fases da expansão

Na Paraíba, antes da ifetização⁶, ao longo de seus mais de 100 anos, o IFPB já recebeu diferentes denominações:

Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial

⁶ A "ifetização" é um termo que se refere ao processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, especialmente após a criação dos Institutos Federais em 2008.

de João Pessoa, de 1937 a 1942; Escola Industrial, de 1942 a 1958; Escola Industrial Coriolano de Medeiros, de 1958 a 1965; Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1965 a 1968; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1968 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, com a edição da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (IFPB, 2019, p. 26).

Entretanto, até 1994, a instituição estava restrita à capital do estado da Paraíba. É relevante notar que o processo de interiorização da Rede Federal no estado iniciou-se em 1995, com a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras (UNED-CJ), situada no alto sertão paraibano.

Durante sua fase como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), a instituição vivenciou um período de expansão e diversificação de suas atividades. Além da sede localizada na capital, o CEFET-PB estabeleceu o Núcleo de Educação Profissional (NEP), situado na Rua das Trincheiras, e o Núcleo de Pesca de Cabedelo. Em 2005, a criação da Unidade Descentralizada de Campina Grande marcou um avanço.

Com a transformação em Instituto Federal da Paraíba, a instituição consolidou sua presença em múltiplos territórios, contribuindo para a descentralização e a deslitoralização do ensino superior no estado. Em 2023, o IFPB passou estar presente em diversas cidades e mesorregiões da Paraíba.

Em seus *campi*, o IFPB oferece uma gama de cursos, incluindo graduação em tecnólogo, licenciatura e bacharelado, além de pós-graduação em especialização e mestrado. Oferecem também cursos técnicos, tanto integrados ao ensino médio quanto subsequentes a ele, bem como especialização técnica. A instituição proporciona formação inicial e continuada por meio de cursos de Qualificação Profissional, disponíveis em diversos turnos e nas modalidades presencial e a distância. Com uma atuação destacada nos campos da pesquisa, extensão e inovação, o IFPB busca responder às demandas locais e regionais. Assim, uma das características distintivas da Instituição é sua diversificação de cursos e modalidades, abrangendo vários níveis de ensino.

Considerando o cenário apresentado, este trabalho foi concebido e motivado a partir das experiências do autor como ex-aluno do ensino médio, técnico e tecnólogo do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – atual, Instituto Federal da Paraíba *Campus* João Pessoa e, em seguida, na condição de servidor técnico-administrativo, onde atuou em algumas das unidades do IFPB, a saber: *Campus* Princesa Isabel, *Campus* Itabaiana e *Campus* Pedras de Fogo, este último onde é lotado no momento.

De acordo com Minayo (2000, p. 14), a relação entre pesquisador e objeto de estudo

se produz na arena do humano, local em que ambos se solidarizam, se conectam e se comprometem entre si, gerando uma espécie de identidade. Nesse sentido, o fio condutor que provocou a pesquisa surge da percepção do autor no processo de ampliação de oferta de vagas, crescimento no número de matrículas, de cursos e de novas unidades descentralizadas do IFPB no interior da Paraíba, sobretudo com a oferta do ensino superior na modalidade presencial, recorde específico do presente estudo.

Diante desse abrangente movimento de expansão, mobilizaram-se diversas engrenagens socioinstitucionais. Não apenas o número de discentes nas unidades aumentou, mas também emergiu a necessidade de novos profissionais capacitados, incluindo docentes e servidores técnico-administrativos. Esses profissionais foram admitidos por meio de concursos públicos, tanto para cargos efetivos quanto temporários, ou por meio de movimentações internas, como nomeações, remoções e redistribuições de servidores. Além disso, foram contratados trabalhadores terceirizados para prestar serviços de apoio administrativo e patrimonial, assegurando a manutenção adequada das instalações das unidades do IFPB.

À luz desse cenário, torna-se imperativo refletir sistematicamente sobre o processo de expansão de vagas e cursos, bem como sobre a desconcentração regional dos novos *campi* dos Institutos Federais da Paraíba, com um foco especial na interiorização do ensino superior. É nesse contexto que se insere esta pesquisa, que estuda as políticas de expansão e interiorização da educação superior no Brasil, com ênfase na ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, particularmente sob a perspectiva do IFPB *Campus* Guarabira.

O estreitamento da relação dos Institutos com o território se constitui um dos objetivos elencados pelo Ministério da Educação para justificar a importância da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com atuação no campo da pesquisa, ciência e tecnologia, assim como do desenvolvimento de formação socioprofissional de seus estudantes. Segundo Gouveia (2016), sua expansão é responsável por um tensionamento da relação entre o desenvolvimento local e o nacional, que necessita ser explorado.

O processo de expansão e de interiorização dos cursos superiores no Brasil e na Paraíba foi intensificado a partir do Decreto n.º 6.096/2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e dos planos de expansão em suas fases I, II e III da Rede Federal de Educação Tecnológica, implementados pelo Governo Federal a partir de 2005. Tais políticas impactaram sensivelmente no aumento de oferta de vagas e de cursos em todo território nacional, inclusive por meio dos IFs.

A política de expansão dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica representa um avanço significativo, com potencial para gerar impactos profundos na educação e no desenvolvimento socioeconômico do país, afetando diretamente ou indiretamente os arranjos produtivos locais. Esta ação governamental foi implementada por meio de um plano de expansão, cuja execução foi segmentada em três fases ou etapas, iniciando-se antes da formalização dos Institutos Federais em 2008:

A primeira fase dessa expansão, iniciada em 2006, tem como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras, preferencialmente em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, promovendo uma articulação entre seus cursos e as potencialidades locais de geração de trabalho. **Na segunda fase da expansão**, iniciada em 2007, que vem sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, prevê-se a implantação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica. A sanção da Lei n.º 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, possibilita a presença dos institutos *multicampi* em todos os entes federados, viabilizando a proliferação regional e a interiorização sem elevação significativa dos custos administrativos. Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional (IFPB, 2019a, p. 21, grifos nossos).

A política governamental e institucional de ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica sempre foi uma prioridade nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2015), principalmente no intuito da execução dos planos de expansão e interiorização dos cursos técnicos e superiores.

Essa expansão foi fundamental para melhorar o acesso à educação profissional e tecnológica e contribuir para o desenvolvimento do Brasil, cujas etapas foram divididas em: Fase I (2005/2010); Fase II (2011/2012) e Fase III (2013/2014).

3.4.1 Plano de Expansão – Fase I

A primeira etapa do Plano de Expansão, também conhecida como "Plano de Expansão Fase I", foi uma iniciativa implementada pelo governo brasileiro para promover o crescimento e a consolidação das instituições de ensino técnico e tecnológico no país. As ações de expansão da oferta de educação profissional e tecnológica, empreendidas pelo Governo Federal, tiveram como alicerce a publicação da Lei n.º 11.195/2005. Essa legislação facultou à União a execução de iniciativas voltadas à implantação de novas unidades de ensino técnico

e agrotécnico, priorizando a formação de parcerias estratégicas com Estados, Municípios, Organizações Não Governamentais e o setor produtivo. Este plano era composto por várias ações, dentre as quais, se destacam:

Na primeira fase do plano de expansão, o projeto previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica (Brasil, 2020b).

Após 95 anos da criação das primeiras instituições federais de educação profissional, não havia instituição federal de educação tecnológica nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal. Por essa razão, o documento previa a implantação de 60 novas instituições de ensino, localizadas nas regiões mais abandonadas em termos de oferta pública de educação profissional, tecnológica e superior (Brasil, 2020b).

O objetivo principal do Plano de Expansão Fase I era democratizar o acesso à educação profissional de qualidade em todo o território brasileiro, oferecendo cursos técnicos e tecnológicos em diversas áreas. Isso visava atender às demandas por qualificação profissional e promover o desenvolvimento econômico, social e territorial do país. O plano previa três diferentes estratégias prioritárias:

1) readequação dos quadros funcionais dos CEFETs e, principalmente, das Escolas Agrotécnicas Federais; constituição dos quadros das Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs que já se encontram em funcionamento, e 3) previsão de criação de novas unidades de educação profissional (Brasil, 2005).

No ano 2005, essa fase do Plano de expansão contemplou a Paraíba com a criação da Unidade de Ensino Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) em Campina Grande. O projeto ainda sugeriu a implantação de cursos nas áreas de Indústria, Mineração e Informática. “A previsão é que a Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande inicie suas atividades oferecendo cinco cursos, atendendo, após 2 anos de funcionamento, a 2.000 alunos nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e de graduação tecnológica” (Brasil, 2005). O projeto ainda estabelecia a criação de cargos de servidores efetivos, sendo docentes e técnicos administrativos para cada nova unidade.

3.4.2 Plano de Expansão – Fase II

O Governo Federal, em 2007, por intermédio do Ministério da Educação e da

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, propôs a implantação de 150 novas instituições federais de educação tecnológica, distribuídos nos 26 Estados e no Distrito Federal, no âmbito do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II (Brasil, 2007b, p. 1).

A proposta inicial era implantar “uma escola técnica em cada cidade polo do país”, com o compromisso de vincular a oferta pública de formação profissional às estratégias de desenvolvimento sustentável, viabilizado pelo crescimento da atividade produtiva e da educação profissional e tecnológica nas principais mesorregiões dos estados da Federação (Brasil, 2007b, p.1).

Segundo o edital da Chamada Pública n.º 001/2007 do MEC/SETEC estabelecia alguns critérios para aprovação de municípios candidatos a receber uma unidade do então CEFET, com destaque para:

a) distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino; b) cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação; c) proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento; d) interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior; e) redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos; f) aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; g) identificação de potenciais parcerias (Brasil, 2007b, p. 1-2).

A chamada pública destacou cinco municípios polo na Paraíba apta para participar do Plano de Expansão da Rede Federal. Contemplado com o Plano da Fase II, em 2010, do governo federal, o IFPB implantou mais cinco *campi* na Paraíba, atendendo às cidades consideradas polos regionais, como: Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel; que, somados aos já existentes (Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Sousa), tornaram o IFPB uma instituição com 9 (nove) *campi* e a Reitoria (IFPB, 2019c, p. 9).

3.4.3 Plano de Expansão – Fase III

Já diante da nova institucionalidade, o IFPB participou de mais uma fase da expansão e interiorização das suas unidades através do Plano de Expansão da Educação Profissional proposto pelo governo federal. “Sua terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica” (IFPB, 2022b).

Já a Fase III da expansão do IFPB envolveu a consolidação do papel da instituição

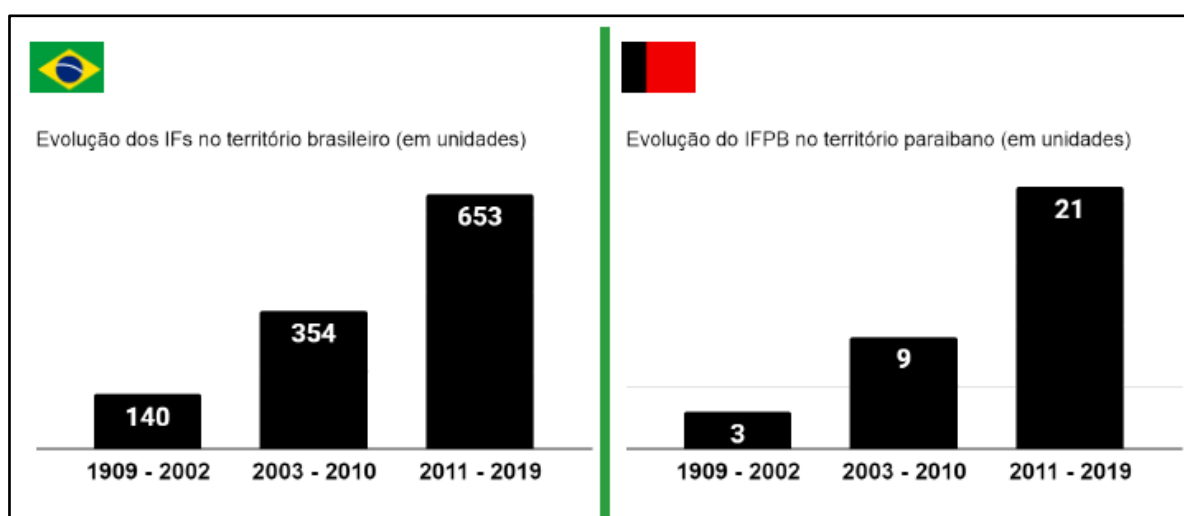
como um centro estruturado em educação profissional, científica e tecnológica na Paraíba. Isso incluiu a ampliação da oferta de cursos técnicos e de graduação, bem como o desenvolvimento de programas de pós-graduação, investindo em pesquisa, inovação e extensão, contribuindo para o desenvolvimento local e regional do estado. Para isso, foram criadas unidades do Instituto até o final de 2014, com a implantação do *Campus* na cidade de Guarabira e o *Campus* Avançado Cabedelo Centro, o que viabilizou o funcionamento de mais dez unidades, a saber: Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade (IFPB, 2019c).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024), a expansão do IFPB está ancorada em três dimensões: “a **dimensão social**, ao abranger municípios populosos com baixa receita per capita; a **dimensão geográfica**, interiorizando a oferta pública de educação profissional e ensino superior; e a **dimensão de desenvolvimento**, ao identificar e estimular arranjos produtivos locais” (IFPB, 2019, p. 21, grifos nossos).

A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no Brasil representa um esforço contínuo para fornecer educação de qualidade e preparar os estudantes para as demandas do mercado de trabalho no atual cenário neoliberal, ao mesmo tempo em que contribui para as dimensões do desenvolvimento econômico, territorial e social do país.

No país e no estado da Paraíba, há um crescimento em Unidades dos Institutos Federais (*Campus*), como revela a Figura 08 a seguir.

Figura 6 - Expansão dos Institutos Federais no Brasil e na Paraíba



Fonte: (IFPB, 2019a, p. 21).

Até o ano de 2013, quando foi contemplado pelo Plano de Expansão da Educação Profissional, Fase III, do Governo Federal, o IFPB contava apenas com 10 *campi* e a Reitoria.

Foi durante essa etapa, por meio da Portaria n.º 993/2013 do MEC, que ocorreu a implantação do *Campus* Guarabira, unidade situada no Agreste Paraibano, que é o foco desta pesquisa.

Durante o percurso preliminar deste estudo, constatou-se uma peculiaridade notável na fase de expansão da Rede Federal. O *Campus* Guarabira, em contraste com os demais *campi* do IFPB, foi implementado simultaneamente com o curso superior tecnológico em Gestão Comercial, conforme a Resolução n.º 67/2011 (Consuper). Este curso foi estabelecido ainda na condição de núcleo avançado do Instituto, antes mesmo da consolidação do *campus* como unidade autônoma. Tal circunstância é atípica no processo de criação de um *campus* do IFPB, destoando do padrão usualmente observado em outras unidades do Instituto da Paraíba.

O movimento institucional observado no surgimento de novas unidades descentralizadas do IFPB geralmente segue uma "sequência protocolar" bem definida. Primeiramente, ocorre a implantação de um Núcleo Avançado, Centro de Referência ou Polo Descentralizado. Posteriormente, mediante autorização do MEC, a unidade é transformada em *Campus* Avançado, geralmente ofertando cursos de Formação Inicial e Continuada, Programa de Educação Profissional Básica para Jovens e Adultos (PROEJA), técnicos subsequentes, e técnicos integrados, com uma tendência à verticalização das áreas ou eixos tecnológicos. Portanto, é raro que cursos de graduação sejam ofertados desde o início da criação de uma nova unidade ou em sua fase de implantação.

Os termos "Núcleo Avançado" e "*Campus* Avançado" parecem ser usados de forma equivalente, mas geralmente se referem às unidades de ensino que estão em processo de implantação, expansão ou desenvolvimento. Em ambos os casos, essas unidades geralmente fazem parte de uma estratégia de expansão do IFPB para levar a educação técnica e superior a mais regiões e comunidades. À medida que essas unidades crescem e se desenvolvem, podem, eventualmente, se tornar *campi* autônomos e parcialmente independentes da Reitoria do Instituto.

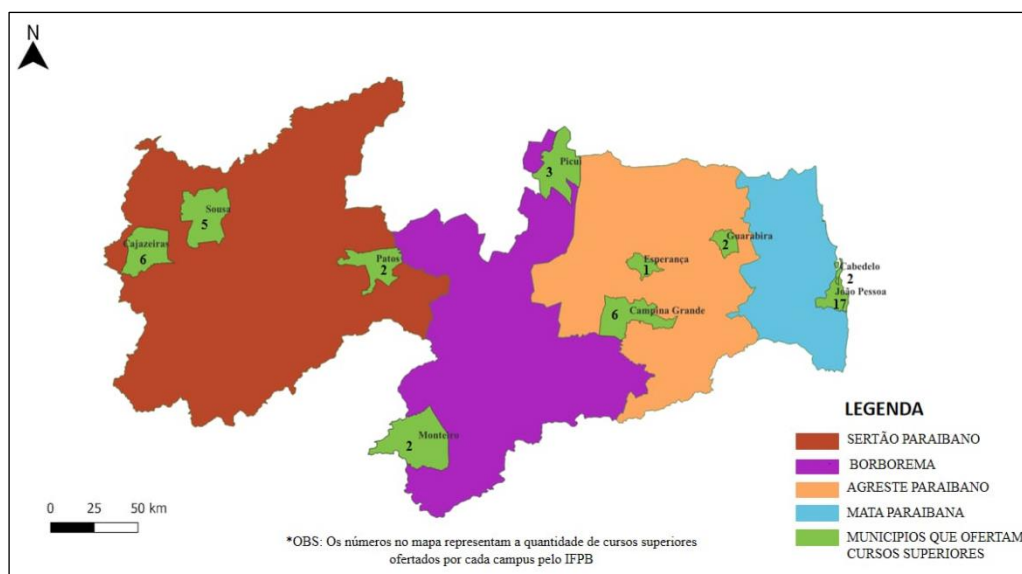
Por fim, para se tornar um *campus* "independente" e gozar de certa autonomia política-institucional, administrativa e financeira, a unidade precisa de autorização do Ministério da Educação e orçamento próprio, o que naquelas fases preliminares não seria possível; pois, quando o IFPB se instala em uma cidade do interior, começa a funcionar provisoriamente em prédios públicos cedidos pelas prefeituras municipais ou por outras entidades, com apoio administrativo e de aportes financeiros da Reitoria.

O Instituto Federal da Paraíba, até o final de 2014, implantou um *Campus* na cidade de Guarabira, o *Campus* Avançado Cabedelo Centro e viabilizou o funcionamento de mais dez unidades, a saber: Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira,

Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade (IFPB, 2019, p. 28).

Em 2023, o IFPB conta com 21 unidades espalhadas em todo território estadual, entre *Campus (pleno)* e *Campus Avançado*⁷, ofertando ao todo 46 cursos superiores, contemplando apenas 10 (dez) das 21 unidades (IFPB, 2022, p. 289). Na Figura 6, adiante, são apresentados os *campi* do IFPB que ofertam o ensino superior, em 2023:

Figura 7 - Distribuição geográfica da presença dos cursos superiores do IFPB dividido por mesorregiões da Paraíba (2023)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Conforme a Figura 6, o IFPB conta com os seguintes *Campi* com a oferta do ensino superior: João Pessoa (17 cursos); Campina Grande (6 cursos); Cajazeiras (6 cursos); Sousa (5 cursos); Patos (2 cursos); Monteiro (2 cursos); Picuí (3 cursos); Guarabira (2) e Esperança (1). Este último *campus* foi criado na fase III da expansão do Instituto, sendo contemplado em 2023 com ensino superior, com a oferta de vagas para o curso tecnológico de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.⁸ Já o *campus* Guarabira foi pioneiro da etapa III da expansão do IFPB, surgindo a unidade ao mesmo tempo em que se decidiu ofertar o ensino superior, a partir de 2012.

Em números, segundo o Relatório de Gestão do IFPB 2022, encaminhado ao Tribunal de Contas da União, atualmente, são mais de 45 mil estudantes matriculados na rede do Instituto Federal paraibano, com cerca de 2300 servidores, entre técnico-administrativos (1080) e professores (1271), em um total de 21 *campi* ligados à Reitoria (IFPB, 2022b, p. 14),

⁷ Um *campus* pleno do IFPB goza de mais autonomia orçamentária-administrativa, já o *campus* avançado do IFPB depende muito do apoio da Reitoria da Instituição.

⁸ Informações obtidas por meio de consulta ao Portal do Estudante do IFPB. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/cursos/346/>. Acesso: 10/10/2023.

o que mostra que não se pode considerar um quantitativo suficientemente abrangente, mas observa-se números sensíveis, pelo menos, o que mostra a expansão em um processo crescente.

Com atenção sobre o processo de expansão institucional do IFPB, a presente pesquisa pretende analisar o processo de implementação do ensino superior no *Campus* Guarabira, tendo como foco o processo de criação e implantação da unidade no município.

A expansão de instituições de ensino como o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) para o interior de um estado é uma estratégia importante para promover o acesso à educação de qualidade em regiões muitas vezes desafiadoras. Porém, essa desconcentração de oportunidades pode enfrentar algumas dificuldades e obstáculos, como: infraestrutura inadequada, recursos financeiros limitados, carência de número adequado de docentes, acesso limitado à tecnologia, desafios logísticos e transporte escolar, entraves locais, integração com o mercado de trabalho local, entre outros.

Mesmo todas as conquistas no processo de expansão e interiorização dos IFs, entretanto, um Relatório de Avaliação - Ciclo 2021 - da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, organizado pela Controladoria Geral da União, aponta alguns problemas, entre eles, destacam-se:

i) as dificuldades para reduzir as taxas de evasão de discentes em diversos cursos; ii) os problemas para aprimorar a interação com a realidade socioeconômica dos locais onde os IFs estão instalados; iii) as dificuldades para conseguir inserir os discentes egressos nessa mesma realidade; iv) os problemas para realizar pesquisas de natureza aplicada, bem como atividades de extensão associadas; v) as dificuldades para aprimorar as condições de trabalho de seus docentes e técnicos (Brasil, 2021, p. 39).

Para superar essas dificuldades, as instituições como o IFPB e os governos devem adotar medidas específicas, como investimentos em infraestrutura, capacitação de professores, parcerias com o setor privado e programas de mobilidade para facilitar a interação dos estudantes com o mercado de trabalho. Além disso, é importante levar em consideração as características locais e envolver a comunidade no planejamento e na implementação de ações que sejam mais eficazes para a região.

De acordo com a Lei n.º 11.892/2008, o IFPB, foi criado por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa, passando a ser uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica.

Por sua vez, a única unidade agrícola da Rede Federal, o *Campus* Sousa iniciou suas

atividades no ano de 1955 e passou parte de sua história como a Escola Agrotécnica Federal de Sousa, que se incorporou ao então CEFET-PB em 2008, para dar origem atualmente ao IFPB local.

Nas últimas duas décadas, é importante salientar que a interiorização do IFPB, anteriormente denominado Escola Técnica Federal e, posteriormente, CEFET-PB, antecede a implementação dos Programas de Expansão da Rede Federal promovidos pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Contudo, foi a criação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras, em 4 de dezembro de 1994, no sertão paraibano, que marcou o início desse movimento de interiorização da educação profissional no estado.

Durante o processo de transição institucional em 1999, quando a Escola Técnica Federal da Paraíba se transformou em CEFET-PB, o Instituto lançou seus primeiros cursos superiores.

Foi nessa fase, a partir do ano de 1999, que o atual Instituto Federal da Paraíba começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade paraibana e brasileira todos os níveis de educação, desde a educação básica (ensino médio, ensino técnico integrado e pós-médio) à educação superior (cursos de graduação na área tecnológica), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão. A partir desse período, foram implantados cursos de graduação nas áreas de Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários, bem como a Licenciatura em Química (IFPB, 2019, p. 26).

O IFPB tem como objetivo oferecer educação de qualidade nas áreas de ciência, tecnologia e educação, promovendo a formação de profissionais qualificados para atender às demandas do mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico. A instituição oferece cursos técnicos, cursos de graduação, pós-graduação e programas de extensão. Além disso, os Institutos Federais têm um compromisso com a pesquisa e a inovação, buscando contribuir para o avanço do conhecimento e o desenvolvimento de soluções tecnológicas (IFPB, 2019, p.14).

No estado da Paraíba, o IFPB é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica que atualmente conta com 21 unidades espalhadas em todo o Estado, entre *Campus* e *Campus Avançado*. Considerando a oferta de ensino de diferentes modalidades, temos o panorama apresentando na Figura 7.

Figura 8 - Atuação Estadual do IFPB por modalidade de Ensino



Fonte: (IFPB, 2022b, p.18)

O IFPB foi bastante beneficiado com essa política pública educacional encabeçada pelo Governo Federal por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e do Ministério da Educação, conseguindo ampliar, assim, a atuação por meio dos *Campi*, Centros de Referências, Núcleos Avançados e os Polos de Educação a Distância, tanto nas modalidades presenciais quanto a distância, chegando em 26 municípios paraibanos.

Segundo o Regimento Geral do IFPB (2017), o *Campus* Avançado é uma unidade administrativa criada na forma da legislação pertinente que pode ser subordinada à Reitoria ou a um determinado *campus* do IFPB no tocante a sua responsabilidade administrativa, financeira e pelo funcionamento regular. Portanto, os *campi* avançados que já estiverem ofertando cursos presenciais regulares (técnico, técnico integrado e superior) terão o mesmo tratamento dos *campi* regulares em funcionamento quanto à estrutura organizacional e deve observar a proporcionalidade na distribuição de orçamento, cargos e funções gratificadas dos servidores.

As tipologias institucionais mencionadas anteriormente geralmente refletem unidades em desenvolvimento que fazem parte de uma estratégia mais ampla de expansão do IFPB, com o objetivo de levar a educação técnica e superior a diversas regiões e cidades do Estado. À medida que essas unidades se consolidam e crescem, há a possibilidade de que sejam eventualmente elevadas ao *status* de campus autônomo.

De acordo com a recente Portaria n.º 1, de 3 de janeiro de 2024, publicada pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica,

foram estabelecidas novas diretrizes para a reavaliação da autorização de funcionamento das Unidades Avançadas dos Institutos Federais, com o intuito de autorizar, renovar a autorização, ou transformar essas unidades em campus autônomo. Para tanto, é necessário atender aos critérios expressos no Artigo 2º da referida portaria, a saber:

(I) autorização de funcionamento por período igual ou superior a cinco anos; (II) oferta de curso técnico de nível médio, na forma integrada; (III) possuir, no mínimo, 400 matrículas em termos absolutos; (IV) regularidade dominial do terreno e edificações existentes na unidade de ensino; (V) infraestrutura que permita a integralização dos cursos ofertados e condições de atender, no mínimo, 800 alunos.

Diante de toda exposição, o escopo deste trabalho traz como discussão principal a política da expansão e interiorização dos cursos superiores no âmbito do Instituto Federal da Paraíba a partir do olhar da implantação do IFPB *Campus* Guarabira.

3.5 A interiorização dos Cursos Superiores na Paraíba por meio dos IFs

Parte-se do pressuposto de que toda interiorização implica uma expansão, mas que nem toda expansão alcança a interiorização. Diferente de muitas capitais do país, na Paraíba, o ensino superior chega primeiro no interior do Estado, no município de Areia, na microrregião do Brejo Paraibano, onde foi fundada em 1934, a Escola de Agronomia do Nordeste, sendo a instituição pioneira de nível superior no estado. Atualmente, é a sede do *Campus* II da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, onde se situa o Centro de Ciências Agrárias, com a distância de 128 km da Capital João Pessoa e de 40 km da cidade de Guarabira, conhecida como a “Rainha do Brejo”. Acerca desse marco histórico no Estado paraibano, pode ser dito que:

Com isso, quem vai se destacar é um representante político de grande capacidade intelectual, o areense José Américo de Almeida, que, através de seu prestígio junto ao governo federal, assumia compromissos políticos no estado em troca de implantação de algumas escolas e faculdades. Não é de impressionar que a primeira delas, a Escola de Agronomia do Nordeste-EAN, tenha sido implantada, em 1934 na cidade de Areia, terra natal de José Américo e reduto de forte oligarquia política local (Bezerra, 2007, p. 28).

Após cerca de um século, o processo de expansão e interiorização dos cursos superiores no Brasil e na Paraíba foi substancialmente intensificado com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e do

Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esses programas promoveram um aumento na oferta de vagas e na criação de novos cursos em todo o território nacional e estadual, impulsionados, em grande parte, pela atuação dos *campi* dos Institutos Federais.

O IFPB conta com 21 unidades espalhadas em todo o território paraibano, entre *Campus* e *Campus Avançado*, ofertando ao todo **46 cursos superiores**, em 10 (dez) das 21 unidades (IFPB, 2022, p. 289). No entanto, há de se ressaltar que ainda existem cursos do IFPB a distância em: Administração Pública (EAD) contemplando os polos descentralizados situados nos municípios de Alagoa Grande, Araruna, Lucena e Mari; o curso de Letras/Língua Portuguesa (EAD) – beneficiando os polos de Campina Grande, João Pessoa, Picuí e Sousa; e o curso superior em Computação e Informática (EAD) – disponível nos polos de Araruna, Duas Estradas e Pombal.

Do total de 46 cursos superiores oferecidos pelo Instituto Federal da Paraíba, apenas dois estão disponíveis no *Campus* Guarabira: Gestão Comercial (com duas turmas) e Sistemas para Internet (com uma turma), ambos na modalidade de tecnólogo.

O ensino superior chegou ao Instituto ainda sob a denominação de CEFET-PB em 1999, quando o IFPB iniciou a oferta de seu primeiro curso superior de graduação – Tecnólogo em Telemática – no *campus* de João Pessoa, marcando a transição de Escola Técnica Federal da Paraíba para Centro Federal de Educação da Paraíba (Araújo, 2019, p. 123).

Atualmente, há um debate político e institucional sobre uma possível "ruptura" do Instituto Federal da Paraíba, em decorrência dos Projetos de Lei n.º 4389/2016 (arquivado) e n.º 3057/2019, que propõem a criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano (IFSPB) por meio do desmembramento do IFPB. Avanços e desdobramentos já ocorreram nas comissões da Câmara dos Deputados Federais.

O futuro IFSPB abrangerá a Mesorregião do Sertão Paraibano englobando os *campi* de Cajazeiras (IFPB e Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da UFCG), Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Sousa e já nasce com uma estrutura considerável de 08 *campi*.⁹

A proposta do projeto é desmembrar algumas unidades que compreendem a atual estrutura do IFPB, incorporar a Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da UFCG

⁹ Informações disponibilizadas pelo portal Jornal da Paraíba. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/conversa-politica/instituto-federal-sertao-mec-audiencia-wilson-santiago>, Acesso em: 20/12/2023.

(Universidade Federal de Campina Grande) e criar a sede do IF do Sertão Paraibano na cidade de Patos. Em resposta ao Projeto de Lei n.º 3057/2019, a Reitoria do IFPB estabeleceu, por meio de portaria, uma comissão interna¹⁰ destinada a discutir os processos de expansão, interiorização e o possível desmembramento do Instituto. Essa comissão criou dois grupos de trabalho: um denominado GT de Consolidação e outro GT de Expansão.

Embora o foco principal deste estudo não se concentre na discussão sobre o desmembramento do IFPB, menciona-se essa questão para situar o contexto do debate atual sobre o processo político-institucional relacionado à expansão e interiorização do Instituto.

Assim, é importante observar que a interiorização do IFPB transcende as fases I, II e III da expansão dos Institutos Federais no Brasil e na Paraíba, iniciadas nas duas últimas décadas. Atualmente, estão em andamento novas iniciativas e mobilizações visando a ampliação ou segmentação adicional da Rede Federal no Estado. Recentemente, o Governo Federal veio ao Estado da Paraíba e anunciou a edificação de três novos *campi* do IFPB, nos municípios de Mamanguape, Sapé e Queimadas. Além da implantação de novas unidades, o Ministro da Educação divulgou que haverá ações de consolidação nos *campi* existentes com a construção de restaurantes estudantis, bibliotecas e sedes definitivas, tudo isso sendo possível com recursos provenientes do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)¹¹.

3.6 O *Campus* Guarabira e seus cursos superiores

Guarabira, município paraibano cujo nome tupi se traduz como "morada das garças", é uma das cidades mais populosas do estado e serve como o principal polo econômico e político da região do Brejo. Localizada no Piemonte da Borborema, Guarabira destaca-se como a maior e mais relevante cidade da região, situada na zona de transição entre o Agreste e o Brejo. Integrando a 2ª Região Geoadministrativa da Paraíba, que abrange 25 municípios – Araruna, Riachão, Campo de Santana, Logradouro, Cacimba de Dentro, Dona Inês, Caiçara, Lagoa de Dentro, Casserengue, Solânea, Bananeiras, Belém, Serra da Raiz, Sertãozinho, Duas Estradas, Borborema, Pirpirituba, Serraria, Pilõezinhos, Pilões, Cuitegi, Alagoinha, Mulungu, Araçagi e Guarabira – a área total da região é de 3.076 km², correspondendo a 5,4% da extensão territorial do Estado (IFPB, 2012).

De acordo com o Censo de 2022, o município de Guarabira possui uma área territorial

¹⁰ Comissão Interna para discutir a expansão no âmbito do IFPB. Disponível em: <https://www.sintefpb.org.br/expansao-dos-institutos-federais-reuniao-do-gt-de-consolidacao-ifpb/> Acesso em: 20/11/2023.

¹¹ Informação disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/governo-federal-investira-r-828-7-mi-na-educacao-da-paraiba>. Acesso em: 20/09/2023.

de 162,387 km² e uma população residente de 57.484 habitantes, com uma densidade demográfica de 353,99 habitantes por km². A rede educacional do município inclui 52 escolas de ensino fundamental e 12 escolas de ensino médio (IBGE, 2023). Em 2021, o PIB per capita de Guarabira foi de R\$ 30.143,08, posicionando o município como o 4º entre os 223 municípios da Paraíba e o 2.117º entre os 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2023).

Conhecida também como a "Rainha do Brejo", Guarabira apresenta um relevo que se assemelha ao Sertão, com vegetação de Caatinga na área Agrestina. A cidade está situada entre os Baixos Platôs Costeiros e o Planalto da Borborema, destacando-se por serras como Tapado, Quati, Bonfim, Cruzeiro e Mata Limpa, com altitudes inferiores a 300 metros, sendo a Serra da Jurema o pico mais elevado (IFPB, 2019).

A instalação do IFPB em Guarabira, ocorrida em 2011 com a implantação do primeiro curso superior no eixo tecnológico da cidade, não foi pioneira no contexto do ensino superior local, dado que a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) já havia estabelecido sua presença na cidade no início da década de 1980. Apesar disso, o IFPB tem fortalecido de forma relevante seu legado educacional em Guarabira, com destaque para a expansão do ensino superior, que já conta com 13 anos de trajetória na cidade, em contraste com os 43 anos desde a fundação da primeira faculdade no município.

Em 1981 foi criada, na cidade de Guarabira-PB, a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarabira-PB – FAFIG, instalada no antigo Colégio Nossa Senhora da Luz, situado no bairro central da cidade. Posteriormente, em 1982, a mesma foi transferida para o bairro de Areia Branca, no Km 1 da Rodovia 075-PB. Os cursos de licenciatura que funcionavam na FAFIG, aos poucos trouxeram para a região de Guarabira um intenso fluxo de estudantes universitários, em sua maioria, oriundos das localidades circunvizinhas (IFPB, 2019).¹²

Ao contrário de outras cidades do interior paraibano, Guarabira destaca-se não apenas por sua proximidade com Areia, cidade pioneira na oferta do curso superior de Agronomia no estado e na região desde 1934, mas também por ter implantado, em 1981, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarabira (FAFIG). Esta instituição, posteriormente transformada em Faculdade Regional do Nordeste (FURNE) em 1986, foi um marco importante na expansão do ensino superior na cidade.

A Universidade Estadual da Paraíba tem suas origens na Fundação Universidade Regional do Nordeste, estabelecida pela Lei Municipal de Campina Grande nº 23, de 15 de março de 1966, sob a gestão do então prefeito Williams de Souza Arruda. Com a

¹² Informações disponibilizadas pelo portal oficial da UFPB, sobre curso de licenciatura em História. Disponível em: <https://centros.uepb.edu.br/ch/cursos/licenciatura-plena-em-historia/>, Acesso em: 20/07/2023.

estadualização da FURNE, a instituição manteve os cursos anteriormente oferecidos, que foram incorporados à estrutura da UEPB. O Centro de Humanidades “Osmar de Aquino” da UEPB, criado posteriormente, consolidou-se como um importante núcleo de formação de professores e bacharéis nas áreas humanísticas, oferecendo cursos em Geografia, Letras, História, Direito e, mais recentemente, Pedagogia (UEPB, 2023).

Atualmente, Guarabira, a "Rainha do Brejo", conta com quatro instituições de ensino superior presenciais, conforme o censo do INEP. Estas incluem duas instituições públicas – a Universidade Estadual da Paraíba e o Instituto Federal da Paraíba– e duas privadas – a Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano e as Faculdades Integradas Qualis. Além disso, a cidade abriga polos de faculdades de ensino a distância no setor privado, consolidando seu papel como um importante centro educacional da região.

Tabela 5 - Exposição das IES no município de Guarabira (Públicas e Privadas)

Nome da Instituição	Categoria	Organização / Credenciamento
Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano - EESAP	Privada	Faculdade / Portaria do MEC de n.º 886 de 25 de julho de 2017
Faculdades Integradas Qualis	Privada	Faculdade - Portaria SERES/MEC n.º 1.371, de 27 de outubro de 2017, (DOU de 30/10/2017)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba)	Pública – Federal	Portaria n.º 993/2013
Universidade Estadual da Paraíba UEPB	Pública – Estadual	Universidade/1981. A UEPB foi criada oficialmente pela Lei Estadual n.º 4.977/1981.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em INEP (2021).

Além das IEs mencionadas, Guarabira abriga um polo das Faculdades Integradas Norte do Paraná (Unopar/Anhanguera), uma entidade de ensino superior privada especializada na oferta de cursos a distância e semipresenciais. Destaca-se igualmente a presença do ensino superior na região por meio do *Campus II* da Universidade Federal da Paraíba, situado no município de Areia, que abriga o Centro de Ciências Agrárias, e o *Campus III*, também da UFPB, localizado em Bananeiras-PB, com o Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA). Além disso, o Polo de Araruna (UFPB) oferece

cursos de licenciatura em diversas áreas do conhecimento.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior, fornecidos pelo INEP, e informações obtidas nos sites das faculdades particulares FIQ, EESAP e Unopar, foram registrados 19 cursos superiores presenciais em diversas áreas do conhecimento. Estes cursos incluem graduações em bacharelado, licenciatura e tecnólogo, oferecidos em diferentes turnos. Desde 2011, o IFPB *Campus* Guarabira tem se destacado como pioneiro na oferta de cursos superiores tecnológicos, com três turmas no eixo tecnológico: duas em Gestão Comercial (vespertino e noturno) e uma em Sistemas para Internet (integral).

Conforme orientações do Ministério da Educação, a duração dos cursos de graduação pode variar de dois a seis anos, dependendo do grau acadêmico escolhido. Licenciaturas e bacharelados costumam ter uma duração média de quatro a seis anos. O Relatório de Avaliação da Rede Federal – Ciclo 2021, organizado pela Controladoria-Geral da União, aponta que a evasão é mais pronunciada em cursos vinculados ao ensino superior, especialmente em bacharelados e licenciaturas (Brasil, 2021, p. 40).

Entretanto, o curso de grau tecnológico apresenta uma duração mais reduzida, variando de dois a três anos, com foco na formação profissional especializada. Essa estrutura curricular mais compacta, em comparação com os cursos de licenciatura e bacharelado, tende a oferecer uma maior probabilidade de permanência dos estudantes. O IFPB oferece uma gama diversificada de cursos superiores, incluindo Tecnologias, Licenciatura, Bacharelado e Engenharia.

Os cursos superiores de Tecnologia são projetados para integrar distintas formas de educação, abrangendo o trabalho, a ciência e a tecnologia. De acordo com suas diretrizes curriculares, esses cursos visam assegurar aos cidadãos a aquisição de competências profissionais que os capacitem para a inserção em setores onde a utilização de tecnologias é predominante (IFPB, 2014, p. 11).

Tabela 6 - Exposição dos cursos superiores em Guarabira (Públicas e Privadas)

Nome do Curso	Grau Acadêmico	Modalidade	IES
Administração	Bacharelado	Presencial	EESAP / FIQ
Ciências Contábeis	Bacharelado	Presencial	EESAP
Direito	Bacharelado	Presencial	UEPB/ EESAP
Educação Física	Bacharelado	Presencial	EESAP
Enfermagem	Bacharelado	Presencial/Semipresencia I	EESAP/UNOPAR
Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial	EESAP
Farmácia	Bacharelado	Presencial	EESAP
Geografia	Licenciatura	Presencial	UEPB
Gestão Comercial	Tecnológico	Presencial	IFPB
História	Licenciatura	Presencial	UEPB
Letras	Licenciatura	Presencial	UEPB
Letras – Português	Licenciatura	Presencial	UEPB
Letras – Inglês	Licenciatura	Presencial	UEPB
Nutrição	Bacharelado	Presencial	EESAP
Pedagogia	Licenciatura	Presencial	UEPB
Psicologia	Bacharelado	Presencial	EESAP
Sistemas para Internet	Tecnológico	Presencial	IFPB / FIQ
Odontologia	Bacharelado	Presencial	EESAP
Fisioterapia	Bacharelado	Presencial	EESAP

Fonte: Elaborado pelo autor com base em INEP (2021) e consulta nos sites das referidas faculdades.¹³

Após o impulsionamento da política de expansão e interiorização do IFPB, especialmente na sua terceira fase, é que surge, por meio de resolução n.º 52/2011 “*ad referendum*”, assinada pelo então reitor da época e presidente do Conselho Superior da Instituição, em 19 de julho de 2011, a criação do Núcleo Avançado de Guarabira, situado à Rua José Epaminondas, 573, Bairro Novo, sendo administrativamente ligado à Reitoria.

O *Campus* Guarabira foi criado a partir do Plano de Expansão III da Educação Profissional, do Governo Federal no ano de 2008 através da Lei 11.892, que institui a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e através da Resolução n.º 52 de 19 de julho de 2011. Guarabira é um município brasileiro, localizado no estado da Paraíba. Seu nome, de origem tupi, significa "morada das garças", é uma das cidades

¹³ Consulta aos sites das faculdades privadas localizadas em Guarabira-PB, além do Censo do Ensino Superior do INEP-2021. Disponível em: <https://www.eesap.edu.br/> e <https://www.unopar.com.br/> Acesso em: 20/08/2023.

mais populosas do estado. É chamada de Rainha do Brejo pelo fato de ser a principal cidade-polo de uma região que se caracteriza pela regularidade de chuvas. O *Campus* Guarabira foi inaugurado em 10 de outubro de 2011, funcionando provisoriamente na Rua José Epaminondas, 573 no Bairro Novo, num prédio da Arquidiocese (antigo colégio Paulo VI) do município do brejo, ao lado da Igreja Santo Antônio. Em 04 de setembro de 2012, a Câmara dos Vereadores de Guarabira aprovou por unanimidade a doação do prédio CAIC para o IFPB. O prédio conta com um complexo esportivo que será utilizado nas aulas de educação física. O edifício também vai abrigar o Centro Vocacional Tecnológico (CVT) (IFPB, 2014, p. 13).

Seguindo o roteiro institucional de criação da nova unidade do IFPB, o reitor da época, no ano de 2011, nomeou o primeiro Diretor Geral. A segunda gestão do *Campus* Guarabira também foi via nomeação da reitoria.

Ao longo de mais de uma década, a unidade do IFPB apresenta vários marcos temporais na sua linha evolutiva, que são relevantes para exposição do seu processo de implantação, desenvolvimento e consolidação a partir de 2011. Veja, no Quadro 7, a apresentação do quadro com linha do tempo e marcos evolutivos da criação e implantação do *Campus* Guarabira e seus cursos presenciais.

Tabela 7 - Linha do tempo – marcos normativos e evolutivos da criação e implantação do Campus Guarabira e seus cursos presenciais

Descrição do Marco	Ano	Norma / Data
Criação do Núcleo Avançado de Guarabira – IFPB.	2011	Resolução IFPB n.º 52 de 19/07/2011.
Criação do Curso Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio.	2011	Resolução IFPB n.º 54 de 29/07/2011.
Criação do Curso Técnico em Contabilidade integrado ao Ensino Médio.	2011	Resolução IFPB n.º 61 de 19/08/2011.
Criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial.	2011	Resolução IFPB n.º 67 de 06/10/2011.
Inauguração da primeira sede provisória, o prédio da Arquidiocese (antigo colégio Paulo VI) em Guarabira	2011	10 de outubro de 2011.
Estudo de Viabilidade de cursos no <i>Campus</i> Guarabira	2012	Fevereiro de 2012.
Câmara dos Vereadores de Guarabira aprovou por unanimidade a doação do prédio CAIC para o IFPB.	2012	*Legislação Municipal não encontrada no portal do poder legislativo local. Registro do fato em 04/09/2012.
Criação do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	2012	Resolução IFPB n.º 142 de 15/08/2012.

Descrição do Marco	Ano	Norma / Data
Criação do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio	2013	Resolução IFPB n° 133 de 26/08/2013
MEC oficializa a criação do <i>Campus</i> Guarabira	2013	Portaria MEC n.º 993 de 08/10/2013
Conclusão da Obra da nova sede do <i>Campus</i> Guarabira, às margens da PB 057.	2016	Dezembro de 2016.
Funcionamento definitivo na nova sede do <i>Campus</i> Guarabira.	2017	23 de janeiro de 2017.
Criação do Curso Superior em Sistemas para Internet	2018	Resolução IFPB n° 47 de 24/10/2018
Evento oficial de Inauguração da Sede definitiva, às margens da PB 057.	2019	Solenidade em 04/06/2019.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Posteriormente, o *Campus* Guarabira, por meio da Portaria n.º 993/2013, foi oficialmente reconhecido pelo Ministério da Educação. No entanto, já antes desse reconhecimento formal, o campus vinha operando regularmente, oferecendo tanto cursos técnicos quanto um curso superior tecnológico.

Mesmo o *campus* funcionando desde 2017 na nova sede, foi apenas em 04 de junho de 2019, que houve a inauguração da Unidade definitiva do Instituto Federal da Paraíba - *Campus* Guarabira, contando com uma solenidade que empossou a nova diretoria eleita democraticamente e contou com presença da comunidade acadêmica e de gestores, representantes do MEC, autoridades locais e parceiros do IFPB.

A atual sede do *Campus* Guarabira fica localizada às margens da PB-057, numa área de oito hectares e está, aproximadamente, há dois anos em sua sede definitiva. Conta com um bloco administrativo com 1.783,00 m² e dois blocos acadêmicos. Segundo dados de 2022, a instituição conta com 62 servidores (técnico-administrativos e professores), mais de 700 alunos entre cursos técnicos integrados, superior e Educação a Distância (IFPB, 2022, p. 18). Os cursos superiores presenciais ofertados pelo *Campus* são: duas turmas do curso tecnólogo em Gestão Comercial (primeiro a ser implantado) e uma turma do curso tecnólogo em Sistemas para Internet (surgindo posteriormente).¹⁴

¹⁴ Disponível em: www.ifpb.edu.br/guarabira - Acesso em: 20/09/2023.

Figura 9 - Fachada recente da sede do Campus Guarabira

Fonte: Acervo digital do IFPB.

A referida unidade do IFPB goza atualmente de autonomia administrativa, financeira, política-institucional e pedagógica assegurada pelo Estatuto do IFPB e seu Regimento Interno¹⁵, ambos documentos normativos aprovados pelo Consuper (Conselho Superior) e, sobretudo, após oficialização do *Campus* mediante a publicação da Portaria n.º 993/2013 do MEC, a qual garante orçamento à Unidade Gestora.

Contudo, foi a partir da terceira gestão que houve consulta à comunidade acadêmica (docentes técnico-administrativos e alunos), elegendo, em 2019, a primeira direção geral eleita democraticamente por meio do voto.

Tabela 8 - Cronologia das Gestões do IFPB Campus Guarabira

Direção Geral	Período da Gestão	Modalidade do Mandato
Primeira Gestão	2011 - 2014	Nomeação do Reitor
Segunda Gestão	2014 - 2019	Nomeação do Reitor
Terceira Gestão	2019 - 2022	Consulta à Comunidade Acadêmica
Quarta Gestão	2022 até 2026	Consulta à Comunidade Acadêmica

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Portanto, o cargo de Diretor Geral é eletivo (democraticamente), referendado pela comunidade do *campus* com um mandato de quatro anos, podendo concorrer à reeleição. Por

¹⁵ Documentos Institucionais do IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais> Acesso: 04/06/2023

sua vez, o Diretor Geral eleito legitimamente, por força normativa, possui a liberdade para nomear sua equipe gestora durante o respectivo mandato institucional.

O *Campus* Guarabira, além de contar com as três turmas de graduação tecnológica, com duas do curso Gestão Comercial (Vespertino e Noturno) e uma do curso Sistemas para Internet (Integral), ainda oferece à comunidade os cursos técnicos integrados ao ensino médio: Contabilidade, Edificações, Informática e o curso Subsequente ao ensino médio de Informática (EAD).

A oferta inicial do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial no IFPB/Guarabira ocorreu em 2012, com 80 vagas anuais, sendo eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, contando com uma carga horária de 1768 horas/aula, tendo período máximo de 6 semestres letivos (IFPB, 2014, p.24).

De acordo com o Plano Pedagógico do Curso (PPC), o perfil da referida graduação é o de promover “[...] uma formação técnica, humana e científica que a formação de profissionais para gerenciar negócios, focados nas transações comerciais, prestando-se à organização comercial, atendendo as diversas formas de intervenção (varejo, atacado, representação, entre outros) de qualquer setor” (IFPB, 2014, p. 24). Segundo o referido documento, é um espaço próspero no que diz respeito à geração de emprego e valorização salarial do profissional, possibilitando a fixação dos alunos na própria região e contribuindo para o desenvolvimento regional do Agreste e Brejo da Paraíba (IFPB, 2014, p. 24).

Durante os estudos da pesquisa, foi encontrado um documento institucional denominado “Estudo de viabilidade de curso” para o *Campus* Guarabira, cujo objetivo transcreve-se abaixo:

O objetivo deste estudo consiste em nortear, de acordo com os Arranjos Produtivos Locais (APLs), a viabilidade de implantação de cursos para todos os *campi* do IFPB, contribuindo para o alcance da missão institucional de fazer desenvolver a região a partir das potencialidades locais (IFPB, 2012, p.12).

O estudo apresentava argumentos técnicos para legitimar a criação de novos cursos no *Campus* Guarabira, sobretudo para a criação de um curso superior em licenciatura. Apesar de todo esforço técnico do estudo viabilidade, não houve êxito e nem prosperou os seus apontamentos para implantação de novos cursos na unidade de Guarabira, que seriam: Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, Técnico Integrado em Alimentos, Licenciatura em Matemática.

O segundo curso superior aprovado para a unidade foi o de Tecnologia em Sistemas

para Internet do IFPB, cuja implementação começou em 2019. Este curso, voltado para o eixo de Informação e Comunicação, oferece 40 vagas semestrais e possui uma carga horária total de 2.561 horas/aula, estruturado em regime de disciplinas. O ingresso é realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), destinado aos candidatos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (IFPB, 2019, p.39). O PPC do curso de Sistemas para Internet elenca algumas motivações para sua criação:

[...] com tecnologias emergentes e que oferecem muitas oportunidades de emprego, como é o caso de desenvolvimento de software para web e desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis. Além disso, a formação do profissional de TSI prever um bom nível de conhecimento em redes de computadores, incluindo segurança de redes, áreas que também estão sendo demandadas pelo mercado de trabalho. Outra motivação para a criação do curso é o fortalecimento da área de informática no *campus* Guarabira, que já conta com um curso técnico. A existência do curso técnico na área de informática contribui de duas formas para a criação do curso superior (IFPB, 2019, p. 41).

Ambas propostas de cursos superiores ofertados pelo IFPB *Campus* Guarabira se encontram alinhadas ao que preconiza a economia neoliberal e suas bases ideológicas, que é o incentivo à formação profissional tecnológica e especializada, atendendo às exigências do mercado de trabalho e à estrutura capitalista.

Diferente das faculdades particulares, no entanto, há no IFPB a busca pelo ensino de qualidade, cuja exigência e controle social são mais acentuados sobre a formação dos seus egressos, sobretudo, por conta da infraestrutura adequada, um quadro docente qualificado e estável e um apoio técnico especializado para oferecer uma assistência estudantil e outros serviços auxiliares adequados. Entre os serviços de apoio, destaca-se a atuação da Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI), setor que se ocupa institucionalmente em garantir apoio específico para estudantes com deficiência e com necessidade individualizada.

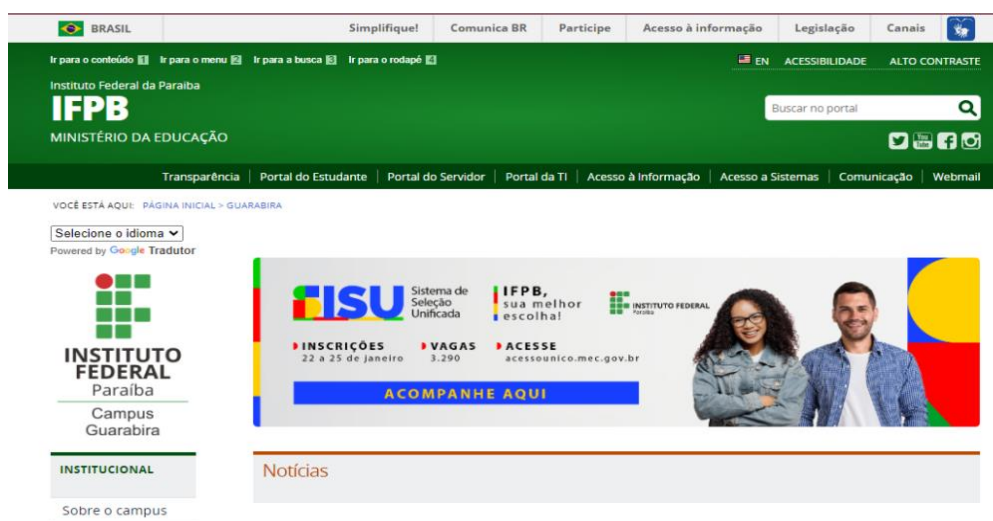
A infraestrutura do *Campus* de Guarabira, que é a base mantenedora da estrutura de funcionamento, faz parte de um conjunto de condições necessárias ao engajamento dos atores envolvidos: corpo técnico, professores, alunos e a comunidade do seu entorno.

Nesse contexto, Silva e Gomes (2019) conduziram uma pesquisa de satisfação entre os alunos do *Campus* Guarabira do IFPB, avaliando a qualidade da infraestrutura. Os resultados indicaram que a infraestrutura foi considerada entre “boa” e “ótima”. No entanto, os autores ressaltam a ausência de itens básicos, como “[...] campo de futebol e quadra de esportes, o que compromete o pleno exercício das atividades esportivas, as quais são extremamente benéficas para a vivência acadêmica dos discentes” (Silva; Gomes, 2019, p. 13).

Ainda de acordo com Silva e Gomes (2019), embora o *Campus* possua uma sede nova e moderna, conforme os padrões de qualidade estabelecidos, é evidente a necessidade urgente de corrigir as distorções identificadas para evitar prejuízos à qualidade de vida dos discentes. Ressalta-se que tais distorções também se devem ao plano de expansão que cada novo instituto possui, conforme o cronograma estipulado pelo Governo Federal. No entanto, permanece a incerteza quanto ao prazo real para a implementação futura dos itens faltantes, especialmente considerando a Emenda Constitucional n.º 95¹⁶, de 15 de dezembro de 2016, que congelou a possibilidade de investimentos, sobretudo em infraestrutura, por 20 exercícios financeiros. Dessa maneira, cabe exclusivamente à Gestão do *Campus* o desafio de remanejar os recursos financeiros disponíveis, visando a realização de pequenas melhorias estruturais.

O IFPB *Campus* de Guarabira ainda apresenta uma página eletrônica (*website*) com informações institucionais, notícias à comunidade e documentos legais disponibilizados ao público, como se vê na Figura 10, a seguir, e outra página dedicada aos estudantes, como se vê na Figura 11, mais adiante:

Figura 10 - Página inicial do website institucional



Fonte: IFPB (2024).

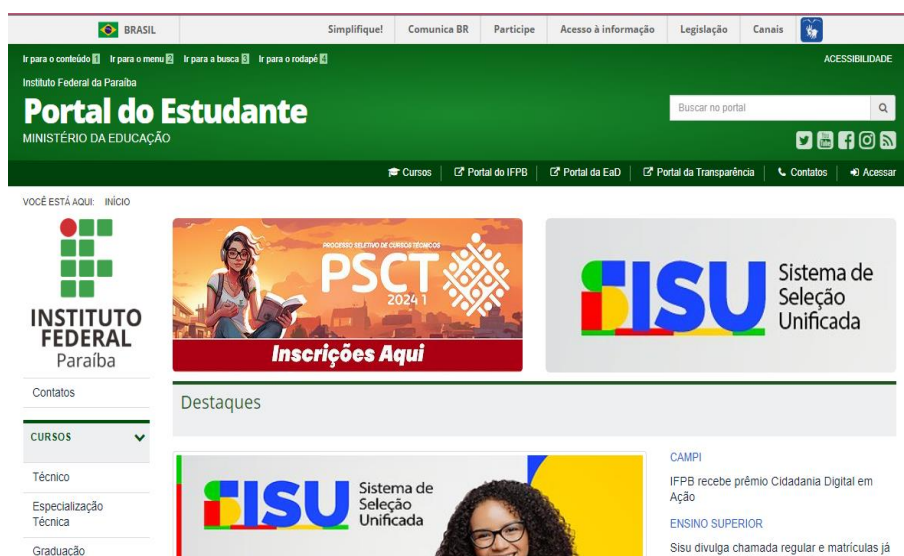
As informações presentes nesta página eletrônica são de caráter informativo para a comunidade, proporcionando uma operação interativa que esclarece os usuários sobre as notícias relevantes do *Campus* de Guarabira. Disponível em cinco idiomas (português, inglês, alemão, espanhol e francês) por meio de tradução automática, o site oferece detalhes sobre os

¹⁶ Cenário orçamentário de gastos com a educação. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/tabelas-emendas/evolucao-gastos-educacao.html>. Acesso em: 23 maio 2024.

cursos técnicos e de graduação, projetos de extensão, a revista acadêmica da instituição e outras informações técnico-administrativas pertinentes às Instituições de Ensino Superior públicas subordinadas ao Ministério da Educação do Brasil.

Além disso, a página exibe atos administrativos significativos da gestão, informações sobre a biblioteca, cursos e suas respectivas coordenações, documentos públicos, entre outros. Trata-se de um portal de fácil acesso e interatividade, que permite aos docentes, discentes, técnicos e ao público em geral, a consulta às notícias relevantes relacionadas ao tripé fundamental do Ensino Público Superior brasileiro: ensino, pesquisa e extensão.

Figura 11 - As informações destinadas aos alunos estão disponíveis no “Portal do estudante”



Fonte: IFPB (2024).

No Portal do Estudante, as informações são direcionadas ao universo acadêmico dos alunos, abrangendo categorias como documentos, Portal da Educação a Distância, PROEJA, processos seletivos específicos para a condição do aluno, Manual do Estudante, Plano de Acessibilidade e avaliação institucional, entre outros conteúdos de apoio. Destaca-se a importância desse portal eletrônico como um meio essencial para integrar a comunidade ao ambiente institucional, respondendo às exigências de um mundo globalizado, onde as fronteiras físicas se ampliaram para permitir uma comunicação ágil e eficaz. Conforme Costa (2006, p. 57), “[...] entre as inúmeras características dos Portais Corporativos, pode-se citar a integração de sistemas para acesso às informações, o uso de taxonomias e a aplicação de ferramentas de busca”.

No contexto do IFPB *Campus* Guarabira, inserido na realidade da educação pública brasileira, são enfrentadas crescentes restrições orçamentárias, o que demanda dos gestores o

discernimento entre o que é prioritário e o que é emergente ou essencial. Nesse sentido, como parte da política expansionista do Ensino Superior no Brasil, especialmente no que tange à interiorização, é necessário reconhecer que muitas questões precisam ser abordadas. Para tanto, novas políticas públicas devem ser elaboradas com base nas realidades específicas de cada município.

Procura-se mostrar neste capítulo que o município de Guarabira, situado na Paraíba, desempenha um papel significativo na educação superior da região, com instituições tanto públicas quanto privadas que oferecem uma variedade de cursos. O Instituto Federal da Paraíba, embora não tenha sido pioneiro no ensino superior local, estabeleceu-se como novo paradigma institucional com a criação de cursos tecnológicos em 2011. Essa expansão do IFPB integra-se na estratégia de interiorização do ensino superior, promovida pelo governo federal para aumentar o acesso à educação de qualidade em regiões fora dos grandes centros urbanos.

Pelo exposto, acrescenta-se que a oferta de cursos como Gestão Comercial e Sistemas para Internet evidencia um alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho e as diretrizes neoliberais, destacando a importância da formação tecnológica especializada. No entanto, a infraestrutura e os recursos financeiros limitados, especialmente sob a vigência da Emenda Constitucional n.º 95, que restringe investimentos públicos, continuam sendo desafios significativos para toda a comunidade que faz parte do *Campus* e seu entorno, e precisa equilibrar prioridades para garantir a qualidade educacional e a permanência dos alunos.

Nesse sentido, o desenvolvimento da educação superior em Guarabira, exemplificado pelo IFPB e outras instituições, reflete a importância de políticas educacionais inclusivas e adaptativas às regionalidades. A presença de um portal eletrônico eficiente e acessível, juntamente à oferta de cursos variados, fortalece a integração da comunidade acadêmica e a disseminação do conhecimento. Contudo, a sustentabilidade e o crescimento contínuo dessas instituições dependem de um apoio financeiro adequado e de estratégias eficazes de gestão para enfrentar as limitações atuais e futuras.

4 A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO IFPB: ANÁLISES E PERSPECTIVAS DOS EX-GESTORES

Este capítulo apresenta uma análise a partir do diálogo obtido com os participantes da pesquisa, na resposta às entrevistas semiestruturadas, proporcionando uma visão aprofundada das percepções e experiências dos envolvidos na criação e implantação do IFPB *Campus* Guarabira e seus cursos superiores.

Para refletir sobre a participação dos ex-gestores do IFPB na perspectiva institucional do IFPB – *Campus* Guarabira durante o período de 2011 a 2019, conforme justificado no capítulo metodológico, adotou-se a realização de entrevistas gravadas. Estas entrevistas foram conduzidas com o auxílio de um gravador de áudio e as respostas foram posteriormente transcritas. O roteiro das entrevistas (Apêndice B) consistiu em 35 perguntas, estruturadas em três eixos temáticos, sendo eles: *Eixo 01 - Da expansão e interiorização do IFPB / Campus Guarabira, (Gestão e Administração Institucional); Eixo 02 - Implementação dos Cursos Superiores no IFPB Campus Guarabira; Eixo 3 - Aspectos socioeconômicos, políticos e institucionais resultantes da expansão. da educação superior no IFPB / Campus Guarabira.*

Inicialmente, foi estabelecido contato por meio de telefone (WhatsApp) com aproximadamente dez ex-gestores, incluindo ex-Diretores Gerais, ex-Diretores de Ensino, ex-Coordenadores de Cursos Superiores, ex-Reitores e atuais dirigentes que desempenharam papel na criação e implantação do campus. Dentre os dez servidores contatados, cinco concordaram em colaborar com a pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), enquanto os demais optaram por não participar.

Os dados obtidos por meio das gravações das entrevistas, após transcritos, foram organizados, tabulados e analisados. Para assegurar a confidencialidade dos participantes, identificou-se cada um com a letra “P” (de Participante), seguida de um número indicando a ordem cronológica da entrevista, variando de P1 a P5.

As narrativas dos ex-gestores foram sistematizadas e apresentadas nos Quadros a seguir, conforme as perguntas realizadas nas entrevistas. Para a sistematização, algumas questões foram adaptadas e resumidas, mas as respostas foram preservadas em sua totalidade.

Quanto ao perfil dos ex-gestores, tratam-se de docentes do sexo masculino, com idade entre 40 e 60 anos. Todos possuem uma trajetória de mais de dez anos na instituição, exercendo funções como professores ou ocupando cargos administrativos no IFPB. No Quadro 9, foi apresentado o perfil dos sujeitos da pesquisa:

Tabela 9 - Perfil dos participantes da Pesquisa

Sujeitos	Experiência em Gestão	Titulação	Cursos superiores de graduação que atua ou atuou como docente
P1	Ex-Diretor de Desenvolvimento do Ensino no <i>Campus</i> Guarabira de junho de 2019-2021. Ex-Diretor de Educação Profissional da Pró-reitoria de Ensino e Diretor de Cultura na Pró-reitoria de Extensão do IFPB.	Graduado em Letras (UFPB, 2004). Mestre em Linguística e Ensino (UFPB - 2014). Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação Inclusiva pelo Centro Universitário Barão de Mauá.	Atua nos Cursos de Gestão Comercial, Sistemas para Internet e Licenciatura em Letras.
P2	Ex-Diretor da Uned Cajazeiras e Ex-Diretor Geral do CEFET-PB, ex-Reitor do IFPB.	Graduado em Administração de Empresas - (1990) e Licenciatura em Artes Industriais com Habilitação em Eletricidade (UFPB - 1982); Especialização em Metodologia do Ensino Técnico (UFPB - 1990), mestre em Eng. Elétrica (IFPB).	Atua nos Cursos de Engenharia elétrica e Telecomunicações.
P3	Ex-Gerente de Projetos do IFPB; Ex-Diretor Geral do <i>Campus</i> Campina Grande e ex-Reitor do IFPB.	Licenciado em Letras pela UFPB (1985), com Mestrado em Letras pela UFPB (2002) e Doutorado em Letras (UFPB, 2012).	Atuou em diversos cursos como docente do IFPB, com ênfase para curso de Gestão Comercial e Licenciatura em Letras.
P4	Ex-Coordenador dos Cursos Técnicos em Informática no IFPB <i>campus</i> Guarabira, Ex-Diretor de Ensino do <i>Campus</i> Guarabira e exerce o cargo de Diretor Geral do Polo de Inovação do IFPB.	Graduado em Telemática (CEFET/PB- 2004) e Telecomunicações (CEFET/PB - 2006) e Mestre (2010) no Programa de Pós-Graduação em Informática (PPGI) da UFPB.	Atuou em diversos cursos como docente do IFPB, com ênfase para os cursos tecnológicos em Gestão Comercial e Sistemas para Internet.
P5	Ex-Coordenador do curso de Gestão Comercial (Tecnólogo) até 2013; Diretor Geral do <i>Campus</i> Guarabira (2014-2019) e tem 12 anos de IFPB.	Graduado em Administração, Mestre em Marketing e Doutorando em Educação.	Atuou no curso de Gestão Comercial, Administração, Engenharia de Telecomunicações; além de lecionar nas áreas de Empreendedorismo, Negócios Imobiliários e Engenharia Elétrica.

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

As falas dos entrevistados são essenciais para entender os impactos das políticas de expansão e interiorização do ensino superior, bem como para identificar os desafios e oportunidades enfrentados pelos alunos e administradores da instituição. Ao explorar essas narrativas, buscou-se contextualizar mais o processo de implementação da política de expansão e interiorização no âmbito do IFPB em suas amplas facetas, extraindo pontos de

vista qualitativos que enriquecem a compreensão sobre o universo institucional e as influências externas.

Para iniciar as análises, a partir dos depoimentos coletados – *Eixo 01: Da Expansão e Interiorização do IFPB / Campus Guarabira (Gestão e Administração Institucional)* – identificaram-se três fatores decisivos para a criação do IFPB Campus Guarabira, conforme relatado pelos participantes da pesquisa e apresentado nos Quadros 10 e 11. Em primeiro lugar, destacou-se a influência de um agrupamento político local que governou a cidade entre 2005 e 2012. Em segundo lugar, mencionou-se a liderança econômica da cidade na região. Em terceiro lugar, considerou-se a demografia da cidade, que é considerada relevante a nível regional.

Com relação à resposta do entrevistado P4, este mencionou que o *Campus Guarabira* não surgiu exatamente na fase três, mas sim na “fase 2,5”. Esse ponto de vista é corroborado pelo entrevistado P1, que também afirmou que a unidade do Brejo foi criada em um cenário de transição entre as fases 2 e 3, refletindo o contexto político e econômico da época. Conforme os recortes listados no Quadro 10:

Tabela 10 - Eixo 1- (a) Como se deu a definição de criação do campus Guarabira por meio do processo de expansão/interiorização?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	[...] mais uma vontade política dos governantes daquela cidade na época , que era a família Paulino que governava o município especificamente em parceria com grupo Guaraves que cedeu o terreno para a construção do <i>campus</i> que hoje está instalado lá desde 2017[...]
P2	[...] Guarabira por si só possuía sua importância na região como Rainha do Brejo que era esse o nome que se dava, ainda hoje existe essa menção, ela polariza em si diversos municípios na região[...]
P3	[...], então o governo federal fixou um critério fundamental para o município, precisava exercer uma liderança de Polo regional, também ser um polo demográfico, e associado a isso, os arranjos produtivos locais; então Guarabira foi escolhida em função da sua liderança numa região importante do estado da Paraíba que é a região do brejo paraibano[...]
P4	...o campus Guarabira ele entra numa fase 2,5 (da expansão) nem era três e nem era dois , inicialmente começou como núcleo avançado, ele só virou <i>Campus</i> em 2014...
P5	[...] foi questão política mesmo , que foi aonde deputado pedisse, enxergo que foi meio assim, um exemplo, Guarabira mesmo foi na época que a prefeita era Fátima Paulino, lá de Guarabira e ela foi atrás do Lula, ela pediu para acrescentar no plano de expansão, por isso Guarabira é uma intervenção do prefeito (a) que foi em Brasília[...]

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

A reflexão do professor e pesquisador Frigotto, (2015, p. 92), é pertinente quando afirma que:

Os IFs em sua tessitura presente guardam a natureza de relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que mediam essa modalidade de ensino. As diferentes conjunturas, no que é estrutural, mantêm o viés da negociação pelo alto e sob um horizonte de projeto societário e de desenvolvimento de natureza modernizante conservadora.

É de recordar que, em 2012, o Brasil estava passando por um período de crescimento econômico moderado, após uma década de desenvolvimento robusto. No entanto, o país também enfrentava desafios econômicos, como inflação elevada e uma desaceleração global que afetou suas exportações. Já na conjuntura política, o governo era liderado pela presidente Dilma Rousseff, que enfrentava pressões internas e externas devido a questões inflacionárias e políticas, incluindo manifestações populares e supostas acusações sobre corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores e o governo. Segundo informações orçamentárias divulgadas pela Câmara Federal¹⁷, esses abalos acabaram acarretando, nos dez últimos anos, menos investimentos na política educacional que impactam diretamente no processo de expansão da educação superior e sua interiorização.

Sobre os fatores considerados facilitadores e importantes para a escolha do município de Guarabira, os entrevistados apontaram as mesmas condições para criação da Unidade do IFPB, ou seja, foram os fatores políticos, econômicos e demográficos. Observar os destaques listados no Quadro 11:

Tabela 11 - Eixo 1 - (b) Que elementos foram considerados importantes/facilitadores no processo de escolha do município Guarabira para receber uma unidade do IFPB?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	Vontade política do grupo Paulino de trazer a rede Federal para a cidade de Guarabira que é um polo que representa a chamada de Rainha do Brejo, e por ser um polo comercial daí surge à necessidade de um curso superior em gestão comercial[...]
P2	[...] primeiro pela própria situação socioeconômica e política da cidade maior cidade região do Brejo paraibano , por conta da economia, educação, dados estatísticos que a gente tinha sobre saúde, educação, comércio, qual era o carro chefe da economia[...]
P3	[...] o fator demográfico foi âncora definidora para a escolha e a condição de liderança Regional que Guarabira exercia uma irradiação de influência no território[...]
P4	[...] acho que é muito fácil escolher Guarabira, como a inserção do Instituto Federal, há demanda é gigantesca na realidade, o IFPB, não dá conta da demanda local; para você ter ideia, quanto diretor de ensino eu fazia constantemente levantamentos de dados, então um dado que é muito importante é que a gente tem aluno de 39 municípios então assim há uma diversidade muito grande[...]
P5	[...] é difícil falar isso, porque como eu disse, já entrei no <i>campus</i> Guarabira já foi definido[...]

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

¹⁷ Cenário orçamentário de gastos com a educação. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/tabelas-emendas/evolucao-gastos-educacao.html>. Acesso em: 23 maio 2024.

Quanto aos aspectos políticos da localidade, é relevante destacar que problemas significativos impactaram o processo de implantação do *Campus* Guarabira. Desde 2013, os prefeitos que governaram a cidade pertencem ao grupo político rival que originalmente pleiteou a criação da Unidade no município. Ademais, outro desafio foi identificado nos depoimentos dos entrevistados P1 e P5, que discutiram os efeitos positivos e negativos da presença do Instituto Federal na cidade. O IFPB, de maneira subjetiva, competia com o principal colégio particular da localidade em termos de resultados do ENEM. Como observou o entrevistado P1: “Reitero que a questão política exerce uma influência considerável. Apenas para informar, o atual prefeito é genro da proprietária da maior escola particular da cidade, o Colégio da Luz.”

A maioria dos entrevistados registrou que houve interferências políticas no processo de criação do *Campus* Guarabira, particularmente do grupo que comandou a Prefeitura Municipal antes de 2013, com apoio do Governador do Estado na época. Aponta o participante P3: “[...] no caso de Guarabira, nós tivemos uma participação muito importante do Roberto Paulino, isso é um registro que a gente precisa fazer: o governador na época, José Maranhão, teve um papel fundamental, eles intercederam junto ao então Presidente da República Lula [...]”. Observar a citação no Quadro 12:

Tabela 12 - Eixo 1 – (c) Como se deu as interferências políticas nesse processo de criação do *Campus* Guarabira?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	[...] Guarabira é uma cidade muito polarizada politicamente isso todo mundo sabe, os grupos, as famílias que dominam a cidade e região quem governava a cidade na época que o <i>Campus</i> começou a ser instalado, era o grupo dos Paulinos quem estava na oposição eram os Toscanos, hoje, em 2023, quem gerencia a cidade pelo segundo mandato é o prefeito Marcos Diogo que é do grupo dos Toscanos, então essa relação é difícil para Guarabira por ser uma cidade Polo[...].
P2	[...] política nunca deixou de ter, de existir até porque trata-se de política educacional, é uma política , o ser humano vive e respira política, a sociedade vive e respira política, politicamente eu diria que foi um ato correto a implantação com questões de políticas educacionais no <i>campus</i> , havia as influências que a gente procura, na maioria das vezes até tirar proveito dessas influências e transformando-as em parcerias, então politicamente é muito interessante que muita gente quer buscar a paternidade do projeto, buscar tipo emendas parlamentares, para que possam ser feitos investimentos[...].
P3	[...] em qualquer unidade os agentes políticos têm um papel importante, eles dialogam, eles intercedem, no caso de Guarabira, nós tivemos uma participação muito importante do Roberto Paulino, isso é um registro que a gente precisa fazer, o governador na época, José Maranhão, teve um papel fundamental, eles intercederam junto ao então Presidente da República Lula e fizeram gestões, para que houvesse uma aquiescência do governo federal e atender exatamente a perspectiva de introdução daquela unidade[...].

Participante	Resposta dos Participantes
P4	[...] Justamente interferências políticas foram [acionadas] na dificuldade de conseguir o espaço da construção do <i>Campus</i> , e às vezes os políticos cada um quer impor de certa forma à agenda deles, não, a agenda do Instituto não pode ser influenciada por políticos, mas sim por políticas educacionais que a gente segue de acordo com as diretrizes do MEC, da SETEC[...].
P5	[...] Então, a questão política, pela própria lei mesmo, <i>Campus</i> novo, o reitor indica o diretor-geral , enquanto <i>Campus</i> avançado do IFPB, então o reitor nomeia os três diretores (geral, de ensino e de administração) E aí que eu não sei como foi a política para escolher os diretores, tal primeiros e assim foi em 2014 teve a eleição do reitor que o professor Nicácio ganhou, e ele sabiamente pediu para os próprios servidores do <i>Campus</i> decidir lá entre a gente, teve várias reuniões internas entre os técnico-administrativos, professores, os servidores para escolher quem poderia administrar[...].

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

Se, de um lado, as forças políticas da localidade ajudaram o processo de criação do IFPB até 2012, por outro, de 2013 até hoje, há dificuldades de relacionamento com a gestão municipal. São latentes as dificuldades, como se observa na expressão de um entrevistado: “[...] quem é do grupo político hoje de situação, que é o grupo Toscano, termina não vendo com bons olhos a instituição até hoje nós não temos um calçamento, de acesso ao *Campus* por conta dessa questão política...” (P1).

Diferente do universo político, o IFPB é uma instituição pública que é regida por regras e critérios objetivos, por conta disso, questionou-se os depoentes sobre a existência prévia de algum estudo técnico preliminar de viabilidade para implantação do *Campus* Guarabira e seus cursos levando em consideração os arranjos produtivos locais.

Entretanto, na pesquisa intitulada “*Um estudo da expansão da educação superior no IFPB: desafios institucionais e alcance social*”, a pesquisadora Maize Araújo (2019) antecipa a existência de problemas na política da expansão do IFPB:

[...] é possível inferir que não houve uma concepção de discussão política mais ampla que envolvesse a comunidade escolar para a efetivação da expansão no período estudado (2008-2015) em relação aos *campi* e aos cursos de graduação do IFPB. Foi destacado como um processo muito mais para a efetivação – dirigida pelos gestores que seguiram as prescrições provenientes das políticas advindas do MEC para a execução da expansão em todas as dimensões (dos campi, dos cursos e de pessoal) – do que pelo debate em relação à necessidade de se discutir mais profundamente, internamente, localmente, sobre a compreensão da política que envolvia os interesses e objetivos políticos por parte do governo federal imbuído dessa ampliação, sem que houvesse maior tempo de planejamento (2019, p.175).

A maioria dos entrevistados (P1, P2 e P3) sabia da existência de algum estudo preliminar de viabilidade para criação de novos cursos técnicos e cursos superiores. Porém, isso só ocorreu depois da criação do *Campus* Guarabira, em 2012, quando a unidade já

contava com os seguintes cursos: Técnico Subsequente em Informática, Curso Técnico Integrado em Contabilidade e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (IFPB, 2012, p.35), conforme registros apresentados no Quadro 13, a seguir:

Tabela 13 - Eixo 1- (d) Foi realizado algum estudo preliminar acerca dos arranjos produtivos locais a serem atendidos pelos cursos ofertados no Campus Guarabira?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	[...] Provavelmente sim, porque, na época, Guarabira representava esse Polo do Brejo comercial e o curso superior de gestão comercial foi escolhido dentro desse viés dentro dessa perspectiva , além dos cursos técnicos integrados em informática que eu acho que dos 21 <i>Campi</i> acho que 20 deles têm o curso técnico de informática[...]
P2	[...] sim, aquele estudo de viabilidade , você veja que ele tem dados até estatísticos da Firjan a gente pegou o consumo de energia, a parte comercial, qual era o carro chefe de comércio na época, analisando as questões de saúde, educação, área de serviços, então, foi isso que serviu como referência[...]
P3	[...] eles fizeram um trabalho muito interessante para estabelecer os parâmetros definidores da concepção dos cursos em toda a expansão , então eu quero crer que nesse estudo havia a contemplação da unidade do Guarabira. Mas havia a preocupação institucional, vamos dizer em fundamentar a concepção do curso em critérios técnicos, científicos, sociais, econômicos, havia de fato, essa preocupação[...]
P4	[...] sim, com certeza, todo, por exemplo, a abertura do curso de TSI [Tecnologia para Sistemas de Informática] tem todo esse levantamento e documentado , após a confecção do PPC, então você faz um levantamento na região, a empresa de tecnologia, há uma demanda por mão de obra qualificada na área de informática, então esses alunos que são formados na área se qualificam bem, no mercado são bem encaixados em geral[...]
P5	Que eu saiba não, pelo menos eu quando eu cheguei lá a gente tinha cursos de gestão comercial, de superior informática e contabilidade, e Informática também integrado contabilidade e Informática integrados e Subsequente informática que depois fechou por falta de demanda... mas pelo menos eu nunca tive nenhum conhecimento sobre estudos para os cursos [...]

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

Segundo o documento intitulado “Estudo de viabilidade de cursos”, que foi produzido por uma comissão de professores do IFPB, com apoio da Reitoria, foram sugeridos os seguintes cursos para a Região de Guarabira: Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, Técnico integrado em Alimentos e Licenciatura em Matemática (IFPB, 2012, p.36).

É perceptível que o estudo levou em consideração a potencialidade dos arranjos produtivos locais da cidade e região, fincados na indústria e no comércio, especialmente na produção de alimentos. Já o curso superior indicado no levantamento de 2012 para o *Campus* Guarabira, foi uma proposta de licenciatura da área de exatas, é legitimado perante dois aspectos: primeiro, os cursos de licenciatura ofertados pela UEPB não concorreriam com a proposta do curso de Matemática no IFPB, já que Universidade Estadual oferta os cursos de Geografia, História, Letras Português e Pedagogia; segundo ponto, a Unidade atenderia uma

questão legal, referendada pelo Art. 8 da lei n.º 11.892/2008, que obriga os Institutos Federais a ofertar 20% de cursos “de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (Brasil, 2008).

Iniciada a abordagem sobre a temática da introdução dos cursos superiores na Unidade em estudo, assunto premente do **Eixo 02** do questionário - *Implementação dos Cursos Superiores no IFPB Campus Guarabira*, é importante salientar que nenhuma unidade da fase III da expansão do IFPB iniciou já com a criação de um curso superior, apenas o *Campus Guarabira* “ousou” diante os demais.

O fato ocorrido no IFPB Guarabira não é um fluxo normal diante de outras experiências de *Campus* Avançados ou em fase de Implantação. Apesar das respostas dos 5 entrevistados trazer indícios, não ficou tão claro quais elementos foram determinantes para a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial no mesmo ano da criação do *Campus*. No entanto, há duas hipóteses que foram inferidas a partir das entrevistas. A primeira delas é pelo fato de a cidade exercer certo protagonismo comercial na região; e a segunda, de ordem mais institucional, seria a tese de ofertar um curso “[...] mais viável economicamente [...]” (P2), pois não teria a necessidade de instalações de laboratórios e nem precisaria de aquisição de equipamentos, diferente de outros cursos tecnológicos que precisariam de considerável investimento naqueles itens citados. Alguns excertos das respostas dos entrevistados a essa questão são apontados no Quadro 14, que segue:

Tabela 14 - Eixo 02 – (a) Por que a criação de um curso superior em campus em fase de implantação?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	[...] eu acredito que pela necessidade da realidade local , porque a partir do pressuposto que foi feito um estudo para a instalação do <i>campus</i> lá e sendo Guarabira um Polo Comercial.
P2	[...] Primeiro, se havia as mínimas condições, porém suficientes para ele acontecer , por que esperar que ele tivesse? Nós temos <i>Campus</i> que funciona há 10 anos e ainda não estão no seu próprio espaço. Mas vem funcionando, então o foco da questão é: eu poderia analisar porque naquelas condições físicas, ambientais, instrumentais se implantar um curso de nível superior, às vezes o curso de nível superior dependendo da linha do conhecimento, ele é até mais viável economicamente do que um que depende de equipamentos, sem subestimar um conhecimento desse tipo, um curso da área de engenharia da área, de tecnologia ele precisa de mais equipamentos do que um da área de gestão contábil e comercial, mas depende de espaço, equipamentos professores etc. [...].
P3	[...] é muito relativo isso, sabe? Muito relativo. Eu vou dar um exemplo que se aplica a Guarabira. Quando eu fui designado para implantar o <i>campus</i> de Campina Grande funcionava na Casa do Colegial uma sede bem acanhada no coração de Campina, ali na Praça da Bandeira e nós já começamos com curso superior de tecnologia em telemática e não tínhamos sede própria, não tínhamos os professores , nós começamos com nove

Participante	Resposta dos Participantes
	professores substitutos em Campina Grande que é um polo nacional de educação, então, assim, eu acredito que é preciso que haja uma determinação para que as coisas aconteçam quem for esperar as condições ideais para fazer alguma coisa na rede Federal não vai fazer nada nunca [...]
P4	[...] é como disse, o de gestão comercial não sei, eu entendo que tinha sido pensado na questão de Guarabira por ser um centro comercial , tem várias indústrias lá implantadas, então o comércio lá é muito forte, polariza vários municípios próximos que convergem ali dentro de Guarabira, [...]
P5	[...] a necessidade, acho, que é de ocupação [dos turnos] porque você tem o integrado que é durante o dia o superior nosso era à noite, então você ocupava ali esses três turnos, otimizando ali no Instituto Federal de educação[...]

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

Garbossa (2019, p.283) avalia que a chegada do ensino superior nos municípios é um vetor de desenvolvimento. O autor afirma que

[...] é praticamente unânime entre os pesquisadores a ideia de que uma das formas de desenvolvimento de um município ou determinada região ocorre por meio do incentivo à educação, especialmente superior, pois ela dinamiza os contextos socioeconômicos e contribui para o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento mais integrado, equilibrado e proporcionalmente justo.

Ou seja, há certo consenso de que promover a educação, especialmente em nível superior, é uma das maneiras mais eficazes de desenvolver um município ou região, pois essa iniciativa impulsiona os contextos socioeconômicos e favorece a construção de uma cidadania mais justa.

Além do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, o *Campus* Guarabira possui atualmente outra graduação que é a de Tecnologia em Sistemas para Internet, criada em 2018. No entanto, havia uma prospecção no PDI 2015-2019 (Plano de Desenvolvimento Institucional), a sugestão para implantar outros cursos superiores, sendo eles: Sistemas para Internet (Implantado - Tecnólogo - Vespertino - presencial), Ciência Contábeis (Bacharelado - noturno - presencial), Matemática (Licenciatura - noturno - presencial), Construção de Edifícios (Bacharelado - noturno - presencial), Ciência da Computação (Licenciatura - noturno - presencial) e Engenharia Civil (Bacharelado - noturno - presencial) (IFPB, 2015, p.107). Além disso, o documento institucional apontava a criação de curso de duas pós-graduações na Unidade, Especialização em Gestão Comercial e outra em Informática.

Diferente do primeiro curso superior implantado no IFPB de Guarabira, o curso de TSI (Tecnologia em Sistemas para Internet) veio dentro de um planejamento traçado no PDI da instituição, com uma ideia de verticalização (P1 e P4). “[...] curso de Sistemas para Internet já estava desde 2015 no planejamento, mas só foi de fato iniciada em 2019, antes da

pandemia, que é, dentro do eixo do curso técnico informática, aquela ideia da verticalização[...]” (P1). Observar os destaques listados no Quadro 15:

Tabela 15 - Eixo 02 – (b) – Como se deu se deu a definição dos cursos superiores a serem implantados no Campus Guarabira?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	[...] nesse ponto de vista o <i>Campus</i> Guarabira representa esse Polo e o outro curso que nós temos que está dentro do PDI (planejamento desenvolvimento institucional) do <i>campus</i> que é o curso de Sistemas para Internet já estava desde 2015 no planejamento, mas só foi de fato iniciada em 2019, antes da pandemia, que é, dentro do eixo do curso técnico informática, aquela ideia da verticalização , o curso técnico levar o curso superior e fazer com que o aluno permaneça na Instituição, tendo a ideia de plano de acesso, permanência e êxito[...].
P2	[...] a partir de um estudo que fizemos que inclusive fossem elencados em ordem de prioridade quais seriam criados[...].
P3	[...] o curso superior é uma ação importante, a comunidade desejou, eu acho o <i>Campus</i> de Guarabira, criou mesmo funcionando lá no CAIC o curso de gestão comercial, estava sendo ofertado pra comunidade e vir estudando de toda aquela região ali de Araçagi, Itapororoca, Mari, Sapé e aquela região toda[...].
P4	[...] e o TSI Como eu disse foi com levantamento de estudo né seguindo o modelo de abertura de cursos do Instituto Federal superior , então a gente tem que seguir todo esse modelo para abertura né e o curso ele foi aberto ali já em 2000 iniciou acho a primeira turba em 2019 né então da criação do <i>campus</i> de 2011 para criar um novo curso superior tirando de gestão comercial passou um bom tempo[...].
P5	[...] necessário pra região que Guarabira é uma região mestre [polo] do Brejo , e então a gente enxergou isso, e aí foi nesse <i>campus</i> , esse primeiro curso Superior que a gente teve e aí só no final que eu estava saindo que a gente montou o segundo curso superior 2019[...].

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

A verticalização da oferta de cursos no âmbito do Instituto Federal refere-se à estrutura educacional integrada que permite ao estudante progredir por diferentes níveis de ensino dentro do IFPB. Isso significa que a instituição educacional oferece uma sequência de cursos de áreas correlatas que vão desde o nível básico (técnico-médio) até o ensino superior e pós-graduação, de forma articulada e contínua.

Por exemplo, um estudante pode começar no ensino médio integrado a um curso técnico, depois ingressar em um curso de tecnologia ou de graduação e, posteriormente, seguir para uma pós-graduação, tudo dentro da mesma área de ensino e na estrutura do Instituto Federal. Essa abordagem facilita a continuidade dos estudos, promove a formação completa e alinhada às necessidades do mercado de trabalho, e aproveita a infraestrutura e o corpo docente disponíveis. Além disso, a verticalização pode facilitar a vida dos alunos concluintes dos cursos de nível médio, para que não precise se deslocar para os grandes centros em busca do ensino superior.

Questionados sobre as dificuldades enfrentadas para o funcionamento de um curso superior em uma unidade recém-criada, foi unânime o entendimento de que o principal problema é a carência de professores, seguida de infraestrutura adequada para funcionamento das aulas e falta de equipe de técnico-administrativos para dar suporte às atividades acadêmicas e burocráticas de uma instituição de ensino. “[...] a principal dificuldade é o principal elemento de um curso que é o professor[...]” (P2). Outras referências à questão são apresentadas no Quadro 16:

Tabela 16 - Eixo 02 –(c) Quais dificuldades enfrentadas com o funcionamento do curso superior (Curso de Gestão Comercial) no Campus Guarabira em sua fase de implantação?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	[...] questão de docentes , a gente às vezes não ter todos os docentes daquela disciplina, muitas vezes, você começa com docentes apenas do primeiro ano do curso, primeiro período e segundo, e aí você tem que conseguir professores em outros <i>campi</i> em forma de colaboração e cooperação técnica[...].
P2	[...] como todos os cursos implantados eles têm dificuldades, eu diria que nas melhores estruturas que você possa imaginar ainda se tem dificuldades eu posso ter tudo em termos de ambientes em termos de equipamentos em termos de recursos didáticos e de repente eu posso ter a principal dificuldade que é o principal elemento de um curso que é o professor todo mundo pensa que é o aluno não é a essência do nosso trabalho, mas o professor hoje é o elemento mais importante num processo educacional[...]
P3	[...] Eu acho que o <i>Campus</i> no caso de Guarabira ele não fugiu às dificuldades dos demais cursos superiores, a primeira grande dificuldade é a composição de quadro pessoal , sabe? Aí a gente tem que considerar exiguidade na composição de quadro de pessoal principalmente como é um curso mais de teoria, não envolve muito laboratório você tem que fazer essa distinção, né? Quando é um curso que envolve laboratório que é investimento na aquisição de equipamentos, instrumentalização, aí você tem uma dificuldade mais agravada. Nesse caso, gestão comercial é um curso que tem mais um enfoque teórico aí eu acredito que a grande dificuldade maior de composição[...]
P4	[...] problemas são sempre os mesmos é infraestrutura e falta de RH (Recursos Humanos) são esses problemas é infraestrutura e RH[...]
P5	[...] Professor, temi por questão de falta de professor que de uma área que a gente tinha que pedir para ele poder, porque administração gestão comercial é muito voltado a administração [...].

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

Ainda abordando sobre as dificuldades enfrentadas para o funcionamento de um curso superior instalado no interior do país, apontou o estudo realizado pelo pesquisador Suliano (2013, p.131) sobre os problemas relacionados à interiorização no Ceará:

A falta de infraestrutura é unanimidade entre as necessidades dos alunos. Essas carências estruturais são devidas, em parte, ao fato de o processo de interiorização da UFC ainda ser recente. Ainda assim, é imperiosa a ideia de desenvolver uma cultura de planejamento, que antecipe a solução de problemas dessa natureza, de modo que a otimização da infraestrutura preceda outros momentos da expansão.

Sobre os fatores limitantes no contexto da expansão do IFPB, a pesquisadora Maize Araújo (2019) apontou alguns desafios:

A expansão, ainda que reconhecida como positiva, congregou muitos desafios para a sua efetivação, de forma significativa e preocupante, especialmente nos cinco primeiros anos da oferta e da expansão dos campi e dos cursos, pois todas as novas e/ou antigas escolas iniciaram as suas atividades de ampliação e/ou criação em espaços físicos antigos e/ou em espaços cedidos pelo município, fator que gerou e ainda gera muitos problemas aos servidores – gestores, professores e técnicos e alunos – desses novos e antigos campi, porque tais estruturas, na maioria dos campi, não comportam as demandas requeridas para a expansão dos cursos. A falta de estrutura física adequada e até mesmo a insuficiência de servidores, docentes e técnicos, foram e ainda têm sido problemas recorrentes na instituição, [...] (2019, p. 174).

No que se refere à dificuldade de professores, em comparação com o período de implantação do curso, o atual corpo docente da unidade de Guarabira é composto por professores efetivos que trabalham em regime de dedicação exclusiva, o que representa uma melhora significativa em relação à precariedade enfrentada durante o processo de criação do IFPB na cidade. Atualmente, o *Campus* Guarabira está em fase de consolidação, contando com um quadro de pessoal, incluindo professores e servidores, para atender seus seis cursos, que incluem duas turmas de Gestão Comercial e uma de TSI.

Além dessas dificuldades apontadas pelos entrevistados, um *Campus* Avançado normalmente não possui dotação orçamentária, e fica muitas vezes refém do financiamento e suporte da Reitoria, como também do apoio das prefeituras municipais onde estão instalados, dependendo de cessão de imóveis (prédios), doação de terreno, cessão de servidores etc. "No que concerne às estruturas físicas, vários *campi* começaram suas atividades em prédios emprestados, tendo construído sua sede oficial anos depois" (Silva, 2019, p.158).

Outra referência que não se encontra apresentada em quadro, mas se faz importante trazer alguns destaques sobre as condições de infraestrutura e pessoal para o funcionamento dos cursos superiores na época da sua implementação. O entrevistado P5 relatou que vivenciou condições precárias em 2012, “[...] zero, péssimas, condições na época da implantação de pessoal e de infraestrutura local, sim e como eu falei de ter que dar aula de baixo da árvore [...]”.

O entrevistado que era também professor do Curso de Gestão comercial naquele ano, relatou que as aulas funcionavam de forma muito limitada por conta das condições apresentadas na primeira sede do IFPB Guarabira, que era no Convento das Irmãs Carmelitas, pertencente à Arquidiocese da Paraíba. Antes de se estabelecer em sua sede própria, o *campus* iniciou suas atividades nesse local e depois foi instalado no antigo Centro de Atenção Integral

à Criança e ao Adolescente (CAIC), onde oferecia cursos e outras atividades educacionais enquanto as instalações permanentes estavam em construção.

Ainda sobre o **Eixo 02**, o Quadro 17 retoma o debate e coloca em questão o que preconiza a lei de criação dos Institutos Federais (Art. 7 e 8 da Lei n.º 11.892 2008), sobretudo frente à atual realidade do *Campus* Guarabira. Nesse quesito, todos os entrevistados reconheceram a eminente necessidade da Unidade criar cursos de licenciatura, que ainda não existem após seus 13 anos de fundação, conforme destaques listados no Quadro 17:

Tabela 17 - Eixo 02 – (d) - Como você percebe a oferta dos cursos do IFPB Campus Guarabira, considerando o que determina a lei da criação do Instituto Federal (percentual de curso licenciatura)?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	[...] 38% de cursos técnicos, com dois cursos superiores e não tem nenhuma licenciatura . Então, dentro desse percentual que a gente tem que ofertar, no máximo e mínimo 50% de cursos técnicos, o IFPB Guarabira não estava atendendo a essa demanda [...].
P2	[...] é isso é algo que não é só Guarabira. Mas você sabe que para Guarabira precisa dar mais atenção a esses percentuais que foram definidos em lei , 50% para Educação Básica, onde se subentende os cursos integrados subsequentes os programas do MEC, tudo nesse nível de formação e qualificação e requalificação profissional, está 30% para bacharelados, mestrados, doutorados e 20% para os cursos de licenciatura que é formação de professores [...].
P3	[...] você tem que observar o IFPB como sistema no estado da Paraíba , certo, então a lei 11892 ela estabelece percentuais para distribuição de concepção dos cursos técnicos tanto presenciais quanto a distância, os diversos superiores de Tecnologia, de bacharelado, de licenciatura, percentual de EJA, então o Instituto Federal da Paraíba precisa ter uma distribuição homogênea em que haja um equilíbrio nessa distribuição percentual, tá certo o campus de Guarabira ainda não tem um curso de licenciatura como boa parte das unidades do IFPB não tem ainda [...].
P4	[...] eu entendo agora que falta lá é a abertura de um curso de licenciatura e o equilíbrio tá já praticamente igualado [...].
P5	[...] a gente não atende, porque a gente não tem curso licenciatura , os 20% de licenciatura que a gente não tem [...].

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

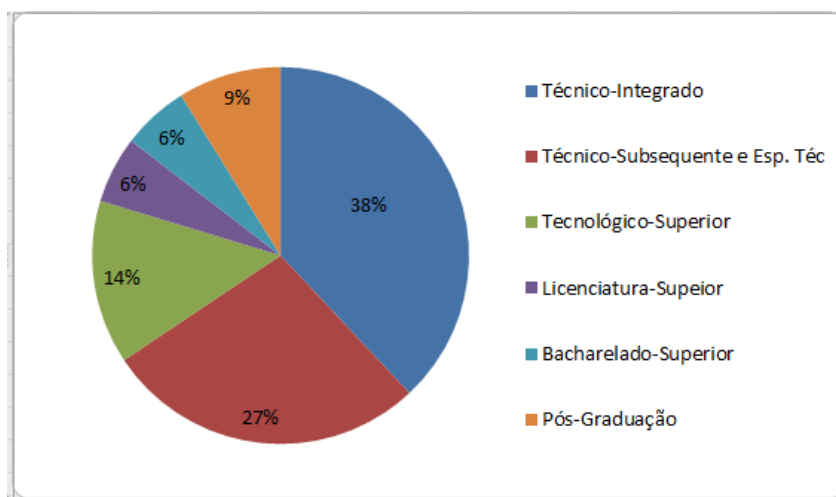
No entanto, com o entrevistado P3, verificou-se a ponderação de que os percentuais devem ser considerados no IFPB como um todo, não especificamente em uma unidade: “[...] você tem que observar o IFPB como sistema no estado da Paraíba... o *campus* de Guarabira ainda não tem um curso de licenciatura, como boa parte das unidades do IFPB não tem ainda.”. O participante da pesquisa P3 frisou ainda que esse não é um problema exclusivo de Guarabira, mas uma constatação em toda rede IFPB.

Considerando os dados apresentados pelo Portal do Estudante do IFPB, atualmente a instituição, em toda a sua rede, oferta um total de 192 cursos, em várias modalidades e níveis, sendo que 49 deles são de graduação e apenas 11 desses cursos são de licenciatura, ou seja,

apenas 6% da totalidade.

A oferta atual de cursos da instituição em destaque é distribuída da seguinte forma: Técnico-Integrado - 73 cursos; Técnico-Subsequente e Especialização Técnica - 53 cursos; Tecnológico-Superior - 27 cursos; Licenciatura - 11 cursos; Bacharelado 11 cursos; Pós-Graduação (Especialização e Mestrado) - 17 cursos.

Figura 12 - Percentuais de Cursos do IFPB por modalidade e níveis



Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

A Figura 12 oferece uma visão atualizada da oferta de cursos no IFPB, revelando que apenas cerca de 6% dos cursos são de licenciatura. Este percentual é notoriamente inferior ao mínimo de 20% recomendado pela legislação dos Institutos Federais (Art. 7º e 8º da Lei n.º 11.892/2008), evidenciando uma carência significativa nessa tipologia de ensino superior na Instituição.

No entanto, a mesma legislação prevê uma exceção a essa recomendação. O segundo parágrafo do Art. 8º da Lei n.º 11.892/2008 estabelece que:

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

Nas localidades onde houver uma demanda social significativa por formação em nível superior, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com a aprovação do Ministério da Educação, permitir a adaptação da oferta desse nível de ensino, desde que o índice de 50% da educação profissional técnica de nível médio não seja comprometido. De acordo com o

gráfico da Figura 12, o nível técnico profissional (integrados e subsequentes) do IFPB apresenta o percentual de 65% no total dessa oferta, isto é, bem acima do recomendado.

Passa-se agora a adentrar os assuntos abordados pelo **Eixo (3)** do questionário que trata dos *Aspectos socioeconômicos, políticos e institucionais resultantes da expansão da educação superior no IFPB / Campus Guarabira*. Na percepção dos sujeitos da pesquisa, todos concordaram que havia ambiente favorável do ponto de vista dos aspectos políticos, econômicos e institucionais para criação da unidade na Rainha do Brejo.

Em relação aos aspectos políticos, nos anos de 2011 e 2012, houve uma convergência de esforços e intenções para a criação do *Campus Guarabira*, envolvendo tanto a esfera municipal quanto a estadual, com a intervenção do governador da Paraíba da época, solicitando apoio do Presidente da República para o referido pleito. É relevante destacar o depoimento do entrevistado P3, conforme registrado no Quadro 12: "[...] os agentes políticos têm um papel importante, eles dialogam, eles intercedem, no caso de Guarabira, nós tivemos uma participação muito importante [...]" (P3).

Em 2011, a economia de Guarabira refletia o perfil típico de cidades de médio porte no interior nordestino, com uma base econômica centrada nos setores de comércio e serviços, além de uma presença moderada da indústria, especialmente no ramo alimentício. Relatos dos entrevistados (P1, P2, P3, P4 e P5) indicam que o principal conglomerado industrial da cidade, o Grupo Guaraves, apoiou decisivamente o projeto de instalação do IFPB. Este grupo não apenas doou o terreno para a construção da atual sede do *Campus Guarabira*, mas também estabeleceu uma parceria para que os alunos da Instituição pudessem estagiar na empresa.

A gestão do IFPB, naquele ano, também não esboçou adversidade ou impedimentos para que não houvesse a introdução daquela agenda de interiorização e expansão da rede do Instituto Federal da Paraíba no município guarabirense.

No entanto, muitas falas dos sujeitos entrevistados reforçam que apesar de haver muita vontade de tornar o IFPB Guarabira em realidade, não havia “condições ideais” para o início das atividades acadêmicas na localidade de acordo com os relatos apresentados no Quadro 18.

Tabela 18 - Eixo 03 – (a) Na sua percepção, havia ambiente favorável do ponto de vista dos aspectos políticos, econômicos e institucionais para criação do Campus Guarabira, em 2011?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	[...] de fato, sim a gente estava num governo de esquerda, um governo que frisava aí esse objetivo de valorizar a rede Federal da educação que foi criada em 2008 durante o governo Lula então acredito que naquele momento sim [...].

Participante	Resposta dos Participantes
P2	[...] Sim, a gente tem que trabalhar com o que encontramos , temos que trabalhar para mudar isso, com alunos formados, com professores em nossa instituição, que gerou empregos, com um todo [...].
P3	[...] se observa o provimento dos requisitos que Guarabira na sua potencialidade enquanto município pujante de líder regional no brejo paraibano sempre era, inclusive com reivindicação antiga. Então acredito que havia todas as condições para introdução da unidade lá [...].
P4	[...] se você for esperar o ideal, não teria , se a gente for avaliar questões econômicas, questões de infraestrutura e outras questões, não seria propícia a abertura, mas, como disse, toda escola que seja instituição de educação, quando ela chega ela tem uma transformação [...].
P5	[...] sim havia, em 2011 acho que sim [...].

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

Foi perguntado aos entrevistados quanto ao interesse nos cursos ofertados na unidade de Guarabira, em especial os cursos de Gestão Comercial e TSI (Tecnologia em Sistemas para Internet). No Quadro 19, há algumas respostas que chamam atenção, em especial o apontamento do entrevistado P1: “[...] o *Campus* essa semana (em dezembro de 2023) fez ou está fazendo uma consulta pública à comunidade por meio de um formulário na internet para quais cursos a região acha que o *Campus* deve ofertar [...]”. Há indícios, não concretos, que essa consulta à comunidade foi realizada após o conhecimento dos atuais dirigentes da unidade do IFPB na cidade a respeito da nossa pesquisa.

Tabela 19 - Eixo 03- (b) Como você avalia a importância e o interesse pelos cursos superiores ofertados pelo Campus Guarabira?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	[...] inclusive agora o <i>Campus</i> essa semana (em dezembro 2023) fez ou está fazendo uma consulta pública à comunidade por meio de um formulário na internet para quais cursos a região acha que o <i>Campus</i> deve ofertar , vamos ver já, depois de 12 anos [...].
P2	[...] A princípio, houve interesse, havia uma demanda reprimida, concorrência chegou a ser alta inclusive, eu disse há pouco tempo que era necessário ter um trabalho de avaliação e monitoração permanente, hoje o Brasil inteiro não só Paraíba passa por um fenômeno preocupante que é o fenômeno da evasão [...].
P3	[...] os números são reveladores de que há uma procura importante, nós temos um fluxo de trânsito para lá em Guarabira de estudantes muito significativo daqueles municípios circunvizinhos e adjacentes... de um modo geral e nos superiores a gente tem observado isso também depois da criação do [curso de] gestão comercial, nós tivemos o curso de tecnologia na área de informática que também é um curso que tem um apelo muito grande [...].
P4	[...] na realidade, eu não considero só o curso superior, mas todos os cursos eles têm sua importância, porque a verticalização que é importante, você quando cria um curso superior já verticalizando em relação ao ensino médio , o que a gente fez e prezou lá pelo <i>Campus</i> Guarabira foi essa verticalização, então ... Posso aproveitar os alunos que estão saindo ali na região que muitas vezes não tem condições de estudar em outra cidade para dar continuidade ao ensino superior [...]
P5	[...] realmente trouxe um retorno pra cidade entendeu, acho que, assim, o campus ter

Participante	Resposta dos Participantes
	os nossos cursos de gestão comercial, sempre teve demanda e a gente tinha duas entradas sempre dos dois semestres entravam praticamente cheias as turmas, então assim a demanda a gente sempre teve dos cursos superiores e também acho que somou para região realmente os cursos superiores [...].

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

Um fator importante que existe na oferta e demanda dos cursos superiores do IFPB em Guarabira é porque a cidade capilariza não apenas os cidadãos guarabirenses, mas impacta vários jovens daquela região do Agreste paraibano.

Por outro lado, constatou-se uma elevada taxa de evasão nos cursos de graduação, tanto em modalidades presenciais quanto a distância. Nesse sentido, um dos principais desafios para os gestores das IES públicas da região é assegurar a continuidade dos estudantes, visando garantir o êxito acadêmico dos ingressantes.

Contudo, segundo os números do Painel de Indicadores do Censo da Educação Superior em 2022 (MEC), o Curso de Gestão Comercial apresenta uma taxa relativamente alta e estável de 75% de evasão (desistência acumulada) no intervalo de 2019-2022 (quatro anos). É relevante considerar especialmente o período de 2020 a 2021, pois o país enfrentava a pandemia de Covid-19 que afetou diretamente a sociedade brasileira e, de forma geral, os estudantes. Observar Figura 13.

Figura 13 - Indicadores do Censo da Educação Superior em 2022 (MEC) do Curso Superior em Gestão Comercial –Campus Guarabira



Fonte: Censo da Educação Superior em 2022 (MEC)

O Painel de Indicadores da Educação Superior é uma ferramenta disponibilizada pelo

Ministério da Educação, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que permite acesso a diversos dados e apontamentos sobre a educação superior no Brasil. Esses números são utilizados para avaliar a qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior no país.

Ao abordar a evasão e a retenção escolar, Dias (2019) assevera que

[...] percebeu-se grande número de evasões nos cursos de graduação, tanto nas ofertas presenciais quanto a distância. Destarte, um dos grandes desafios a ser enfrentado pelos gestores das IES públicas do território é garantir a permanência dos ingressantes, pois a democratização do ensino não diz respeito somente a garantia do acesso, faz-se necessário também a permanência, e, sobretudo, o sucesso (2019, p.89).

Já os dados apresentados pelo Censo da Educação Superior em 2022 (MEC) para o Curso Superior de TSI ainda são incipientes, tendo em vista que não há informações suficientes de conclusão da primeira turma ingressante de 2020, disponível no Painel da Educação Superior (MEC).

Quando questionados sobre estudos ou indícios de impactos socioeconômicos, políticos, culturais e institucionais dos cursos superiores ofertados pelo *Campus Guarabira* na região, a maioria dos sujeitos da pesquisa não souberam informar concretamente sobre algum estudo. Mas há dois entrevistados (P1 e P5) que relataram casos de sucessos pontuais de egressos que se tornaram servidores efetivos e ex-alunos que conseguiram abrir seus próprios negócios ou conseguiram êxito nas empresas que trabalhavam em cidades da Região, como, “[...] Mamanguape, Solânea, Bananeiras e a própria cidade de Guarabira [...]” (P1). Observar os destaques relacionados no Quadro 20:

Tabela 20 - Eixo 03 - (c) Há algum estudo ou indícios sobre os impactos (socioeconômicos, políticos, culturais e institucionais) dos cursos superiores ofertados pelo Campus Guarabira na região?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	[...] a gente pode dizer que muitos deles (egressos) abriram seus próprios negócios depois do curso, eram apenas funcionários e se tornaram donos do seu próprio negócio , a gente tem exemplos exitosos em Mamanguape, Solânea, Bananeiras e a própria cidade de Guarabira onde os alunos abriram seus próprios negócios e experiências exitosas com empresas[...]
P2	[...] sim na época voltando aquele estudo de viabilidade nós nos preocupamos com o presente e com o futuro e a demanda que tinha reprimida para isso e, como eu te falei, criar naquele espaço um centro de excelência no período de discussão da expansão do IFPB e da educação superior [...].
P3	[...] eu não tenho conhecimento principalmente no período de discussão da expansão do IFPB e da educação superior [...].
P4	[...] estudo não sei te dizer , teria que procurar outros ou outras docentes, outros profissionais que tenham feito realmente pós-graduação sobre os impactos [...].
P5	[...] estudo a gente nunca fez não, mas impactos tem, por exemplo, ex-alunos nossos

	que passaram (em concurso) e hoje são servidores do IFPB , entendeu, então isso é um impacto, pessoas que montaram negócios , mas um estudo a gente não tem do impacto [...].
--	---

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

Fechando o ciclo de reflexões do Eixo 03 do questionário, apresenta-se o Quadro 21 no qual os participantes foram convidados a falarem sobre os aspectos mais sensíveis no que diz respeito às generalidades da atuação enquanto gestor e as percepções pessoais que consideraram relevantes e abordados na entrevista.

O entrevistado P1 sugere que o aluno (egresso) possa cumprir um ciclo exitoso na instituição e não migre para outras cidades mais desenvolvidas, porém que esteja comprometido em transformar a realidade local a partir do conhecimento adquirido por meio da política educacional expansionista.

O entrevistado P2 aponta que, mesmo diante das dificuldades, a instituição que é centenária precisa inovar, renovar e aperfeiçoar sua visão de mundo, tanto do ponto de vista local, como global. Isso precisa passar pela percepção da liderança e também dos seus liderados, isto é, uma gestão mais conectada com seus servidores.

Por outro lado, o participante P3 evoca o Governo Federal, corresponsável maior pela política de interiorização da educação superior, para rever suas práticas no que tange à execução, planejamento e metodologia, observando os erros cometidos durante as três fases da expansão. Mas também conclama que, nas próprias etapas da expansão da Rede Federal, haja participação efetiva da sociedade local, seja, por meio dos educadores, de lideranças sindicais ou de lideranças comunitárias, os segmentos representativos locais. Conferir o Quadro 21.

Tabela 21 - Eixo 03 (d) Considerando a sua experiência administrativa e a sua percepção diante da expansão da educação superior no IFPB, apontar sugestões para futuras ações institucionais que podem ser desenvolvidas para expansão/interiorização da oferta da educação superior?

Participante	Resposta dos Participantes
P1	[...] Por meio dessa tecnologia [Consulta eletrônica] então fazer uma consulta pública de forma efetiva de acompanhamento, de conhecer os arranjos produtivos é importantíssimo. Não desejo apenas de um político de instalar um curso naquela cidade, mas que o povo precisa, que vai transformar e fazer. É importante que se diga, a gente não quer o aluno faça um curso superior naquele Campus especificamente ali em Guarabira e vá para fora , a gente quer que o aluno com aquele conhecimento que ele adquiriu ali, ele transforme a realidade dele [...].
P2	[...] apesar das dificuldades, tudo foi possível de fazer, a gente sempre vive em processo de inovação e renovação, inovar não é criar de novo, você aperfeiçoa o que já existe e a gente sempre é isso que aconteceu com essa instituição a partir de todos os gestores que passaram por ela em 1909, todos deram a sua contribuição e fizeram o que era possível com o que tinha, que eram de sua visão de mundo, visão local e global, a forma como você encarava e resolver seus problemas. Você precisa ter pessoas, nenhuma

Participante	Resposta dos Participantes
	pessoa é mais carente do que o seu principal gestor institucional porque ele depende de tudo e de todos [...].
P3	[...] o governo precisa revisitar as suas práticas e tentar não reeditar os erros, tentar aprender com eles , aliás, na vida. Então já houve uma experiência de expansão em três etapas, vamos revisitar o que foi feito metodologicamente e vamos tentar não cometer os mesmos erros então, por exemplo, nessas expansões houve uma participação da comunidade estudantil? das suas representações? não houve uma participação efetiva de educadores, de lideranças sindicais, de lideranças comunitárias, os segmentos representativos, eles tiveram participação na mesa de debate [...].
P4	[...] como eu disse o mundo é um problema complexo, sem solução, vão existir os problemas, vão sempre estar postos na mesa, o que a gente pode fazer é diminuir a intensidade desses problemas, e a educação é um processo contínuo então é necessário sempre se você puder e conseguir manter e expandir [...].
P5	[...] a reestruturação dessas localizações (<i>Campus</i> Avançados), o problema é que isso já tá difícil porque já se criou os <i>campus</i> , já fez a infraestrutura e tudo mais, eu reveria, alguns <i>campi</i> eu fecharia ...Porquê, a falta planejamento dessa reestruturação, da política acima da qualidade do ensino, muitas vezes, a política veio antes do retorno para sociedade, algum momento alguém vai ter que ter coragem de parar e ajeitar esses buracos que a gente tem hoje que foram feitos exatamente por falta de planejamento [...].

Fonte: Dados da Pesquisa (2024, grifos nossos).

Os entrevistados P4 e P5, respectivamente, relatam ainda no Quadro 21 que é de extrema importância a manutenção da expansão da educação superior no país, como uma política necessária para o desenvolvimento local e regional. Por outro lado, o sujeito da pesquisa P5 defende uma imediata reestruturação ou mesmo fechamento das unidades que não apresentam resultados efetivos de eficiência, com destaque para aquelas unidades em estágio de *Campus* Avançado ou em situação de implantação. Na perspectiva do entrevistado P5, é necessário ter a coragem de priorizar a consolidação das unidades existentes, em vez de se lançar em uma expansão e interiorização a qualquer custo.

O entrevistado P5 ainda destaca que o principal fator para o insucesso da política de interiorização e expansão é a ausência de um planejamento adequado para a instalação de novas unidades.

Sobre a política de interiorização da educação superior, expressa Pereira (2017):

“No que tange à interiorização, é inegável reconhecer que o deslocamento dos institutos federais para o interior do país ampliou as oportunidades e o acesso às experiências mais modernas, mesmo que ainda tenha sido de forma diminuta e precária para alavancar o setor público local em conformidade com o setor produtivo, [...]”

Contudo, é salutar destacar que, apesar das limitações e desafios enfrentados, a expansão dos Institutos Federais no interior da Paraíba, com ênfase em Guarabira, tem

mostrado uma importância em diversos aspectos. Esse processo tem contribuído para o desenvolvimento social, econômico e educacional. Entre os principais impactos, observam-se a descentralização da educação em múltiplos níveis e modalidades, promovendo o acesso a oportunidades educacionais em áreas previamente desassistidas.

Para Máximo (2020, p. 14), “[...] cabe destacar o novo papel que as universidades e os institutos federais passaram a apresentar em relação à economia e à sociedade brasileira, sobretudo por causa do processo recente de desconcentração e interiorização do ensino federal.”.

Somado a isso, houve um significativo desenvolvimento local e regional, com estímulo ao crescimento econômico e ao progresso social na região beneficiada. A inclusão social também foi favorecida, com a oferta de educação gratuita e de alta qualidade que proporciona acesso a diversos segmentos da sociedade. O fomento à pesquisa, extensão e inovação tem sido notável, com incentivo à produção acadêmica e ao desenvolvimento de novas tecnologias. Além disso, a integração com o setor produtivo tem possibilitado parcerias que favorecem a formação de profissionais qualificados e a inovação no ambiente local.

Ressaltando, é importante refletir que “[...] a criação dessas instituições em municípios do interior precisa ser alinhada à demanda da população, visando reduzir os desequilíbrios de cobertura. O levantamento dessa questão demonstra a importância de estudos dentro desta temática” (Santos; Amaral; Luz, 2023, p. 30).

No entanto, com base nos dados e informações colhidos durante as entrevistas e nas reflexões advindas deste estudo, é possível perceber que:

- O processo de criação do *Campus* Guarabira foi amplamente influenciado pelos agentes políticos locais, com destaque para uma família que governou a cidade entre 2005 e 2012, gerando tanto consequências positivas quanto negativas, sobretudo dependendo do grupo político que estivesse à frente da Prefeitura Municipal de Guarabira em determinado período;
- Além dos aspectos políticos, outros dois elementos complementares foram relevantes para o estabelecimento do IFPB *Campus* Guarabira: a influência econômica proeminente da cidade na região e as características demográficas em relação aos municípios vizinhos;
- Não houve um planejamento adequado para a execução da terceira fase de expansão e interiorização do IFPB, como se pode constatar na experiência de Guarabira, com depoimentos que evidenciam carências em diversos aspectos, especialmente a falta de

professores para o início do curso superior de Gestão Comercial;

- Foi constatada uma situação de precariedade na fase de implantação do *Campus* Guarabira, especialmente em relação às condições de infraestrutura, ao corpo docente e ao apoio administrativo;
- A criação do curso superior de Gestão Comercial careceu de um planejamento robusto em sua fase de implementação, apesar da existência de um "Estudo Prévio de Viabilidade de Cursos", elaborado posteriormente em 2012, que previa uma grade de novos cursos técnicos e superiores para o *Campus* Guarabira, documento que, em sua totalidade, não foi seguido;
- É necessário desenvolver estratégias e instrumentos eficazes para mitigar as altas taxas de evasão ou abandono escolar, especialmente no curso superior de Gestão Comercial, que apresentou índices de 75% no período de 2019 a 2022;
- Não houve êxito na implantação dos novos cursos superiores sugeridos no PDI 2015-2019, em especial no que diz respeito à negligência quanto à criação do curso de Licenciatura em Matemática, proposto em dois documentos institucionais (PDI e estudo de viabilidade);
- O estudo ainda indica que o IFPB e o *Campus* Guarabira precisam melhorar significativamente seus indicadores em conformidade com o que preconiza a lei de criação dos Institutos Federais no que tange à oferta de cursos em Licenciatura, uma vez que apenas 6% dos 194 cursos oferecidos pela instituição como um todo atendem a essa modalidade acadêmica;
- O *Campus* Guarabira deve aprimorar sua interlocução com a comunidade local e reduzir as tensões com os agentes políticos da cidade, independentemente de serem oposição ou situação à gestão atual da Prefeitura.

5 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

A elaboração deste produto integrou os requisitos para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da UFPB. O projeto envolveu a criação de conteúdos em formato de áudio, no estilo *podcast*, direcionados à comunidade acadêmica do IFPB, com o objetivo de compartilhar experiências e vivências relacionadas ao processo de criação e implantação do *Campus Guarabira* e seus cursos superiores.

O PTT desta pesquisa consistiu na produção de cinco edições (episódios) em formato *Podcast* educacional (em áudio), abordando a temática central da *Interiorização do Ensino Superior: Caminhos expandidos via IFPB*, que serão disponibilizados na principal plataforma de compartilhamento de conteúdo audiovisual da internet: o *Youtube*.

O termo originário da língua inglesa "*podcast*" é uma combinação de "*iPod*" (um dispositivo da Apple) e "*broadcast*" (transmissão, em inglês), embora os *podcasts* possam ser reproduzidos em uma variedade de dispositivos, não se limitando apenas aos produtos da empresa Apple. Eles oferecem uma maneira conveniente de acessar conteúdo sob demanda, permitindo que os ouvintes escolham o que desejam ouvir e quando desejam ouvir ou assistir.

O *podcast* compreende conteúdo em áudio ou vídeo que é distribuído em plataformas ou aplicativos de mídia digital através da internet, geralmente divididos em episódios ou edições. A diferença principal entre um *videocast* e um *podcast* tradicional é que o primeiro incorpora elementos visuais, enquanto o segundo apenas é disponibilizado o conteúdo no formato de áudio. Essa mídia pode incluir entrevistas, discussões, tutoriais, apresentações, debates, entre outros tipos de teores. “No entanto, são poucos os trabalhos publicados que exploram o potencial pedagógico desta mídia em contextos de aprendizagem” (Silva, 2019, p. 9).

O principal desafio residiu na viabilização dos recursos técnicos e tecnológicos necessários para a produção e edição, de modo a evitar qualquer tipo de imprevisto, falha ou inconsistência, garantindo a qualidade da gravação do conteúdo proposto. Além disso, é essencial assegurar a logística adequada para a participação dos entrevistados na abordagem da temática sugerida. Com vistas à otimização e considerando a disponibilidade técnica e logística, o autor desta pesquisa assumiu o papel de mediador, produtor e entrevistador nas edições da mídia proposta.

Para elaboração dos episódios do *Podcast educacional*, foi pensado um conjunto de etapas de forma esquematizada. Isto é, criar e editar um *podcast* em áudio envolve várias

fases, desde a concepção até a fase de agregação/publicação nos aplicativos de multimídia ou áudio, como por exemplo: *Youtube, Spotify, Deezer, Apple Music etc.*

Abaixo está um esquema detalhado para orientar esse processo. Veja o detalhamento no Quadro 22 com as etapas de produção e percursos técnicos para desenvolver o PPT.

Tabela 22 - Etapas de produção e percursos técnicos para desenvolver o PPT

Etapas	Descrição	Percursos/Escolhas
1.Planejamento	Definição do tema e objetivo, escolha do formato e criação do roteiro.	Escolha do tema central e definição do objetivo do <i>podcast</i>. Identifique o público-alvo. Escolha do entrevistado. Formato: solo, entrevistas, mesa redonda, storytelling etc. Determinação de duração média de cada episódio. Estrutura do episódio com introdução, desenvolvimento e conclusão. Esboço para guiar a conversa, incluindo perguntas para entrevistas.
2. Pré-Produção	Escolha dos equipamentos e escolha do local de gravação	Microfones, fones de ouvido, gravador digital ou interface de áudio. Software de gravação (ou Gravador de Voz). Escolha do local de gravação. Procure um ambiente silencioso com boa acústica.
3.Produção (Gravação)	Testes de áudio e gravação do episódio	Execução de testes de som antes da gravação oficial Certifique-se de que todos os participantes estão confortáveis e prontos. Siga o roteiro, mas mantenha-se flexível para improvisações naturais. Verifique a qualidade do áudio durante a gravação para evitar problemas técnicos.
4.Pós-Produção (Edição)	Importação e organização dos arquivos, edição de áudio, inserção de identidade sonora	Importar os arquivos de áudio para o software de edição. Organizar os segmentos em uma linha do tempo.

Etapas	Descrição	Percursos/Escolhas
		Realizar corte de silêncios excessivos, erros ou ruídos indesejados. Adicionar transições, efeitos sonoros ou trilha sonora, conforme necessário. Normalização do áudio para garantir volume consistente Adição de vinheta de abertura e encerramento. Inclusão de breves trilhas de fundo para tornar agradável a sonoridade.
5. Revisão e Finalização	Revisão do episódio e exportação do arquivo	Ouvir os episódios completos para identificar possíveis ajustes. Realizar revisão final para garantir fluidez e qualidade. Exportação do arquivo digital final em formato de alta qualidade (ex.: MP3, WAV). Verificar o tamanho do arquivo e a compatibilidade com plataformas de <i>podcast</i>.
6. Publicação e Distribuição	Escolha da plataforma de hospedagem, carregamento do episódio e distribuição em aplicativos apropriados	Definir a Plataformas de hospedagem (Youtube e Spotify). Subir o arquivo de áudio na plataforma escolhida (<i>upload</i>). Inclusão de título, descrição, tags e imagem de capa (design) para os episódios. Configure a distribuição para plataformas como Youtube, Spotify, Apple Podcasts etc. Compartilhe o episódio nas redes sociais e em canais de comunicação com o público-alvo. Monitorar o <i>feedback</i> e participação dos ouvintes.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para produzir a mídia sugerida, a proposta foi dividida em etapas: Planejamento, Pré-Produção, Produção (Gravação), Pós-Produção (Edição), Revisão e Finalização, e Publicação e Distribuição, como revela o Quadro 22.

O formato deste *podcast* usou o modelo de entrevistas estruturadas com a participação de ex-gestores acadêmicos do IFPB e do *Campus* Guarabira, contando com ex-reitores, ex-coordenador de curso superior, ex-diretor geral da unidade e ex-diretores de ensino. Todos os participantes foram advertidos para assinar o Termo de Autorização para Uso de Voz para fins educacionais (Apêndice C). Este documento serve para formalizar o consentimento do entrevistado para que sua voz seja gravada, utilizada, editada e distribuída em materiais educativos sem ocorrência de problemas futuros.

O público alvo do conteúdo é a comunidade acadêmica do IFPB (professores, gestores, alunos e egressos), em especial os que estão situados no *Campus* Guarabira, além de pesquisadores da temática etc.

No que tange às nomenclaturas e modelos de dispositivos eletrônicos, a definição de *podcast*, segundo Guimarães (2020, p. 6), é "[...] um ou mais arquivos de áudio publicados na internet, sob demanda, em diferentes gêneros e formatos, que podem ser ouvidos on-line via *streaming* ou baixados para um computador ou dispositivo de reprodução de áudio digital".

A primeira etapa do processo foi o planejamento do produto, começando pela idealização do roteiro para a criação do episódio do *podcast* educacional, intitulado "Interiorização do Ensino Superior: Caminhos expandidos via IFPB." Em seguida, foi necessário agendar e assegurar a participação de um entrevistado com domínio sobre a temática proposta para cada episódio. Essa etapa foi precedida por um contato preliminar com o participante, explicando a dinâmica do *podcast* e apresentando o questionário.

Na terceira etapa, que corresponde à Produção, buscamos os meios técnicos e o apoio profissional necessários para a gravação do material. Posteriormente, na fase de Edição (Pós-Produção), o conteúdo digital foi organizado e tratado em um estúdio de edição de áudio, utilizando recursos adequados (equipamentos e software) para a finalização da mídia proposta.

O autor desta pesquisa assumiu a responsabilidade pelas etapas de planejamento, pré-produção e gravação do material. Como foi utilizado um roteiro de entrevistas semiestruturado, optou-se por manter uma linha temática uniforme para todos os entrevistados, dado que o propósito do projeto é refletir sobre diversos aspectos alinhados aos objetivos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas durante a fase de gravação, seguiram um roteiro de 35 perguntas, com uma duração média de 40 a 60 minutos. Para essa fase, foi utilizado o aplicativo de gravação de voz disponível no celular *iPhone Apple*, com o suporte de uma câmera digital, empregada como medida de segurança em caso de falha na gravação pelo

dispositivo principal.

Na sequência, para etapa de pós-produção, recorreu-se a um profissional em edição de áudio que utilizou o software *Sound Forge 9 professional digital audio production* para o devido tratamento e acabamento do conteúdo acumulado durante as gravações. Nessa fase, houve montagem de voz do entrevistador, normalização do áudio para garantir volume consistente dos entrevistados, corte dos silêncios excessivos, retirada de erros ou ruídos, adição de sons de transições e trilha sonora de fundo, além de criação de *spot* de abertura e encerramento.

Após passar pelo devido tratamento e edição, os episódios foram finalizados com o tempo médio de duração entre 36 e 48 minutos. Ao todo, foram 221 minutos de conteúdo em áudio, divididos em 5 episódios produzidos, seguindo a temática da “Interiorização do Ensino Superior: Caminhos expandidos via IFPB: *Criação e implantação do IFPB Campus Guarabira e seus cursos superiores*”.

Tabela 23 - Edições dos episódios dos Podcasts

Episódios	Temática	Perfil do entrevistado/link do episódio	Duração
Episódio #01	Interiorização do Ensino Superior: Caminhos expandidos via IFPB	Ex-Diretor de Desenvolvimento de Ensino do <i>Campus</i> Guarabira e professor do IFPB (Endereço Eletrônico do Episódio 01: https://youtu.be/3lWuf2rgbcg?si=PYphxyZvh-CL9Uja .)	45 minutos
Episódio #02	Interiorização do Ensino Superior: Caminhos expandidos via IFPB	Ex-Reitor do Instituto Federal da PB e professor do IFPB (Endereço Eletrônico do Episódio 02: https://youtu.be/G1t2bpD8GWc?si=9SCsDeZstF18vt_7 .)	47 minutos
Episódio #03	Interiorização do Ensino Superior: Caminhos expandidos via IFPB	Ex-Reitor do Instituto Federal da PB e professor do IFPB (Endereço Eletrônico do Episódio 03: https://youtu.be/BybH6iiA-4s?si=KGI_UhtJPrsOaG8U .)	48 minutos
Episódio #04	Interiorização do Ensino Superior: Caminhos expandidos via IFPB -	Ex-Diretor de Desenvolvimento de Ensino do <i>Campus</i> Guarabira e professor do IFPB. (Endereço Eletrônico do Episódio 04: https://youtu.be/Dlfag3-	45 minutos

Episódios	Temática	Perfil do entrevistado/link do episódio	Duração
		61Os?si=l3RuwOOwUDfNKB7b .)	
Episódio #05	Interiorização do Ensino Superior: Caminhos expandidos via IFPB -	Ex-Diretor Geral do <i>Campus</i> Guarabira, ex-Coordenador de Curso superior na unidade e professor do IFPB. (Endereço Eletrônico do Episódio 05: https://youtu.be/l8LIsPbmV9w?si=JdC1nzdsJ9v3rcu9 .)	36 minutos

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ainda contamos com recursos técnicos operacionais utilizados para produção: um gravador de áudio digital, software editor de cortes e edição, e repositório do conteúdo digital na internet, como um canal específico no Youtube, e plataformas de hospedagem/reprodução de *podcasts* (Ex. Deezer e Spotify).

A série de episódios do *podcast* educacional pode ser localizada na internet por meio da plataforma do Youtube, no seguinte endereço eletrônico: www.youtube.com/@podcasteducacional.

Para produção da apresentação gráfica da capa do *podcast* educacional, foi utilizada a versão gratuita do programa Canva¹⁸, uma plataforma de design gráfico on-line que oferece uma ampla variedade de ferramentas para criar designs personalizados de forma fácil e intuitiva.

A concepção da presente mídia (PTT) e as artes gráficas apresentadas no projeto foram influenciadas pelo modelo do *Podcast* do canal G1, do portal de notícias da Globo, denominado “O assunto”¹⁹, apresentado e coordenado atualmente pela jornalista Natuza Nery.

A apresentação gráfica (design) do Painel principal do canal do *Podcast* Educacional (PTT) foi criada a partir da utilização da foto de fundo da fachada atual da sede do *Campus* Guarabira disponível no *site* institucional da unidade, com um sombreamento de tonalidade na cor azul celeste. Ainda foram utilizadas fontes adequadas para apresentação da mídia e sua descrição, com foco principal e, ao centro da imagem, a logomarca do programa PPGAES. De forma sutil, ainda foram apresentadas no canto direito da imagem e de forma recuada, as logos do IFPB e UFPB.

¹⁸ Disponível em: <https://www.canva.com/>

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/@g1globo/podcasts>

Figura 14 - Apresentação gráfica (design) do Pannel principal do canal do Podcast Educacional (PTT)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Com a mesma concepção, a capa dos episódios do *Podcast Educacional* (PTT) foi idealizada utilizando a foto de fundo da fachada da atual sede do *Campus Guarabira*, com um sombreamento na tonalidade cinza chumbo; além disso, foram utilizadas fontes adequadas, com destaque em caixa alta e negrito na atribuição do nome e descrição da mídia. Por fim, no centro-direita da imagem, foi colocada a logomarca do programa PPGAES, e, com incremento de forma recuada e sutil, as logos do IFPB e UFPB.

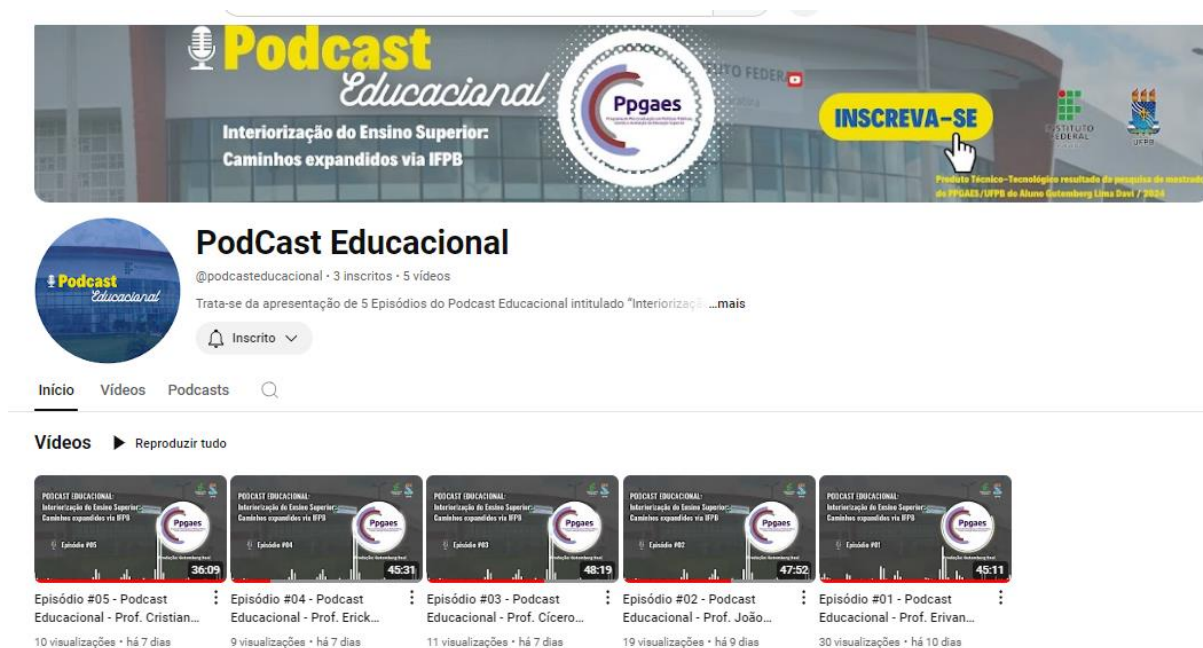
Figura 15 - Apresentação gráfica (design) dos episódios do Podcast Educacional (PTT)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No sentido de ilustrar melhor a disposição da apresentação visual do *Podcast* Educacional (PTT) e seus episódios, capturou-se uma imagem panorâmica do painel do canal @podcasteducacional disponível na plataforma do Youtube.

Figura 16 - Visão panorâmica do Pannel principal do canal do Podcast Educacional (PTT) e seus episódios



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, desde sua concepção até a finalização da mídia proposta, foi fundamental a experiência do pesquisador, especialmente na exploração de um formato ainda pouco usual no contexto de produtos técnico-tecnológicos e no universo acadêmico. A utilização do *podcast* como meio de disseminação de conhecimento representa uma abordagem criativa e moderna, porém, é necessário reconhecer e enfrentar os desafios que surgiram ao longo do processo, que deverão ser superados em futuras iniciativas.

Entre os principais desafios enfrentados, destacam-se a necessidade de uma estrutura mais robusta para gravações externas, a garantia da participação de entrevistados chave, cuja presença é essencial para enriquecer a discussão sobre a temática proposta, e a viabilização de condições logísticas para visitas *in loco* ao IFPB Campus Guarabira. Além disso, a tarefa de convencer a participação de entrevistados importantes, superando possíveis interferências políticas internas ou externas, mostrou-se essencial para o êxito do projeto.

Em síntese, apesar dos obstáculos encontrados, a criação de conteúdo educativo em formato de áudio, como *podcasts*, oferecem inúmeros benefícios tanto para os criadores

quanto para o público.

Entre as vantagens, destacam-se a conveniência, permitindo que o ouvinte acesse o conteúdo em qualquer lugar e momento; o maior engajamento no aprendizado, potencializado por narrações e efeitos sonoros envolventes; o alcance ampliado e a acessibilidade para pessoas com dificuldades de leitura; o custo-benefício na produção, que demanda menos recursos em comparação a vídeos; e a possibilidade de *feedback*, que facilita a criação de comunidades de aprendizado colaborativo.

Além disso, o formato contribuiu para o desenvolvimento de habilidades de comunicação dos criadores e proporciona uma distribuição global, adaptável a diferentes públicos e níveis de compreensão. Esses aspectos conferem ao áudio um poder significativo como ferramenta educacional.

A expectativa é que, ao disponibilizar os *podcasts* propostos, a instituição consiga disseminá-los amplamente, incluindo em outras unidades do IFPB, e que esses conteúdos possam ser aprimorados continuamente. As valiosas contribuições dos entrevistados, especialmente ex-gestores e professores, têm o potencial de gerar impactos positivos duradouros, beneficiando a instituição como um todo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa realizada, com o foco principal de responder às questões delineadas nos objetivos do trabalho, além de oferecer contribuições por meio do produto técnico-tecnológico. Nosso propósito é apresentar a reflexão, destacando e valorizando a política de interiorização e expansão nas pesquisas institucionais do IFPB.

O estudo permitiu uma análise abrangente do processo de interiorização e expansão do ensino superior, tanto em âmbito geral quanto local, a partir das contribuições e percepções de ex-gestores do IFPB que participaram da criação e implantação do *Campus* Guarabira e de seus cursos superiores. Considerou-se, nesse contexto, as perspectivas e os impactos sociais, econômicos, políticos e institucionais verificados entre os anos de 2011 e 2019.

A terceira fase de expansão do IFPB, com especial ênfase no *Campus* Guarabira, enfrentou desafios significativos, em grande parte devido ao contexto político local e à situação econômica nacional no intervalo de tempo do estudo. Verifica-se, a partir das opiniões dos participantes da pesquisa, que a decisão de criar o *campus* em Guarabira foi fortemente influenciada por fatores políticos, mais do que por razões institucionais, embora a cidade exercesse uma influência econômica regional relevante, especialmente por seus arranjos produtivos locais, com destaque para a indústria alimentícia e o comércio, polarizando diversos municípios do Brejo paraibano.

A pesquisa também revelou que as principais dificuldades encontradas no processo de criação do *Campus* Guarabira incluíram a ausência de planejamento adequado para as instalações iniciais, as precárias condições de infraestrutura do primeiro edifício, que foi cedido por uma entidade religiosa, e a carência de professores e servidores para atender às demandas acadêmicas e administrativas.

Quanto aos aspectos participativos da sociedade impactada pelo empreendimento educacional, não há registro concreto de audiências públicas ou debates com segmentos sociais para a criação do *Campus* Guarabira e de seus cursos. Durante a investigação, foi encontrado um documento elaborado pelo IFPB em 2012, contendo um estudo preliminar sobre os arranjos produtivos locais, visando à criação de novos cursos no campus; no entanto, nenhuma das sugestões contidas nesse documento foi acatada pelo Instituto.

Quanto às interferências políticas no processo de implantação, dois cenários distintos foram identificados. No primeiro, entre 2011 e 2012, o IFPB contou com o apoio da Prefeitura municipal, apesar das dificuldades e limitações enfrentadas nesse intervalo

temporal. No segundo, a partir de 2013, a relação com a gestão municipal tornou-se mais delicada, em razão de questões políticas e um suposto conflito de interesses envolvendo uma importante escola da rede privada de Guarabira.

No que concerne à criação do primeiro curso superior em Gestão Comercial, ainda durante a fase inicial de implantação da Unidade do IFPB em 2011, a pesquisa não revelou elementos concretos que elucidassem a verdadeira motivação por trás dessa decisão. Em contrapartida, o curso de Tecnologia em Sistemas para Internet foi previsto em dois documentos institucionais: o "Estudo de Viabilidade de Curso", realizado por uma comissão interna do Instituto Federal em 2012, e constava no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.

Os achados da pesquisa indicam que um *campus* em estágio inicial, como era o caso do IFPB Guarabira, durante sua fase de implantação, demandava um apoio substancial da Reitoria, visto que não possuía orçamento próprio e carecia de reforços no quadro de professores e funcionários. Para mitigar algumas dessas dificuldades, o IFPB estabeleceu uma parceria estratégica com o Grupo Guaraves, a principal empresa da região, que cedeu o terreno para a construção da atual sede do *campus* e absorveu alguns estudantes em programas de estágio.

O estudo também evidenciou que tanto o IFPB como um todo quanto o *Campus* Guarabira precisam melhorar significativamente seus indicadores em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei n.º 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, especialmente no tocante à oferta de cursos de licenciatura, que atualmente representam apenas 6% do total de 194 cursos oferecidos pela instituição. O *Campus* Guarabira, em particular, ainda não oferece nenhum curso de licenciatura, apesar de haver indicativos para sua implantação no PDI 2015-2019.

Os participantes do estudo destacaram que, ao longo de mais de uma década em Guarabira, o IFPB conseguiu transformar a vida de diversos ex-alunos, com casos de sucesso de egressos que abriram seus próprios negócios, foram inseridos no mercado local ou se tornaram servidores da instituição. No que tange à política institucional, a atual gestão do *Campus* Guarabira foi eleita democraticamente após consulta à comunidade acadêmica, porém, ainda enfrenta dificuldades de relacionamento com a atual gestão da Prefeitura Municipal.

No que diz respeito ao interesse pelos cursos superiores, as entrevistas não forneceram dados concretos, mas os indicadores revelaram um quadro alarmante de evasão escolar, especialmente no curso superior de Gestão Comercial, que apresentou uma taxa de abandono

de 75% entre 2019 e 2022, conforme dados do Censo do Ensino Superior (MEC).

Entre os entrevistados, prevaleceu a percepção de que não houve uma discussão ampla e aprofundada sobre a expansão do IFPB e da educação superior, considerando os aspectos políticos, socioeconômicos e acadêmicos que influenciam essa política. Diante das experiências administrativas dos entrevistados, foram sugeridas ações institucionais futuras, tais como um planejamento mais rigoroso para a criação de novos *campi*, priorizar a consolidação ao invés de criar novas unidades, a revisão e monitoramento das unidades existentes em termos de eficiência acadêmica e resultados, a avaliação crítica da política de expansão e interiorização, e a garantia de uma participação ampla, concreta e efetiva das comunidades e lideranças locais no processo de discussão e introdução de novas unidades no âmbito do IFPB.

Considerando o objetivo geral delineado na metodologia desta pesquisa, acredita-se ter alcançado uma análise das contribuições dos entrevistados, sem evidências de prejuízos. Concluiu-se que a participação deles foi de fundamental importância, trazendo benefícios significativos para a reflexão acerca do desenvolvimento institucional em relação à política de expansão e interiorização do IFPB.

Em relação aos demais objetivos da pesquisa, conseguiu-se apresentar um panorama descritivo do percurso histórico, social, político e econômico do processo de expansão do ensino superior no Brasil, com foco específico nos Institutos Federais da Paraíba. Essa análise foi realizada através da singularidade da implantação da unidade do IFPB em Guarabira e a criação dos seus cursos superiores, valendo-nos de referências bibliográficas, do ordenamento normativo/legal e dos documentos institucionais. O estudo também identificou como se manifestaram diversos aspectos sob a ótica dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Como produto final, produziu-se um material midiático, na forma de um *podcast* com cinco episódios, abordando a política de expansão e interiorização dos cursos superiores do IFPB, com ênfase na criação da unidade do Brejo paraibano.

A partir das abordagens apresentadas, é possível constatar que os autores convergem em vários aspectos, especialmente no que se refere às transformações ocorridas nas décadas de 1990 e 2000, quando políticas foram implementadas para diversificar as formas de organização das instituições de ensino superior, resultando em um aumento das universidades privadas, impulsionado pela escassez de investimentos públicos adequados. No entanto, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff promoveram políticas significativas de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que culminaram em um crescimento das unidades de ensino e na introdução de novas formas de

organização político-administrativa.

Em suma, apesar dos avanços expressivos na expansão da educação superior no Brasil e no presente estudo, ainda persiste a necessidade de um planejamento mais eficaz e de investimentos públicos contínuos para garantir a qualidade e a acessibilidade do ensino superior. A interiorização dos IFs deve ser acompanhada por políticas que evitem a subordinação exclusiva aos interesses de mercado, promovendo, assim, um desenvolvimento educacional que fortaleça a cidadania e atenda às necessidades locais e regionais. A reflexão crítica sobre o papel das instituições de ensino superior é essencial para assegurar que a expansão contribua para um futuro mais igualitário e sustentável, beneficiando a sociedade como um todo.

Embora esta pesquisa tenha sido conduzida com participantes (ex-gestores e professores) do Instituto Federal da Paraíba e do *Campus* Guarabira, as evidências encontradas podem vir a contribuir para futuras investigações e para o desenvolvimento de pesquisas em outros *campi* do IFPB e em outras instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portanto, a interiorização do ensino superior no Brasil é de destacada relevância para uma distribuição mais equitativa das oportunidades educacionais, promovendo um desenvolvimento regional mais isonômico e inclusivo. Sob essa perspectiva, o presente trabalho oferece exemplos concretos dos impactos dessa expansão. No caso do Instituto Federal da Paraíba, a ampliação e interiorização dos *campi* proporcionaram maior acesso à educação superior, fomentaram o desenvolvimento regional e criaram novas oportunidades de emprego, apesar dos desafios estruturais e de pessoal enfrentados.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maize Sousa Virgolino de. **Um estudo da expansão da educação superior no IFPB: desafios institucionais e alcance social**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28360>. Acesso em: 10 out. 2023.
- AUGUSTO, Cleicle Albuquerque; SOUZA, José Paulo de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; CARIO, Silvio Antônio Ferraz. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 51, n. 4, dezembro/2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400007>. Acesso em: 23 dez. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Destinos, Escolhas e a Democratização do Ensino Superior. **Política & Sociedade** – Florianópolis, v. 14, n. 31, Set./dez. de 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n31p256>. Acesso em: 23 dez. 2022.
- BEZERRA, Francisco Chaves. **O Ensino Superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6030/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.
- BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do Ensino Superior Brasileiro - Uma Busca da Origem até a atualidade. In: **XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**, 2017, Mar Del Plata, Argentina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 dez. 2022.
- BRASIL. Agência do Senado. **Teto de gastos provocou queda de recursos para educação, apontam especialistas**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/21/teto-de-gastos-provocou-queda-de-recursos-para-educacao-apontam-especialistas>. Acesso em: 07 mar. 2024.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. eBook (264 p.).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica**. MEC/SETEC, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007**: Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica - Fase II. MEC/SETEC, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reestruturação e expansão das Universidades Federais** – REUNI. Portaria n.º 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial n.º 6.096, de 24 de abril de 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022a.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC. **Educação Superior**: Aumentam para 48 os projetos de expansão universitária, 2006e. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6729&catid=212:educacao-superior. Acesso em: 30 nov. 2022b.

BRASIL. **Lei n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014a. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p.

BRASIL. **Prestação de contas ordinária anual**: relatório de gestão do exercício de 2013. SETEC/MEC, Brasília, 2014b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/auditorias/processos_setec/relatorio_gestao_exercicio_2013_setec.pdf/view. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, 2020a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC. **Expansão da Rede Federal**, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 30 set. 2023.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. **Desenho Metodológico da Pesquisa**. Material Didático, 2021.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; NOGUEIRA, Ronaldo Alves. Crise Fiscal e Reforma do Estado: Uma Análise Longitudinal das Contas Públicas Federais. In: CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; SILVA, Mauro Santos (Org.). **Reformas do Estado no Brasil**: Trajetórias, Inovações e Desafios. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rio de Janeiro, 2020.

Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/201216_lv_reformas_do_estado_cap3.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**: fundamentos e aplicações. 2. ed. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DIAS, Elizangela Batista. **Ensino Superior em instituições públicas do estado do Piauí**: expansão e interiorização no território do Vale do Canindé. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

COSTA, Paulo Sérgio Nunes. **Usabilidade de portais corporativos de IES como ferramentas de disseminação da informação**: um estudo de caso. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** – Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 27, n. 1, abr. 2011. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19967>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

FRIGOTTO, G. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: gênese e indeterminação da identidade e campo de disputas. In: FRIGOTTO, G. (coord. geral). **Ofertas formativas e características regionais**: a Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ em julho de 2015, pp. 85-99.

GARBOSSA SILVA, Renata Adriana. **Expansão e interiorização da Universidade Tecnológica Federal no estado do Paraná**: efeitos no desenvolvimento local. 2019. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVEIA, Fernanda P. de Souza. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, 9 ed., ano V, n. 9, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434>. Acesso em: 11 ago. 2023.

GUIMARÃES, Kellinne de. **A prática educomunicativa na formação integral**: a produção de podcast no IFTO - Campus Araguatins. Palmas, TO, 2020. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/profept/produtos-educacionais/produto-educacional-kellinne-guimaraes.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Rio de Janeiro-RJ, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/guarabira/panorama>. Acesso em: 20 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB - 2020-2024**. João Pessoa-PB, 2019a. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>. Acesso em: 30 nov. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Projeto Pedagógico de Curso**: Curso Superior de Tecnologia Sistemas para Internet. Guarabira-PB, 2019b. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/231/documentos/PPC_-_TSI_-_Guarabira_-_20190924.pdf. Acesso em: 30 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Manual do Estudante**. Pró-reitoria de Ensino do Instituto Federal da Paraíba, 2019c. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/regulamentos/Arquivos/manual-do-estudante-ifpb.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatório de Gestão - 2022**. João Pessoa-PB, 2022b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ano-2022>. Acesso em: 05 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB - 2015-2019**. João Pessoa-PB, 2015. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>. Acesso em: 30 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Projeto Pedagógico de Curso**: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial. Guarabira-PB, 2014. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/29/documentos/PPCtecnologia_gestao_comercial_guarabira-antigo.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Estudo de Viabilidade de Curso**. João Pessoa-PB, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10892866-Estudo-de-viabilidade-de-cursos.html>. Acesso em: 30 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da Educação Superior 2010 divulgado pelo MEC**. Brasília-DF, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9332-texto-divulgacao-censo-2010-novo-pdf&category_slug=novembro-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 maio 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas do Ensino Superior 1992-2016**. Brasília-DF, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 30 jan. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 05 maio 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2021**: notas estatísticas. Diretoria de Estatísticas Educacionais, MEC - Brasília, 04 de novembro de 2022b. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 07 mar. 2023.

INSTITUTO DO SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2023**. 13 ed. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

INSTITUTO DO SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2021**. 11 Ed. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Mapa-do-Ensino-Superior-Completo.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013. 202p.

KAUARK, Fabiana da S.; MANHÃES, Fernanda C.; MEDEIROS, Carlos H. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna-BA: Via Litterarum, 2010. 88p.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LÉTOURNEAU, Jocelyn. **Ferramentas para o pesquisador iniciante**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LIMA, Damião; PONTES, Ana Paula F. S.; SANTOS, Edlamar Oliveira. A Educação Superior Brasileira no Novo Milênio e as Mudanças no Universo Discente. **Revista Cocar**, v. 15, n. 32, 2021, p. 1-24. ISSN: 2237-0315. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3860/1980>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MANCIBO, Deise; MARTINS, Tânia Barbosa; VALE, Andréa Araújo. Política de Expansão da Educação Superior no Brasil - 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QKyJmCvwkGxsJqg7vSCC4xk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MARTINS, Carlos Benedito; VIEIRA, Maria Manuel. **Educação Superior e os Desafios do Novo Século**: Contextos e Diálogos Brasil – Portugal. Brasília: EDU - UNB, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MÁXIMO, R. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, p. e20190080, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In:

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NEVES, Clarissa E.B.; MARTINS, Carlos B. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom et al. (Orgs.). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Assembleia Geral da ONU. Paris, 1948. Disponível em: <https://declaracao1948.com.br/quem-somos/referencias-na-web/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

OTRANTO, Célia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista RETTA** (PPGEA/UFRRJ), v. 1, n. 1, p. 89-110, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://mapadatese.files.wordpress.com/2013/02/criac3a7c3a3o-e-implantac3a7c3a3o-dos-institutos-federais-cc3a9lia-otrant.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais no contexto regional: diálogos com o desenvolvimento. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, p. 90-105, 2017. DOI: 10.36524/ept.v1i1.361. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/361>. Acesso em: 19 abr. 2024.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2014. p. 723-747. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/2058/1796>. Acesso em: 23 maio 2023.

ROSSI, P.; OLIVEIRA, A. L. M. de; ARANTES, F.; DWECK, E. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 40, e0223456, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223456>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SANTOS, Jailson Alves dos. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

SANTOS, F. P.; AMARAL, P.; LUZ, L. Expansão do ensino superior e a distribuição regional das universidades brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, p. e202317, 2023.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago.-dez. 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225146/mod_resource/content/1/SAVIANI%202010.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso**: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-11012022-103758/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 867-889, out.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHV7s7q5gHBRkDSLrGXr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2022.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Reforma da educação superior no Brasil: renúncia do Estado e privatização do público. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 13, n. 2, p. 81-110, 2000. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37413205>. Acesso em: 23 dez. 2022.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reforma do Estado e mudança na produção. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SHUGURENSKY, Daniel. Refletindo sobre as razões da diversificação institucional das Universidades Estatais Brasileiras. **IyC**, v. 3, nov. 2014. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/9244/27845>. Acesso em: 23 dez. 2022.

SILVA, Fernando. **Expansão e interiorização da universidade estadual de Goiás**: análise de implantação e reestruturação do campus de Quirinópolis. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2019. 178 f.

SILVA, Maurício Severo. **Uso do podcast como recurso de aprendizagem no ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2533/1/2019MauricioSeverodaSilva.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

SILVA, Valdir Cruz da; GOMES, Anna Cecília Chaves. A percepção dos alunos sobre a infraestrutura do IFPB – Campus Guarabira. **Res., Soc. Dev.**, v. 8, n. 2, p. e782561, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i2.561>.

SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. PROEP como financiamento externo para educação profissional brasileira: análise na rede federal. In: MACHADO, Maria Aparecida F. A.; CARVALHO, José Carlos L. (Org.). **Educação Profissional e Tecnológica**: A Experiência Brasileira com o PROEP. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2011. p. 123-145.

SULIANO, Daniele Cirilo. **Expansão e interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC)**: avaliação das repercussões educacionais e sociais. Dissertação (Mestrado) –

Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2013. 140 f.

UNIVERSIDADE. **Oxford English Dictionary** (Oxford Languages and Google). Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB. **Cursos de licenciatura plena de história da UEPB**. Disponível em: <https://centros.uepb.edu.br/ch/cursos/licenciatura-plena-em-historia/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 54, p. 1-20, jul.-set. 2017. E-pub. 26 fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7213>. Acesso em: 23 dez. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) **PARTICIPANTE DE PESQUISA**,

Os pesquisadores (Aluna(o) e Orientador) GUTEMBERG DE LIMA DAVI e Prof^a. Dra. ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES convidam você a participar da pesquisa intitulada **“O processo de expansão e de interiorização do ensino superior no Instituto Federal da Paraíba: o caso do *Campus* Guarabira”**. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

1. Objetivo da Pesquisa

- Objetivo Geral

Analisar o processo de expansão e interiorização do Instituto Federal da Paraíba por meio da implantação dos cursos superiores no *Campus* Guarabira.

- Objetivos Específicos

Descrever o processo de criação e expansão do ensino superior no Brasil com ênfase no Instituto Federal da Paraíba (IFPB);

Compreender o processo de criação dos cursos superiores no IFPB no âmbito do *Campus* Guarabira a partir do ordenamento normativo e documentos institucionais;

Analisar como se manifestou a política de expansão e interiorização do IFPB com a criação do *Campus* Guarabira em seus aspectos políticos, socioeconômicos e institucionais;

Produzir material midiático (*podcast*) sobre a política de expansão e interiorização dos cursos superiores do IFPB, com ênfase na criação do *Campus* Guarabira.

2. Metodologia

O trabalho apresentado em questão tem como campo empírico o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), *Campus* Guarabira. É sabido que a Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica do país incidiu por um intenso processo de expansão e interiorização nunca visto antes no Brasil, sobretudo com ampliação de vagas e cursos no ensino superior (tecnólogo, licenciatura e bacharelado).

Para atingir os objetivos traçados neste trabalho, faz-se necessário realizar escolhas do caminho que será percorrido. Por isso, “a pesquisa qualitativa abrange condições contextuais – as condições sociais, institucionais e ambientais em que as vidas das pessoas se desenrolam. Em muitos aspectos, essas condições contextuais podem influenciar muito todos os eventos humanos.” (Yin, 2016, p.28).

Nesse enfoque, o presente estudo se concentra em compreender as perspectivas, significados, interpretações e contextos subjacentes que cercam uma determinada temática, em vez de simplesmente quantificar dados ou buscar relações causais. Geralmente, a pesquisa qualitativa é usada para explorar questões que não podem ser facilmente respondidas por meio de métodos quantitativos.

Segundo Sampieri, Collado e Lúcio, a abordagem qualitativa de pesquisa se aplica “Quando buscamos compreender a perspectiva dos participantes sobre os fenômenos que os rodeiam, aprofundar em suas experiências, pontos de vista, opiniões e significados.” (2013, p.376). Ou seja, o enfoque qualitativo possibilita maior profundidade aos dados, riqueza interpretativa, contextualização do ambiente ou entorno, minúcias além de experiências singulares.

Entretanto, a “validade da pesquisa não se dá pelo tamanho da amostra, como na pesquisa quantitativa, mas, sim, pela profundidade com que o estudo é realizado” (Augusto *et al.*, 2013, p.4).

Com esse entendimento, defende Richardson (1999, p. 102):

[...] o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno.

Nesse sentido, o estudo qualitativo implica numa investigação mais aprofundada com maior obtenção de riqueza de dados referente ao objeto, ao processo e melhor resultado.

Esta pesquisa é classificada como descritiva, em razão de que pretende analisar a implementação da política de expansão e interiorização do IFPB por meio da criação do *Campus* Guarabira do IFPB e implementação do ensino superior, na visão dos atores e agentes institucionais envolvidos, considerando as relações e os processos de concretização da política pública, as leis, as normas e demais regulamentações dentro do escopo organizacional da interiorização do IFPB.

Na compreensão de Triviños (1987, p. 112), a pesquisa descritiva é aquela que busca descrever, classificar e interpretar o objeto examinado com profundidade, permitindo ir além da mera identificação de variáveis, e analisar fatos e fenômenos de forma mais detalhada.

Nesse tipo de investigação, o pesquisador observa, registra e analisa as informações coletadas, mas não busca estabelecer relações de causa e efeito entre variáveis. O pesquisador deve se esforçar para manter uma abordagem objetiva e imparcial, evitando influenciar os resultados com suas próprias opiniões ou expectativas.

Nesse aspecto, Gil (2002, p.42) acrescenta que:

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc.

No mesmo sentido do estudo descritivo, a pesquisa exploratória é um tipo de pesquisa que busca investigar um tema ou problema de maneira ampla e não estruturada, tendo como enfoque principal a familiarização com o assunto e obter conceitos iniciais, o que pode ajudar a formular questões de pesquisa mais precisas para estudos futuros.

Ainda sobre o conceito de pesquisa exploratória:

[...] objetiva a maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito, ou à construção de hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010, p. 28).

O recurso da pesquisa exploratória é frequentemente utilizado quando a temática é pouco conhecida ou quando há poucas informações disponíveis sobre ela. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador não tem um foco específico ou hipóteses claras. Ele explora várias fontes de informação, como literatura, entrevistas, observações, experiências, análise de conteúdo, percepções dos sujeitos, para entender o contexto do problema (Sampieri; Collado; Lúcio, 2013, p.101). No caso em estudo, a nosso foco recai sobre a interiorização do IFPB no campo da educação superior.

Nesse sentido, o estudo exploratório sobre o processo de interiorização do Instituto Federal que desenvolvemos contribuirá para a contextualização desse fenômeno que será aprofundado por meio do estudo de caso – o ensino superior no *Campus* Guarabira, considerando suas especificidades, dinâmicas e relações.

Por consequência, nas ciências sociais, o estudo de caso é uma ferramenta metodológica bastante recorrente para conhecer com profundidade um fato ou determinado fenômeno. Diferentemente da abordagem descritiva, o estudo de caso é uma abordagem de pesquisa que envolve uma análise ampla e detalhada de um caso de um número limitado de casos, tendo como objetivo principal compreender um fenômeno complexo em seu contexto real. Ou seja, “[...] em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (Yin, 2005, p. 19)

Com relação aos procedimentos técnicos de coleta de dados, são previstos estudo bibliográfico, documental e realização de entrevistas. Para o primeiro procedimento, será realizada a revisão da literatura existente sobre o tema, considerando as categorias que contribuirão para análise dos dados coletados. Nessa etapa, serão empreendidas discussões sobre: política pública, expansão do ensino superior, interiorização da educação, democratização do acesso à educação e os temas conexos.

O levantamento será realizado com o apoio do Catálogo de Teses e Dissertações Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com intuito de identificar teses e dissertações sobre o tema, considerando as publicações disponíveis. Depois da revisão da literatura, será realizada a pesquisa em documentos e marcos legais, com atenção sobre as leis, decretos, normas, resoluções, portarias e programas governamentais que legitimaram a política pública da expansão, interiorização e democratização da educação superior no Brasil.

Ainda nessa etapa da pesquisa, será investido no estudo de documentos institucionais que legitimam e regulamentam o funcionamento do Instituto Federal da Paraíba - *Campus* Guarabira, como os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Relatórios de Gestão, Plano Pedagógico de Cursos (PPC), entre outros.

Na terceira etapa de coleta de dados, pretende-se realizar as entrevistas compreensivas com os atores institucionais, quais sejam: gestores, ex-gestores, reitor e outros sujeitos envolvidos no processo, que participaram direta ou indiretamente do processo de criação do *Campus* Guarabira, observando os aspectos políticos, administrativos, socioeconômicos, financeiros, pedagógicos, bem como sua autonomia de gestão.

Sobre a entrevista compreensiva, trata-se de uma técnica de coleta de dados amplamente utilizada em pesquisas qualitativas nas ciências sociais que tem como teórico proeminente o

sociólogo e pesquisador Jean-Claude Kaufmann (2013), por meio do livro “A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo”. Essa técnica é especialmente eficaz para explorar experiências, opiniões, sentimentos e perspectivas individuais de maneira profunda e detalhada.

Porém, na visão do pesquisador citado, que assegura o procedimento compreensivo, é necessário envolver (analisar) os sujeitos como “[...] depositárias de um saber importante que deve ser assumido do interior, através do sistema de valores dos indivíduos” (Kaufmann, 2013, p. 47). Para isso, a entrevista compreensiva harmoniza as trajetórias de vida dos entrevistados como imperativo de entendimento dos problemas abordados na pesquisa, privilegiando os processos e o resgate de memórias.

Essas entrevistas poderão ser realizadas de forma presencial, de acordo com a conveniência do entrevistado, ou por meio remoto através de plataforma virtual de videoconferência, como o Google Meet (com a utilização do recurso de gravação) ou plataforma de comunicação Zoom.

De acordo com Lakatos e Marconi (2017, p.231-232), a entrevista é um procedimento empregado na investigação social para coletar dados, ou no diagnóstico de um objeto de pesquisa ou mesmo no tratamento de um problema social. No entanto, esse método de coleta de informação apresenta alguns obstáculos ou desvantagens, que podem ser mitigadas se a figura do pesquisador possuir

experiência ou tiver bom senso ao longo do processo.

Assim, o recorte temporal de 2011-2018 servirá de referência para identificação e análise dos documentos institucionais a serem consultados, bem como a suas normativas e seus regulamentos sobre a criação do *Campus* Guarabira e dos seus cursos superiores.

Na sequência, para o tratamento dos dados coletados será utilizada a técnica de análise de conteúdo desenvolvida e proposta por Laurence Bardin (2016). Didaticamente a autora faz uma analogia entre linguística e análise de conteúdo para elucidar a definição da técnica: “A linguística estuda a língua para descrever o seu funcionamento. A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens” (Bardin, 2016, p. 50).

Esta técnica de análise é um composto metodológico inserido no contexto comunicacional, que se aplica a discursos (conteúdos) diversos, utilizada para examinar e compreender o significado subjacente em dados textuais, visuais ou de mídia, envolvendo a identificação de padrões, temas e relações nos dados para extrair percepção e compreensões mais profundas.

Segundo Bardin (2016), o processo de análise de conteúdo pode ser dividido em três fases principais: A pré-análise, onde ocorre a definição de objetivos, a escolha do material de análise e a definição das unidades de análises (palavras, frases, parágrafos, etc.). Em seguida, há a fase de exploração do material, quando ocorre a codificação/categorização, a criação de categorias e subcategorias, e o desenvolvimento de um sistema de codificação. Por fim, há o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Ao fim do processo de análise e obtenção dos resultados, será desenvolvido como produto uma mídia no formato Podcast, com o conteúdo abordando a temática central da “Interiorização do Ensino Superior: Caminhos expandidos via IFPB”, a ser disponibilizados no Canal do Youtube do IFPB (TV IFPB), no canal Centro de Educação (Youtube) e outras plataforma de compartilhamento digitais (Spotify ou Deezer).

1. Riscos ao(à) Participante da Pesquisa

- Riscos - A possibilidade dos participantes da pesquisa, no momento de suas narrativas se sentirem constrangidos por revelarem experiências pessoais ou profissionais que precise de sigilo ou algum tipo de restrição. Do mesmo modo, eles podem se emocionar ao falar de episódios do passado que os fazem reviver situações traumáticas e dolorosas, ou que envolva terceiros. Caso isso aconteça, nos comprometeremos em ofertar uma escuta psicológica quando necessário. Os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, presencial ou remotamente, sem a presença de pessoas alheias ao estudo. Portanto, os sujeitos desta pesquisa não estarão expostos a riscos e desconfortos durante a entrevista seja de ordem psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, e caso eles venham a ocorrer, serão tomadas as seguintes providências: pausa no

procedimento ou encerramento imediato com a sua desistência ou abandonos dos procedimentos de coleta, devendo se sentir livre para deixar a pesquisa quando e se quiser sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável.

Benefícios ao(à) Participante da Pesquisa

- **Benefícios** - A possibilidade dos sujeitos usarem o momento das entrevistas para produzirem declarações importantes ou mesmo esclarecimentos no sentido de difundir junto à comunidade acadêmica e toda sociedade paraibana os ganhos e conquistas por meio do processo de expansão e interiorização do IFPB e a oferta dos cursos superiores para os estudantes das mais diversas regiões do Estado. Além disso, contribuir socialmente para o desenvolvimento regional e apoio técnico-tecnológico junto aos setores produtivos.

3. Informação de Contato do Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

1. Pesquisador Principal: **Gutemberg de Lima Davi**

Vínculo profissional: servidor do IFPB

Contato: (83) 99622-0414 / E-mail: gutemlima@gmail.com

2. Orientadora da Pesquisa: Prof^a. Dra. **Ana Paula Furtado Soares Pontes**

Vínculo profissional: docente do PPGAES/IFPB

Contato: (83) 99613-7978 / E-mail:

anaufpb@gmail.com

6. Endereço e Informações de Contato do IFPB Campus Guarabira

IFPB *Campus* Guarabira

Rua Professor Carlos Leonardo Arcoverde, Rodovia PB 057 - KM-02 - S/N

Guarabira - PB

CEP: 58200-000

Horário de Funcionamento

Segunda a Sexta-Feira, das 07h às 22h

E-mail: campus_guarabira@ifpb.edu.br

Contato Direção Geral: 83 9 9928-0057 / dg.gb@ifpb.edu.br

7. Endereço e Informações de Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba

Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB

Telefone: +55 (83) 3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às

16h. Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de

PARTICIPANTE da pesquisa, expressa o seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

Cidade-Sigla do estado, DD de MM de AAAA.

Assinatura, por extenso, do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura, por extenso, do(a) Pesquisador(a) Responsável pela pesquisa

Aceito participar desta pesquisa ().

Não aceito participar desta pesquisa ()

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o CEP e a CONEP:

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, *Campus I* - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB - (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com. Horário de Funcionamento: 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Bairro Asa Norte, Brasília-DF – CEP: 70.719-040 – Fone: (61) 3315-5877 – E-mail: conep@saude.gov.br

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Perfil geral do entrevistado (a):

Sexo: () Masculino () feminino () Prefere não informar

1- *Campus* atual de lotação:

2- Formação acadêmica (Graduação e Pós-Graduação):

3. Função/área de atuação e experiência no âmbito da gestão no IFPB e no *Campus* Guarabira:

4 - Tempo de serviço no IFPB?

5 - Tempo de atuação como docente/técnico/gestor no *Campus* Guarabira?

6- Em quais tipos de cursos superiores de graduação você atua ou atuou como docente?

Eixo 1- Da expansão e interiorização do IFPB / *Campus* Guarabira (Gestão e Administração Institucional)

1- Considerando a sua atuação como gestor, como você percebe a expansão/interiorização do IFPB em suas três fases?

2 - Como se deu a definição de criação do *campus* Guarabira por meio do processo de expansão/interiorização?

3 - Que elementos foram considerados importantes/facilitadores no processo de escolha do município Guarabira para receber uma unidade do IFPB? Comente.

4 – Quais as dificuldades identificadas na escolha no processo de criação do *Campus*? Comente.

5 – Como se deu as interferências políticas nesse processo de criação do *Campus* Guarabira? Comente.

6 – Você tem conhecimento da realização de audiências públicas para a criação do *Campus* Guarabira e de seus cursos? Comente.

7 – Foi realizado algum estudo preliminar acerca dos arranjos produtivos locais a serem atendidos pelos cursos ofertados no *Campus* Guarabira? Comente.

8 - Na sua percepção, quais foram os efeitos – positivos e ou negativos – com a criação do *Campus* Guarabira, durante a fase III da expansão do IFPB?
Resultados positivos:

Resultados Negativos:

9 - Como se deu o processo de participação da comunidade e de representantes do instituto no processo de criação do *Campus* Guarabira?

Eixo 02 – Implementação dos Cursos Superiores no IFPB *Campus* Guarabira

1 – Por que a criação de um curso superior em *campus* em fase de implantação?

2 – Como se deu a definição dos cursos superiores a serem implantados no *Campus* Guarabira?

3 – Quais dificuldades enfrentadas com o funcionamento do curso superior (Curso de Gestão Comercial) no *Campus* Guarabira em sua fase de implantação?

4 – Qual apoio dado pela Reitoria ao *Campus* Guarabira para garantir o funcionamento do curso superior na época da sua implantação?

5 – Quais condições de infraestrutura e pessoal para o funcionamento dos cursos superiores na época da sua implantação?

6 – Que tipo de apoio ou parcerias (público/privada) o *campus* Guarabira contou na época da sua implantação dos cursos superiores para superar as dificuldades encontradas?

7 – Atualmente, como se encontra a infraestrutura e pessoal para o funcionamento dos cursos superiores?

8 - Como você percebe a oferta dos cursos do IFPB *Campus* Guarabira, considerando o que determina a lei da criação do Instituto Federal (percentual de curso licenciatura)?

Eixo 3 - Aspectos socioeconômicos, políticos e institucionais resultantes da expansão da educação superior no IFPB / *Campus* Guarabira

1 - Na sua percepção, havia ambiente favorável do ponto de vista dos aspectos políticos, econômicos e institucionais para criação do *Campus* Guarabira, em 2011?

2 – Como você avalia a importância e o interesse pelos cursos superiores ofertados pelo *campus* Guarabira?

3 – Como você percebe o interesse e a necessidade da comunidade local e região pelos cursos superiores em comparação aos cursos FIC e técnicos ofertados pelo *Campus* Guarabira?

4 – Como andam os índices de eficiência acadêmica dos cursos superiores do *Campus* Guarabira? Como você avalia esses resultados?

5 – Qual perfil dos professores dos cursos superiores em termos de regime trabalho e contrato, esforço acadêmico, atuação no campo da pesquisa e extensão, bem como ensino, considerando a distribuição de carga horária e disciplinas ministradas por cursos em seus diferentes níveis e modalidades?

6 - Como você avalia a interiorização da educação superior na instituição, considerando a criação do *Campus* Guarabira e de seus cursos superiores?

7 – Há algum estudo ou indícios sobre os impactos (socioeconômicos, políticos, culturais e institucionais) dos cursos superiores ofertados pelo *Campus* Guarabira na região, no município, e na vida dos egressos? Comente.

8 - No período de discussão da expansão do IFPB e da educação superior, houve algum debate institucional envolvendo aspectos políticos, socioeconômicos e acadêmicos que influenciaram a política de expansão? Comente.

9 - Considerando o processo de expansão da educação superior no IFPB você observa uma tendência institucional mais para um modelo de educação universitária, ou um modelo de educação superior com maior foco ao mundo do trabalho, a extensão, a pesquisa aplicada e a inovação?

10 - Na sua percepção, quais as dimensões relevantes, no sentido social, da oferta e da expansão/interiorização de cursos superiores no IFPB e sobretudo no *Campus* Guarabira? Você poderia listar algumas?

11 - Você considera que existem dimensões diferentes (sociais, econômicas, profissionais, políticas e culturais) de alcance institucional face à interiorização da educação superior pelo IFPB que são distintas entre os *campi* da capital e do interior? Em caso positivo, cite algumas.

12 - Você poderia, considerando a sua experiência administrativa e a sua percepção diante da expansão da educação superior no IFPB, apontar sugestões para futuras ações institucionais que podem ser desenvolvidas e ou mediadas pela gestão no sentido de ampliar a qualidade da expansão/interiorização da oferta da educação superior – cursos de graduação presenciais?

(Deixar em aberto para o caso de o entrevistado desejar registrar mais alguma coisa que considera importante sobre a sua experiência com o processo da expansão/interiorização da educação superior que não foi perguntado).

Obrigada pela contribuição na pesquisa!

APÊNDICE C - TERMO DE CESSÃO DE VOZ PARA FINS EDUCACIONAIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

TERMO DE CESSÃO DE VOZ PARA FINS EDUCACIONAIS

Ora designado CEDENTE, firma e celebra com os pesquisadores (Aluno e Orientadora) GUTEMBERG DE LIMA DAVI e Prof^ª. Dra. ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES, por meio do Programa de Pós-Graduação Em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES/UFPB), que integram a pesquisa intitulada “O processo de expansão e de interiorização do ensino superior no Instituto Federal da Paraíba: o caso do *Campus* Guarabira”. , designado CESSIONÁRIO, o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ PARA FINS EDUCACIONAIS (Podcast Educacional) mediante as cláusulas e condições abaixo discriminadas, que voluntariamente aceitam e outorgam:

- 1- por meio do presente instrumento autorizo o PPGAES/UFPB a utilizar minha voz, captada por meio de fotografias, gravações de áudios e/ou filmagens de depoimentos, declarações, videoconferência, conferência web, entrevistas e/ou ações outras realizadas a serem utilizados com fins educacionais nas redes de ensino público;
- 2- ter ciência que a transferência é concedida em caráter total, gratuito e não exclusivo, não havendo impedimento para que o(s) CEDENTE(s) utilize(m) o material captado como desejar(em);
- 3- declaro que o PPGAES/UFPB está autorizado a ser proprietário dos resultados do referido material produzido, com direito de utilização, de forma ilimitada e por um prazo indefinido no que se refere à concessão de direitos autorais, utilização e licenciamento a terceiros, para que façam uso, de qualquer forma, no todo ou em parte, deste material ou de qualquer reprodução do mesmo em conexão com o MEC;
- 4- declaro, ainda, que renuncio a qualquer direito de fiscalização ou aprovação do uso da imagem e outras informações ou de utilizações decorrentes da mesma. Reconheço que o MEC confiará nesta autorização de forma absoluta e concordo não exigir qualquer indenização relacionada ao exercício das autorizações concedidas por meio deste instrumento;
- 5- a cessão objeto deste Termo abrange o direito do CESSIONÁRIO de utilizar a VOZ do CEDENTE sob as modalidades existentes, tais como reprodução, representação, tradução, distribuição, entre outras, sendo vedada qualquer utilização com finalidade lucrativa;
- 6- a cessão dos direitos autorais relativos à VOZ do CEDENTE é por prazo indeterminado, a não ser que uma das partes notifique a outra, por escrito, com a antecedência mínima de 90 (noventa dias).

Fica designado o foro da Justiça Federal, da seção Judiciária da Paraíba, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, desde que não possam ser superadas pela mediação administrativa.

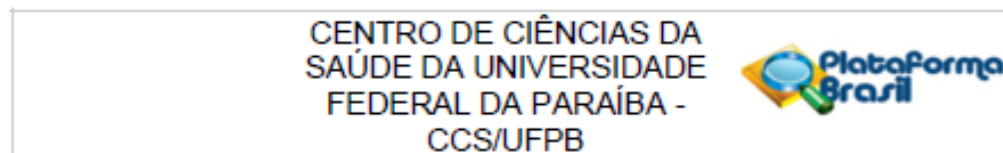
Assinatura do CEDENTE:

Local: _____,

data ____/____/____

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O processo de expansão e de interiorização do ensino superior no Instituto Federal da Paraíba: o caso do Campus Guarabira

Pesquisador: GUTEMBERG DE LIMA DAVI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 75674623.7.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.543.511

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de pesquisa que tem como origem o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba que busca compreender e caracterizar o processo de expansão e de interiorização do ensino superior no Instituto Federal da Paraíba: o caso do Campus Guarabira.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o processo de expansão e interiorização do Instituto Federal da Paraíba por meio da implantação dos cursos superiores no Campus Guarabira.

Objetivo Secundário:

- . Descrever o processo de criação e expansão do ensino superior no Brasil com ênfase no Instituto Federal da Paraíba (IFPB);
 - . Compreender o processo de criação dos cursos superiores no IFPB no âmbito do Campus Guarabira a partir do ordenamento normativo e documentos institucionais;
 - . Analisar como se manifestou a política de expansão e interiorização do IFPB com a criação do Campus Guarabira em seus aspectos políticos, socioeconômicos e institucionais;
- Produzir material midiático (podcast) sobre a política de expansão e interiorização dos cursos

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.543.511

superiores do IFPB, com ênfase na criação do Campus Guarabira.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A possibilidade dos participantes da pesquisa, no momento de suas narrativas se sentirem constrangidos por revelarem experiências pessoais ou profissionais que precise de sigilo ou algum tipo de restrição. Do mesmo modo, eles podem se emocionar ao falar de episódios do passado que os fazem reviver situações traumáticas e dolorosas, ou que envolva terceiros. Caso isso aconteça, nos comprometeremos em ofertar uma escuta psicológica quando necessário. Os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, presencial ou remotamente, sem a presença de pessoas alheias ao estudo. Portanto, os sujeitos desta pesquisa não estarão expostos a riscos e desconfortos durante a entrevista seja de ordem psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, e caso eles venham a ocorrer, serão tomadas as seguintes providências: pausa no procedimento ou encerramento imediato com a sua desistência ou abandonos do procedimentos de coleta, devendo se sentir livre para deixar a pesquisa quando e se quiser sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável.

Benefícios:

A possibilidade dos sujeitos usarem o momento das entrevistas para produzirem declarações importantes ou mesmo esclarecimentos no sentido de difundir junto à comunidade acadêmica e toda sociedade paraibana os ganhos e conquistas por meio do processo de expansão e interiorização do IFPB e a oferta dos cursos superiores para os estudantes das mais diversas regiões do Estado. Além disso, contribuir socialmente para o desenvolvimento regional e apoio técnico-tecnológico junto aos setores produtivos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa busca compreender a expansão do IFPB do Campus Guarabira, na sua trajetória e arcabouço geral do quanto as políticas de interiorização dos IFs possibilitaram o desenvolvimento do entorno desse instrumento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos apresentados contemplam as exigências solicitadas pelo CEP Conep

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar			
Bairro: Cidade Universitária		CEP: 58.051-900	
UF: PB	Município: JOÃO PESSOA		
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791	E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br	

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UEPB**



Continuação do Parecer: 0.563.511

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O trabalho apresenta-se contemplado e pronto para sua execução

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2243359.pdf	10/11/2023 23:51:42		Aceito
Outros	06APENDICE_Questionario_Roteiro.pdf	10/11/2023 23:50:31	GUTEMBERG DE LIMA DAVI	Aceito
Outros	05TERMO_COMPROMISSO_RESPONSABILIDADE_PESQUISADORassinado.	10/11/2023 23:40:36	GUTEMBERG DE LIMA DAVI	Aceito
Outros	04TERMO_COMPROMISSO_FINANCEIRO_PESQUISADOR_gutemberg_assinado.pdf	10/11/2023 23:39:11	GUTEMBERG DE LIMA DAVI	Aceito
Outros	02CERTIDAO_DE_APROVACAO_PPG_AES PARA CEP GUTEMBERG OK.p	10/11/2023 23:37:34	GUTEMBERG DE LIMA DAVI	Aceito
Outros	03TERMO DE ANUENCIA IFPB_Guarabira_2023 assinadoOK.pdf	10/11/2023 23:36:58	GUTEMBERG DE LIMA DAVI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_ppgaes.pdf	10/11/2023 23:36:22	GUTEMBERG DE LIMA DAVI	Aceito
Orçamento	07PREVISAO_ORCAMENTARIA_gutemberg.pdf	10/11/2023 22:58:25	GUTEMBERG DE LIMA DAVI	Aceito
Cronograma	09CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADES_gutemberg0.pdf	10/11/2023 22:56:45	GUTEMBERG DE LIMA DAVI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	08TCLE_TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.pdf	10/11/2023 22:56:21	GUTEMBERG DE LIMA DAVI	Aceito
Folha de Rosto	01FOLHA_DE_ROSTO_GUTEMBERG_OK assinado.pdf	10/11/2023 22:54:00	GUTEMBERG DE LIMA DAVI	Aceito

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.051-000
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UEPB**



Continuação do Parecer: 0.563.511

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 30 de Novembro de 2023

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

ANEXO B - FICHA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO

INFORMAÇÕES GERAIS

Título da dissertação:	
Título do PTT:	
Área do Programa:	
Linha de pesquisa do PPGAES:	
Discente:	
Orientador:	
Coorientador (se houver):	
Data da defesa:	

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO

1. Público destinado:

- ☐ Técnico Administrativo
☐ Professores educação básica
☐ Professores ensino superior
☐ Estudantes ensino fundamental
☐ Estudantes ensino médio
☐ Estudantes ensino superior
☐ Outro:

Comentários:

2. Tipos de PTT:

- ☐ Patente
☐ Desenvolvimento de aplicativo vinculado à educação
☐ Desenvolvimento de material didático e instrucional
☐ Desenvolvimento de produto vinculado à educação
☐ Relatório de pesquisa financiada, finalizada
☐ Editoria de Periódico com QUALIS na Área de Educação
☐ Organização de eventos nacionais/internacionais com Anais com ISSN, na Área de Educação
☐ Serviços Técnicos (consultorias, assessoria, comitês, etc.)
☐ outros:

Comentários:

3. O PTT está depositado em repositório de livre acesso?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não se aplica Se sim, qual URL?

4. O PTT tem aderência com a pesquisa

- ☐ Sim
☐ Não

5. O PTT tem aderência com a linha de pesquisa

- ☐ Sim
☐ Não

6. Elementos constitutivos do PTT

- a) Apresentação do PTT: ☐ Sim ☐ Não
b) Objetivos/finalidades: ☐ Sim ☐ Não
c) Descrição do PTT: ☐ Sim ☐ Não
d) Percorso metodológico: ☐ Sim ☐ Não
e) Validação: ☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica
f) Referências: ☐ Sim ☐ Não
g) Layout adequado: ☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica
h) Natureza: ☐ Impresso ☐ audiovisual ☐ outras mídias

7. Avanços tecnológicos/grau de novidade do PTT:

- ☐ Produção com alto teor inovativo: desenvolvimento com base em conhecimento inédito.
☐ Produção com médio teor inovativo: combinação de conhecimentos pré-estabelecidos.
☐ Produção com baixo teor inovativo: adaptação de conhecimento existente.
☐ Produção sem inovação aparente: produção técnica.